



RELATÓRIO ANUAL 2013



Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero submete ao exame e à deliberação de Vossas Senhorias o Relatório da Administração, as demonstrações contábeis e as respectivas notas explicativas referentes à situação patrimonial e financeira da Empresa no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013.

Ao presente relatório se incorporam os pareceres das auditorias interna e independente, bem como o do Conselho Fiscal.



Relatório da Administração 2013	5
Demonstrações Contábeis 2013	70
Parecer da Auditoria Independente	129
Parecer do Conselho Fiscal	134



Relatório da Administração 2013	5
Demonstrações Contábeis 2013	70



Relatório da Administração 2013



Sumário

1. MENSAGEM DA PRESIDÊNCIA.....	7
2. PERFIL.....	9
3. MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO.....	13
4. DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO.....	19
5. EVOLUÇÃO DOS SERVIÇOS.....	29
7. APERFEIÇOAMENTO DA INFRAESTRUTURA.....	39
8. SUPORTE AOS NEGÓCIOS.....	43
9. CUIDANDO DE SEU CORPO FUNCIONAL.....	49
10. COMPROMISSO COM A SOCIEDADE.....	53
11. FORTALECIMENTO DO PROCESSO DE COMUNICAÇÃO.....	58

1. MENSAGEM DA PRESIDÊNCIA

Em 2013, ano em que completou 40 anos, a Infraero enfrentou o seu maior desafio. Com o processo de concessão, iniciado em 2011, a Empresa assumiu novo papel no cenário da exploração da infraestrutura aeroportuária: o de acionista das concessionárias dos três aeroportos concedidos.

Se, por um lado, a transferência, no início daquele ano, dos aeroportos de Guarulhos, Campinas e Brasília à iniciativa privada causou impacto relevante no seu equilíbrio financeiro, já que esses aeroportos representavam cerca de 19% do movimento de aeronaves, 29% do movimento de passageiros e 58% do movimento de carga, além de 37% das receitas operacionais e 22% das despesas operacionais, por outro, o fato representou a constituição dos primeiros ativos reais no portfólio de aeroportos da Empresa.

Os esforços, em 2013, focaram-se em vários aspectos relacionados a esse contexto, dentre eles a preparação da Empresa para atuar como sócia das concessões, contribuindo para que os ativos gerem os benefícios estabelecidos no processo de concessão, como o de ampliar a oferta de infraestrutura e melhorar a qualidade dos serviços, bem como o de gerar valor para os acionistas.

Adicionalmente, a Empresa iniciou um forte processo de reorganização empresarial para enfrentar os desafios impostos pelo novo modelo, tendo como diretriz a de ser competitiva, dentro de um mercado concorrencial, definindo um novo posicionamento para os seus negócios. Corrigir o desbalanceamento da estrutura organizacional, frente às mudanças e alterações em seus componentes operacionais, com as concessões de aeroportos, e aos desafios impostos pelo comportamento atual do mercado de aviação civil, é uma tarefa que se iniciou em 2013 e que continuará ao longo dos próximos anos.

O ajustamento do modelo organizacional voltou-se também para a implantação de novos modelos de gestão de projetos e processos e de gestão de engenharia. Esses esforços, com o apoio de consultorias externas, visam trazer para a Empresa as melhores práticas de governança das ações estratégicas para a entrega efetiva de resultados.

Outra medida essencial, que de fato figurou no topo das ações adotadas, foi a revisão do seu próprio negócio, agora denominado “Soluções Aeroportuárias”, por ser a expressão que melhor conceitua o conjunto de serviços com o qual a Empresa transforma o valor percebido de seus clientes em geração de receita, imprescindível para o seu crescimento.

Como consequência, foi atualizada sua missão, que passou a ser a de “oferecer soluções aeroportuárias inovadoras e sustentáveis, aproximando pessoas e negócios” e da visão de futuro, tendo como primeiro ciclo, com horizonte para 2016, denominado “Ciclo de Transformação”, o de levar a Empresa a ser “a referência brasileira em soluções aeroportuárias”.

Outro desafio foi o início do desenvolvimento de um novo plano de cargos, carreiras e salários (PCCS), no qual os empregados da Infraero terão possibilidades de desenvolvimento de suas carreiras em funções técnicas ou gerenciais, com critérios claros e objetivos para ascensão, além de priorizar as promoções por merecimento em detrimento da antiguidade.

A Empresa se credenciou também como Centro de Instrução, apta a atender concessionários, empresas e demais integrantes da aviação civil, tendo como meta a implantação de uma Universidade Corporativa própria, que contará com a experiência e o conhecimento acumulados em seus 40 anos de existência. A realização de cursos e ações educativas tornam-se assim geradoras de receitas.

No campo da sustentabilidade financeira, a Empresa implantou, com apoio de consultoria externa, metodologia de gestão de receitas e despesas, orientada pela negociação e pelo monitoramento de metas de desempenho, de modo a permitir a melhoria da produtividade e o ganho de eficiência. Os resultados efetivos em relação ao exercício anterior, de acordo com o escopo do projeto, indicaram uma economia da ordem de 2,8% na despesa operacional, com arrecadação superior de 9,6% na receita.

Mesmo com as concessões, já incluindo as dos aeroportos do Galeão e Confins, previstas para 2014, a Empresa continua a ser a maior operadora aeroportuária do País, em número de aeroportos e passageiros, além de exercer a função estratégica da União nas parcerias com a iniciativa privada. São administrados pela Infraero, hoje, 63 aeroportos, 75 estações prestadoras de serviços de telecomunicações e de tráfego aéreo (EPTAs) e 31 terminais de logística de carga.

O montante dos nossos investimentos na infraestrutura aeroportuária brasileira bateu novo recorde: a execução de R\$ 2,31 bilhões, 36,5% superior ao investido em 2012, sendo R\$ 1,64 bilhão em empreendimentos e equipamentos e R\$ 0,67 bilhão no capital social das concessionárias dos Aeroportos de Brasília, Campinas e Guarulhos.

Na busca de novas frentes para a geração de receitas, a Empresa está desenvolvendo projeto para criação de uma subsidiária para oferecer aos governos federal, estaduais e municipais, operadores privados nacionais e internacionais e à própria Infraero, serviços de consultoria e de suporte à gestão de aeroportos, de desenvolvimento da infraestrutura, de treinamento de pessoal e outros relacionados à exploração de aeroportos no Brasil e no exterior.

Inserida que está no segmento aeroportuário, com excelentes perspectivas de crescimento nos próximos anos, a Empresa deve olhar para o futuro vislumbrando um cenário propício à ampliação da sua atuação, partindo da condição de maior operador nacional para ser referência em negócios aeroportuários no Brasil e no Exterior. Esse é o caminho que seguiremos.

Gustavo do Vale
Presidente da Infraero



2. PERFIL

A Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero, com sede em Brasília - DF, é uma empresa pública de direito privado com patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira. Constituída nos termos da Lei nº 5.862, de 12/12/1972, tem por finalidade implantar, administrar, operar e explorar industrial e comercialmente a infraestrutura aeroportuária que lhe for atribuída pela Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República.

Prestando serviços que atendem a padrões internacionais de segurança, conforto e qualidade, a Infraero administra 63 aeroportos, 31 Terminais de Logística de Carga e 75 Estações Prestadoras de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo (EPTAs). A organização administrativa da Empresa constitui-se de uma Sede e nove Superintendências Regionais, nas quais se vinculam os aeroportos e as EPTAs.

Esta Empresa desenvolve atividades nas áreas de logística para operação de passageiros e de aeronaves; logística de carga aérea; comercialização de áreas e venda de serviços; telecomunicações em aeroportos e navegação aérea, e para desenvolver esse trabalho conta com 31,9 mil colaboradores distribuídos pelas diversas regiões do País, sendo 13,1 mil empregados orgânicos e 18,8 mil empregados terceirizados.

Presente em todos os estados da federação, a Rede de aeroportos administrados pela Infraero contabilizou, em 2013, 2,3 milhões de pousos e decolagens de aeronaves nacionais e estrangeiras, transportando 135,7 milhões de passageiros. Foram movimentadas, também, 483,2 mil toneladas nos Terminais de Logística de Carga.

O mapa a seguir evidencia os principais pontos de presença da Empresa no território brasileiro.

Identidade Corporativa

Negócios

“Soluções aeroportuárias.”

Missão

“Oferecer soluções aeroportuárias inovadoras e sustentáveis aproximando pessoas e negócios.”

Visão 2016

“Ser a referência brasileira em soluções aeroportuárias.”

Valores

- Compromisso com os clientes;
- Efetividade e competitividade;
- Valorização dos colaboradores;
- Inovação, qualidade e segurança;
- Ética e responsabilidade socioambiental;
- Geração de resultados;
- Orgulho de ser Infraero.

Governança

Para garantir o fortalecimento da governança corporativa, a Infraero dispõe de uma estrutura organizacional composta por Assembleia Geral, Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

Assembleia Geral

A Assembleia Geral é o órgão soberano da Infraero, representada pela reunião dos acionistas. Sua função é discutir, deliberar e votar a respeito de demonstrações contábeis; destinação do lucro líquido do exercício e distribuição de dividendos; alienação das ações do seu capital ou de suas controladas; alterações no Estatuto Social; abertura do seu capital e emissão de quaisquer títulos ou valores mobiliários, no País ou no exterior, entre outras atribuições.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Infraero é o órgão de deliberação colegiada responsável por estabelecer as políticas da Empresa, bem como prestar orientações à sua Diretoria Executiva. Seus membros são eleitos pela Assembleia Geral, sendo o representante dos empregados eleito pela categoria, possuindo mandato de três anos, com possibilidade de reeleição.

Compõem o Conselho de Administração da Infraero:

Guilherme Walder Mora Ramalho (Presidente): Representante da SAC/PR

Antonio Gustavo Matos do Vale (Membro): Representante da SAC/PR – Presidente da Infraero

Licínio Velasco Júnior (Membro): Representante da SAC/PR

Mario José Soares Esteves Filho (Membro): Representante da SAC/PR

Rafael Rodrigues Filho (Membro): Representante do Ministério da Defesa (MD)

Célio Alberto Barros de Lima (Membro): Representante dos empregados da Infraero

Maria Fernandes Caldas (Membro): Representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva da Infraero é constituída de um Presidente e sete Diretores, cujas responsabilidades envolvem a administração geral dos negócios da Empresa, assim como a execução das deliberações da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Compõem a Diretoria Executiva da Infraero:

Antonio Gustavo Matos do Vale: Presidente

André Luis Marques de Barros: Diretor Comercial

Francisco José de Siqueira: Diretor Jurídico

Geraldo Moreira Neves: Diretor de Administração

Jaime Henrique Caldas Parreira: Diretor de Engenharia

João Márcio Jordão: Diretor de Operações

José Irenaldo Leite de Ataíde: Diretor Financeiro

Mauro Roberto Pacheco de Lima: Diretor de Planejamento

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é o órgão responsável pela fiscalização dos atos praticados pelos administradores, bem como pela verificação do cumprimento de seus deveres legais e estatutários. Cabe ao Conselho Fiscal examinar e opinar sobre as demonstrações contábeis do exercício, o relatório anual da administração e os processos de prestação de contas.

Compõem o Conselho Fiscal da Infraero:

Sérgio Cruz (Titular e Presidente): Representante da SAC/PR

Nelson Edmundo Forte Fernandes de Negreiros Deodato Filho (Titular): Representante da SAC/PR

Lílian Maria Cordeiro (Titular): Representante da STN/MF

Maurício Melo Chaves (Suplente): Representante da SAC/PR

Fernando Antônio Ribeiro Soares (Suplente): Representante da SAC/PR

Sheila Benjuino de Carvalho (Suplente): Representante da STN/MF

3. MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO

Com a consolidação dos novos cenários, sobretudo das concessões levadas a termo pelo governo federal, houve a necessidade de mudanças nas estratégias empresariais da Infraero para os próximos períodos. Assim, em 2013, a Empresa iniciou uma série de trabalhos objetivando a modernização da sua gestão.

Estratégia da Evolução

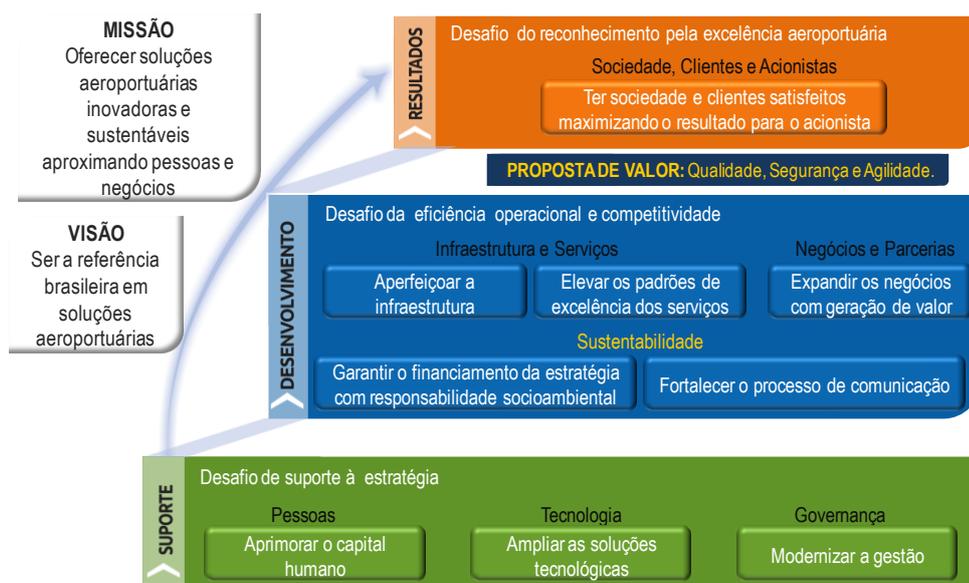
Ao final da primeira fase de concessões de aeroportos, a Infraero passou a ter outras operadoras como sócias em Brasília, Guarulhos e Campinas. A Empresa viu-se diante de um cenário inédito, com a concorrência das novas operadoras e a inevitável comparação entre os aeroportos. Essa mudança é positiva e ao mesmo tempo coloca a Empresa diante de um grande desafio que é o de se reposicionar estrategicamente.

Nesse aspecto uma das mais importantes decisões ocorridas no início de 2013 foi a revisão da sua identidade corporativa e o reposicionamento estratégico da Empresa no contexto do novo ambiente. Como primeiro passo essencial a esse reposicionamento, a Empresa estabeleceu uma nova declaração de negócio como “Soluções Aeroportuárias”, como expressão que melhor conceitua o conjunto de serviços com o qual a Empresa transforma o valor percebido de seus clientes em geração de receita, imprescindíveis para o seu crescimento.

Acompanhando o novo pensamento, a definição da missão deixa claro aos clientes e sociedade a razão de ser da Empresa que é “oferecer soluções aeroportuárias inovadoras e sustentáveis aproximando pessoas e negócios” e sinaliza claramente a vocação da Infraero em prover soluções que prioritariamente entreguem valor aos clientes e à sociedade, sem, obviamente, esquecer a necessidade de retorno que a organização precisa obter e alinha as áreas responsáveis pela sustentabilidade financeira à missão.

O Plano Estratégico foi estruturado sob a égide do conceito de “Evolução”, materializado, principalmente, na definição da visão de futuro em três dimensões complementares e progressivas: a primeira até 2016, que é considerada o “ciclo de transformação”, a segunda até 2020, denominada o “ciclo da consolidação” e, finalmente, a terceira até 2028 como o “ciclo da liderança”. Essa nova postura tem como objetivo oferecer maior consistência à fase mais crítica do Plano Estratégico, que é o de dar vida a sua execução e estabelecer meios de governança que confirmem o alcance dos objetivos propostos.

Assim, o Mapa Estratégico foi redesenhado e contempla no ciclo inicial os objetivos, as metas e os projetos que sustentarão a Empresa na fase de transformação.



Mapa Estratégico 2013-2016

Para dar lastro a todas as alterações necessárias ao conceito de Evolução foi também fundamental pontuar aquilo que a Empresa acredita para definir claramente o que a direciona. Assim, atitudes como “o compromisso com o cliente”, a necessidade de “inovação, qualidade e segurança” e principalmente o sentimento de ter “orgulho de ser Infraero”, entre outros, foram identificados como aspectos que movem a sua força de trabalho, passando a constar textualmente na relação dos valores.

Merece destaque a observação de que as profundas alterações iniciadas em 2013 visam principalmente garantir a perpetuidade da Empresa num cenário competitivo e de exigências, no qual só sobrevivem aqueles que constantemente se reinventam. É a reafirmação de uma grande organização que aprendeu muito com a experiência do seu passado, vive intensamente o seu presente e crê fortemente na sua importância para o futuro do Brasil.

Novo Modelo Organizacional da Infraero

Ao encontro do novo posicionamento estratégico aprovado e diante de desafios como o crescimento expressivo da demanda do mercado da aviação civil brasileira, a necessidade de melhorar a qualidade dos serviços ofertados e de acelerar os investimentos na infraestrutura aeroportuária, além, é claro, a concessão dos aeroportos mais rentáveis da Rede, uma das primeiras tarefas a serem enfrentadas foi o de estabelecer um novo modelo organizacional para a Infraero.

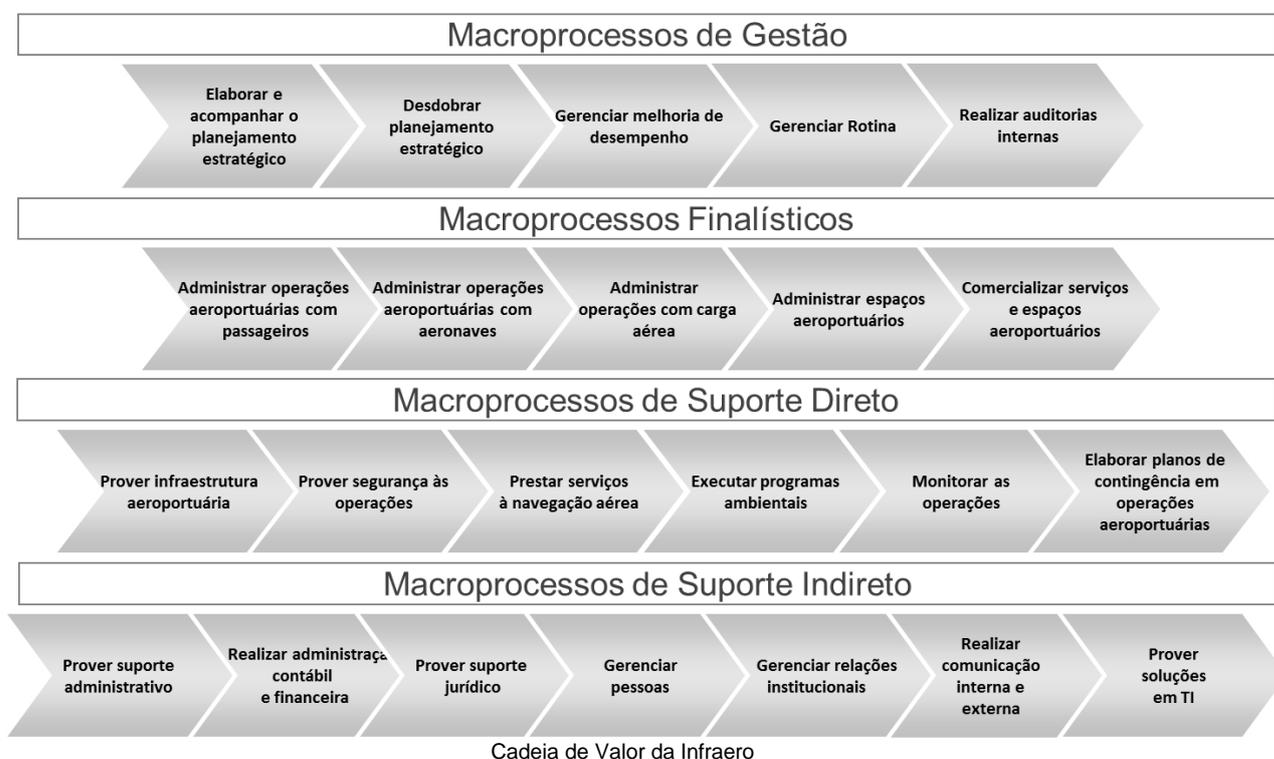
Esse novo modelo tem como diretriz tornar a Infraero uma empresa mais competitiva, dentro de um mercado concorrencial, definindo um novo posicionamento para os seus negócios. Corrigir o desbalanceamento da estrutura organizacional frente às mudanças e alterações em seus componentes operacionais, com as concessões de aeroportos, e aos desafios impostos pelo comportamento atual do mercado de aviação civil é uma tarefa que se iniciou em 2013, mas que continuará ao longo dos próximos anos. O trabalho de reorganização tem o apoio da Falconi Consultores de Resultado.

O projeto estratégico compreende três frentes de trabalho, sendo a primeira direcionada à reorganização administrativa da Infraero, a segunda à aplicação de metodologia de gerenciamento de projetos e, a última, à melhoria dos resultados econômico-financeiros, a qual envolve iniciativas de gerenciamento matricial de receitas e de despesas.

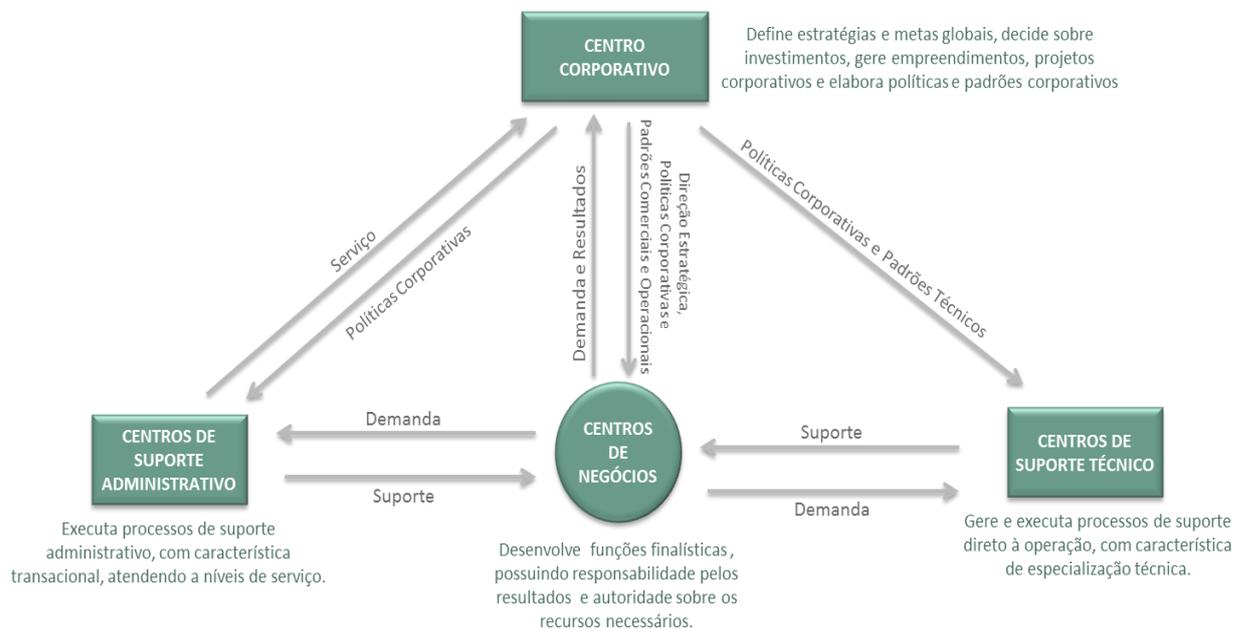
O novo modelo organizacional foi elaborado com base nos estudos produzidos pela Falconi e nos direcionadores estratégicos estabelecidos pela Diretoria Executiva à luz de entrevistas realizadas com os dirigentes da Empresa e com autoridades governamentais ligadas ao setor da aviação civil, dentre os quais se destacam:

- Tornar a Infraero competitiva, dentro de um mercado concorrencial, definindo um novo posicionamento para os seus negócios;
- Definir a Sede com papel normativo, fiscal e decisório, otimizando o tempo de resposta para as decisões estratégicas da Empresa;
- Definir os aeroportos como Centros de Negócios, com autonomia, metas diretoras de sustentabilidade e prêmios por desempenho;
- Redefinir a atuação das estruturas de suporte aos aeroportos;
- Redirecionar a função comercial para um melhor aproveitamento das oportunidades comerciais, com especialização e inserção de parcerias.

De acordo com os direcionadores estratégicos e o diagnóstico da gestão elaborado pela consultoria contratada, foram identificados os processos organizacionais a partir do que foi possível elaborar a Cadeia de Valor da Infraero, que subsidiou a concepção do novo modelo organizacional.



Nesse sentido, o objetivo do novo modelo organizacional é garantir níveis adequados de serviço, expansão célere da infraestrutura e capacidade de geração de receitas com vistas a financiar os empreendimentos e custear as ações de melhoria da qualidade dos serviços prestados.



Fonte: adaptado de Falconi Consultores de Resultado.

Relacionamento entre as entidades organizacionais

No que se refere à estrutura organizacional das dependências da Empresa, considerou-se diretrizes que propõem definir a Sede como Centro Corporativo, estratégico, dotado de níveis hierárquicos restritos à Diretoria, Superintendência e Gerência. Além disso, o modelo requer a segregação das atividades estratégicas e transacionais, transferindo estas últimas ao Centro de Suporte Administrativo.

Os Centros de Suporte Técnico-Administrativos, por sua vez, centralizam os processos administrativos e prestam suporte técnico aos aeroportos. A relação entre os aeroportos (centros de negócios) e os centros de suporte será pautada por Acordos de Nível de Serviço, os quais firmam acordo entre a área prestadora do serviço e o Aeroporto, descrevendo o serviço a ser realizado, suas metas de qualidade e tempo de entrega, papéis e responsabilidades das partes envolvidas, bem como penalidades e compensações pelo não cumprimento dos requisitos definidos.

Todas as iniciativas necessárias à sustentabilidade do novo conceito estão sendo organizadas e implementadas por meio de um Plano de Implantação e por ferramentas apoiadas nos comitês estratégicos, instituídos para promover a integração entre decisões estratégicas da Empresa e sua implementação nas camadas técnicas. Esses comitês devem criar as condições para a participação das áreas interessadas e Diretorias, avaliação técnica adequada, tempestividade do processo decisório e monitoramento adequado dos processos sobre assuntos específicos, dentre eles gestão estratégica; gestão de projetos; gestão de empreendimentos; gestão de processos; gestão de recursos humanos; gestão de risco; desenvolvimento aeroportuário; e desenvolvimento tecnológico.

Diante do cenário no qual a Infraero se insere, ações de reorganização aparecem como elemento essencial à rotina dos negócios, conferindo à Empresa a oportunidade de adotar estratégias mais adequadas para sua sustentabilidade e desenvolvimento. As instabilidades econômicas reforçam a necessidade e importância de realizar ações de modo a obter uma estrutura organizacional preparada para as mudanças constantes do mercado. A partir de um amplo diagnóstico e tratamento de fatores, que englobam entre diversas iniciativas a gestão organizacional, posicionamento estratégico, gestão societária, capital humano e situação financeira. O processo de reorganização, portanto, deve ser contínuo, apoiando a expansão dos negócios e a competitividade da Empresa.

Gestão de Projetos

Desde a sua implantação, o Escritório de Projetos (PMO Corporativo) vem aprimorando as práticas de gerenciamento dos projetos estratégicos na Infraero com o intuito de melhorar o desempenho das ações, cujo foco seja a geração de resultados que contribuam para o reconhecimento pela excelência aeroportuária, por parte da sociedade, clientes e acionistas.

O aprimoramento dessas práticas também é resultado do novo modelo de gestão organizacional, e no que diz respeito à gestão de projetos, esse aprimoramento consiste na implementação da Metodologia de Gerenciamento de Projetos Estratégicos, realizada com a participação da Falconi.

Essa implementação foi iniciada com a realização de uma avaliação de maturidade em gerenciamento de projetos com o objetivo de se verificar o quão a Infraero usa o método com efetividade e quais os pontos de melhoria identificados. O resultado da avaliação, no início do exercício, foi de 1,65 pontos, o que significa que a Infraero está no estágio inicial em gerenciamento de projetos. Ao final de 2013, outra avaliação foi realizada e as expectativas foram superadas, pois a pontuação obtida foi de 2,20, ou seja, a Infraero já possui um conjunto de procedimentos padronizados e agora irá aperfeiçoá-lo. As avaliações foram executadas de acordo com o Modelo de Maturidade em Gerenciamento de Projetos, de Prado.

Com a utilização da Metodologia de Projetos Estratégicos, o PMO Corporativo assessorou o planejamento e está monitorando a execução de 22 projetos do total de 27 aprovados pela Diretoria Executiva, que compõem a carteira em 2013. Os demais projetos ainda estão em fase de planejamento ou aguardam a aprovação dos planos por parte dos seus *Sponsors*. Com essa composição toda a carteira apresentou um desvio médio de 1,7% em relação aos prazos e não apresentou desvio de orçamento.

Em grande parte, os bons resultados observados na implementação da metodologia e nos projetos, em si, se devem ao modelo de governança aprovado pela Diretoria Executiva, o qual tem contribuído para o acompanhamento intensivo dos projetos estratégicos e para a sinergia entre todos os envolvidos, dentre os quais o Comitê de Projetos Estratégicos (COPE), os *Sponsors* e os Líderes de Projetos.

O COPE, que é formado pelos Diretores de Administração, Comercial, Financeiro, Jurídico e de Planejamento, tem como principais atribuições avaliar o andamento dos projetos estratégicos, principalmente no que se refere aos prazos, ao orçamento e ao escopo, e atuar como facilitador entre os principais envolvidos na execução dos projetos, visando ao cumprimento dos seus objetivos.

Também em 2013 foi implantada a metodologia de gestão de portfólio que tem por finalidade o suporte na escolha da melhor carteira de projetos e empreendimentos para viabilizar a execução das estratégias da Infraero. O modelo consiste em identificar e separar as propostas de projetos e empreendimentos elaboradas por toda organização, nas cestas Fortalecimento Institucional e Governança, Excelência dos Serviços, Alavancagem de Resultados Econômico-Financeiros e Projetos Mandatórios, com o intuito de favorecer a avaliação, a priorização e uma pré-seleção dos projetos que passarão a compor a carteira. Em novembro de 2013 a proposta do portfólio de projetos para 2014 foi concluída e a Diretoria Executiva contou com essa ferramenta para sua tomada de decisão. A carteira passou a ter 69 projetos e 11 novos empreendimentos, cujos recursos orçamentários necessários para a execução também foram aprovados em conjunto.

Gestão de Processos

Dentre os trabalhos realizados pela Falconi na frente de reorganização administrativa, destaca-se a identificação de mais de 100 processos da Empresa, tendo sido priorizados pela Diretoria Executiva o mapeamento e reprojeto de 32. Esses processos, após serem reprojutados, serão monitorados para garantir o desempenho esperado pela alta administração.

No escopo do trabalho a ser desenvolvido com o apoio da consultoria, também está a configuração e implantação do Escritório de Processos, que será responsável pelo mapeamento, reprojeto e acompanhamento dos Processos Prioritários e de Suporte ao Negócio Infraero.

Para acompanhamento estratégico dos processos prioritários foi criado pela Diretoria Executiva o Comitê de Processos Corporativos (COGEP). Este Comitê possibilitará ambiente estratégico propício à implantação da Gestão de Processos Corporativos na Empresa, permitindo retratar a situação atual e descrever a visão futura dos processos de negócio, além de otimizar e evidenciar em qual grau de maturidade os processos se encontram, para efetivamente se tornarem competitivos no mercado da aviação civil, além de verificar o desempenho dos Acordos de Níveis de Serviços e o desempenho dos Centros de Suporte, desenvolvendo uma nova cultura voltada à inovação.

4. DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

Principais resultados e indicadores

O ano de 2013 foi o ano dos investimentos na infraestrutura aeroportuária brasileira. A Infraero bateu novo recorde de investimentos com a execução de R\$ 2.313,1 milhões, 36,5% superior ao montante investido em 2012. Destaca-se que foram investidos R\$ 1.044,2 milhões em empreendimentos que integram o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e integralizados R\$ 672,4 milhões no capital social das concessionárias dos aeroportos de Brasília, Campinas e Guarulhos. Para financiar tais obras, que traduz os investimentos estratégicos do Governo Federal, a União aportou R\$ 2.202,3 milhões no capital social da Infraero.

A gestão financeira da Empresa esteve centrada na otimização dos gastos e na gestão do fluxo de caixa, visando amenizar a perda de receitas advindas da concessão dos aeroportos de Brasília, Campinas e Guarulhos no exercício anterior. Os aeroportos concedidos passaram a ser administrados por Sociedades de Propósito Específicos (SPE's), das quais a Infraero detém 49% do capital.

O Lucro antes de juros, impostos, depreciação, amortização, provisões e resultado da equivalência patrimonial (EBITDA ajustado) foi de R\$ 156,5 milhões, o que representa uma margem de 5,1% no ano, 3,0 pontos percentuais superior ao apurado em 2012 sem os aeroportos concedidos.

O movimento operacional apresentou redução em relação ao exercício de 2012, em decorrência das concessões de Brasília, Campinas e Guarulhos, aeroportos que representavam 29% dos passageiros operados, 19% das aeronaves e 58% da carga aérea. Outro fator que contribuiu para diminuição do movimento operacional foi a revisão da malha aérea pelas principais companhias aéreas, bem como a fusão da Webjet com a Gol e a da Trip com a Azul. No segmento de carga aérea, a queda da carga exportada deve-se, principalmente, pela desaceleração da economia e da alta do dólar verificada no exercício. Com isso, a redução do movimento de passageiros foi de 27,2%; o de aeronaves 22,0% e 51,5% para a carga aérea.

Em relação aos indicadores de produtividade destaca-se que a receita operacional por *Work Load Unit* (WLU), equivalente a um passageiro ou cem quilos de carga, foi de R\$ 22,0 por unidade operada, ou seja, equivalente ao resultado apurado no exercício anterior. Quando considerada a relação com custo dos serviços prestados, a redução foi de 12,9% em relação a 2012 em função da queda do movimento operacional.

O indicador que apura o investimento por empregado foi de R\$ 171,6 mil de investimento realizado por empregado, o que representa 43,4% de crescimento no ano. Em relação a *Work Load Unit* (WLU) o indicador ficou em R\$ 16,5 por unidade operada, um aumento de 90,7%.



Resultados	Unidade	2012		2013	% %	
		Sem Concessão	Com Concessão		Sem	Com
Receitas Brutas	R\$ milhões	4.365,4	2.786,2	3.097,5	(29,0)	11,2
Custo dos Serviços Prestados	R\$ milhões	2.687,2	2.003,7	2.207,6	(17,8)	10,2
Lucro Bruto	R\$ milhões	1.678,2	782,6	889,9	(47,0)	13,7
Ebitda Ajustado ⁽¹⁾	R\$ milhões	925,2	59,3	156,5	(83,1)	n.m.
Investimentos	R\$ milhões	1.694,7	1.694,7	2.313,1	36,5	
Passageiros ⁽³⁾	mil	186,4	135,6	135,7	(27,2)	0,1
Aeronaves ⁽³⁾	mil	2.938,3	2.424,0	2.290,9	(22,0)	(5,5)
Carga Aérea ⁽³⁾	mil ton	997,2	483,7	483,2	(51,5)	(0,1)
Work Load Unit - WLU ⁽²⁾	milhões	196,4	140,4	140,6	(28,4)	0,1
Indicadores de Desempenho					%	%
Margem Ebitda ⁽¹⁾	%	21,2	2,1	5,1		
WLU por Força de Trabalho	mil	4,8	4,5	4,3	(10,1)	(3,7)
WLU por Custo dos Serviços Prestados	mil	73,1	70,1	63,7	(12,9)	(9,1)
Receita Operacional por WLU	R\$	22,2	19,8	22,0	(0,9)	11,1
Investimento por Empregado	R\$ mil	119,7	146,2	171,6	43,4	17,4
Investimento por WLU	R\$	8,6	12,1	16,5	90,7	36,4

Notas:

Valores do Balanço Patrimonial e DRE de 2012 rerepresentados para efeito de comparabilidade.

(1) Ebitda Ajustado - Lucro antes de juros, impostos, depreciação, amortização, provisões, resultado da equivalência patrimonial, PDITA e OBU.

(2) WLU - equivalente a 1 passageiro ou 100 kg de carga.

(3) Movimento operacional sem os dados dos aeroportos de Brasília, Campinas e Guarulhos a partir da data de concessão.

Destaques em resultados e indicadores

Desempenho Operacional

Descrição	Unidade	2012		2013	% %	
		Sem Concessão	Com Concessão		Sem	Com
Passageiros	PAX milhões	186,4	135,6	135,7	(27,2)	0,1
.Doméstico	PAX milhões	169,0	128,7	129,2	(23,6)	0,4
.Internacional	PAX milhões	17,4	6,9	6,6	(62,2)	(4,5)
Carga Aérea	TON mil	997,2	483,7	483,2	(51,5)	(0,1)
.Importação	TON mil	432,5	174,5	168,0	(61,2)	(3,7)
.Exportação	TON mil	251,5	75,6	75,4	(70,0)	(0,4)
.Carga Nacional	TON mil	313,2	233,6	239,8	(23,4)	2,7
Aeronaves	AER mil	2.938,3	2.424,0	2.290,9	(22,0)	(5,5)
.Doméstico	AER mil	2.775,1	2.344,9	2.226,1	(19,8)	(5,1)
.Internacional	AER mil	163,2	79,1	64,8	(60,3)	(18,1)
Empregados Total (Média anual)	Unt.	40.678	31.180	32.408	(20,3)	3,9
.Orgânicos (Média anual)	Unt.	14.163	11.591	13.477	(4,8)	16,3
.Terceirizados (Média anual)	Unt.	26.515	19.589	18.931	(28,6)	(3,4)

Nota: Movimento operacional sem os dados dos aeroportos de Brasília, Campinas e Guarulhos a partir da data da concessão

Desempenho operacional

O desempenho operacional da Infraero foi influenciado pela transferência dos aeroportos de Brasília, Campinas e Guarulhos às novas concessionárias no final de 2012.

O movimento de passageiros, que agrega o embarque, desembarque e conexão, foi de 135,7 milhões, redução de 27,2% em relação ao mesmo período do exercício anterior, sendo 129,2 milhões de domésticos e 6,6 milhões de internacionais.

Em relação ao movimento operacional de aeronaves, pouso e decolagem, chegou-se a 2.290,9 mil operações, o que representa 22,0% inferior ao verificado em 2012, sendo 2.226,1 mil de operações domésticas e 64,8 mil de internacionais.

O movimento de carga aérea apresentou queda em todos os segmentos, sendo 61,2% na importação, 70,0% na exportação e 23,4% na carga nacional. Foram movimentadas 483,2 mil toneladas ante as 997,2 mil toneladas em 2012.

Comparando os dados operacionais realizados em 2013 com o movimento de 2012 sem os aeroportos de Brasília, Campinas e Guarulhos, verifica-se que o movimento de passageiros permaneceu estável e o segmento de aeronaves 5,5%. No segmento de carga aérea a queda do movimento operacional foi de 0,1%, sendo que carga nacional apresentou aumento de 2,7%.

Com a concessão dos aeroportos de Brasília, Campinas e Guarulhos e do Programa de Incentivo à Transferência ou à Aposentadoria (PDITA), houve redução do efetivo da empresa em 4,8% e no efetivo terceirizado de 28,6%.

Resultado Financeiro

Descrição	2012		2013	(Em milhões)	
	Sem Concessão	Com Concessão		%	%
Receita Bruta	4.365,4	2.786,2	3.097,5	(29,0)	11,2
. Aeronáuticas	2.121,8	1.500,7	1.649,3	(22,3)	9,9
. Comerciais	2.243,6	1.285,6	1.448,2	(35,5)	12,7
Resultado Operacional Recorrente	994,8	70,2	80,8	(91,9)	15,1
Custo dos Serviços Prestados	2.687,2	2.003,7	2.207,6	(17,8)	10,2
Despesas Operacionais	860,6	860,6	933,0	8,4	8,4
EBITDA Ajustado ¹	925,2	59,3	156,5	(83,1)	n.m.
Lucro/Prejuízo Líquido antes dos Investimentos da União	396,7	(328,5)	(1.224,6)	(408,7)	272,8
Lucro Líquido/Prejuízo do Exercício	114,6	(528,8)	(2.654,8)	n.m.	n.m.
Dividendos - Juros s/Capital Próprio	25,6	25,6	-		
Partic. Empregados e Dirigentes no Resultado	6,8	6,8	-		

1) EBITDA Ajustado - Lucro antes dos impostos, juros, da depreciação, amortização, provisões, resultado da equivalência patrimonial, PDITA e OBU.

Resumo da demonstração do resultado financeiro

A receita bruta do exercício atingiu o montante de R\$ 3.097,5 milhões, sendo R\$ 1.649,3 milhões de receitas aeronáuticas e R\$ 1.448,2 milhões de receitas comerciais.

O faturamento foi 29,0% abaixo do exercício anterior em função da concessão dos aeroportos de Brasília, Campinas e Guarulhos, os quais faturaram juntos R\$ 1.586,7 em 2012, bem como do não reajuste tarifário (embarque, pouso e permanência) previsto na Resolução nº. 216/2012. Destaca-se ainda que foi implantada a tarifa de conexão, Resolução nº 274/ANAC, sendo que a cobrança pela Infraero iniciou-se em 19 de julho de 2013.

O EBITDA ajustado, calculado antes de juros, impostos, depreciação, provisões, amortização, Programa de Incentivo à Transferência ou à Aposentadoria (PDITA), Obras em Bens da União (OBU) e o Resultado de Equivalência Patrimonial, apresentou resultado de R\$ 156,5 milhões, gerando margem de 5,1%.

O Prejuízo Líquido (antes dos investimentos para União) foi de R\$ 1.224,6 milhões em decorrência dos seguintes fatores, bem como para atender aos princípios do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):

- Provisão para redução ao valor recuperável – *impairment*, considerando que a recuperabilidade dos ativos da Infraero foi calculada com base na estimativa dos fluxos de caixa de cinco anos futuros dos aeroportos da Rede, R\$ 398,6 milhões;
- Provisão de devedores duvidosos em função de alteração do critério de reconhecimento da legislação fiscal para toda dívida em aberto de empresas em processo de falência ou recuperação judicial, R\$ 383,1 milhões;
- Provisão do incentivo dos empregados que aderiram ao Programa de Incentivo à Transferência ou à Aposentadoria (PDITA) e foram confirmados pela área de Recursos Humanos, R\$ 191,3 milhões;
- Pagamento de incentivo e indenizações aos empregados que aderiram ao Programa de Incentivo à Transferência e a Aposentadoria (PDITA), R\$ 141,9 milhões;
- Perda, por operações descontinuadas, referente ao provisionamento do montante dos ativos dos aeroportos do Galeão e Confins que estão previstos para serem transferidos a iniciativa privada em agosto de 2014, R\$ 54,3 milhões;
- Ganho com equivalência patrimonial com base nos resultados apurados das concessionárias dos referidos aeroportos, nas quais a Infraero mantém participação acionária de 49%, R\$ 31,4 milhões;
- Provisão de diversos responsáveis relativa a pagamento de multas que estão em processo de apuração de responsabilidade, R\$ 3,8 milhões;
- Provisão de perdas de estoque no montante de R\$ 0,9 milhão.

Foram investidos R\$ 1.430,2 milhões nos aeroportos da rede Infraero. Este valor foi registrado como despesa do período, tendo em vista tratar-se de investimentos realizados em bens da União. Após as deduções dos investimentos em obras e serviços de engenharia o prejuízo apurado no exercício foi de R\$ 2.654,8 milhões.

Na comparação dos resultados da Empresa sem os aeroportos de Brasília, Campinas e Guarulhos na base de 2012, verifica-se que as receitas brutas apresentaram crescimento de 11,2%, com destaque para o crescimento das receitas comerciais em 12,7%. O custo dos serviços prestados apresentou crescimento de 10,2% em função, principalmente, da absorção dos empregados que não foram aproveitados pelos concessionários dos aeroportos concedidos. O lucro bruto (resultado operacional recorrente) foi de R\$ 80,8 milhões, 15,1% superior ao verificado 2012.

Participações por segmento de negócio em relação à Receita Bruta

Descrição	2012		2013	(Em milhões)		Participação
	Sem Concessão	Com Concessão		% Sem	% Com	
Passageiros	1.289,5	928,9	961,8	(25,4)	3,5	31%
Aeronaves	832,4	571,8	687,5	(17,4)	20,2	22%
Carga Aérea	833,9	366,4	391,8	(53,0)	6,9	13%
Concessão de Áreas	1.341,7	868,2	994,2	(25,9)	14,5	32%
Exploração de Serviços	68,0	50,9	62,2	(8,5)	22,1	2%
Total	4.365,4	2.786,2	3.097,5	(29,0)	11,2	100%

As receitas por segmentos de negócio apresentaram redução em vista da concessão dos aeroportos de Brasília, Campinas e Guarulhos.

Na apuração dos resultados com a exclusão dos aeroportos concedidos em 2012, verifica-se que o segmento de aeronaves apresentou crescimento de 20,2% em função da arrecadação das receitas de navegação aérea e da tarifa de conexão, cuja cobrança foi autorizada pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Resolução nº 274/Anac.

O segmento de carga aérea encerrou o exercício com R\$ 391,8 milhões faturados, aumento de 6,9%, em decorrência da valorização do Dólar. No segmento de concessão de áreas, as receitas foram de R\$ 994,2 milhões, crescimento de 14,5% em decorrência das ações voltadas à concessão de novas áreas comerciais e à realização de licitações para áreas existentes, principalmente nas atividades de restaurantes, bares, lanchonetes, estacionamento arrendado e companhias de transporte aéreo.

No segmento de exploração de serviços o crescimento foi de 22,1% em função da comercialização de nova atividade de cursos e treinamentos ministrados pela Infraero, presenciais ou não, gerando no exercício, R\$ 6,4 milhões de faturamento.

Custos e Despesas Operacionais

No tocante ao custo dos serviços prestados, a redução foi de apenas 17,8% em relação ao exercício anterior, chegando ao montante de R\$ 2.207,6 milhões.

O crescimento das despesas com pessoal deveu-se ao reajuste decorrente do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2013/2014 de 6,5% a partir de maio, 1% de promoção a partir de agosto, concessão de 1,25% de ganho real a partir de setembro e a concessão de 60 vales alimentação extra.

Os custos com serviços contratados e material de consumo apresentaram redução menor que o esperado, em consequência da ampliação e repactuações dos contratos operacionais e de manutenção nos aeroportos, para conformidade com os normativos vigentes, como por exemplo, a proteção à aviação civil, assistência médica emergencial e o serviço de combate a incêndio – serviços essenciais à operacionalidade dos aeroportos, cujos procedimentos são moldados a partir de normas oriundas da Anac.

As despesas operacionais apresentaram aumento de 8,4%, chegando a R\$ 933,0 milhões, principalmente em função da contratação de consultoria para mapeamento de processos da Empresa; gestão matricial de receitas e despesas; reestruturação organizacional; conversão das demonstrações contábeis para padrão internacional e estudo atuarial do plano de previdência privado e benefícios pós emprego da Infraero.

Ativos, Passivos e Gestão Financeira

Descrição	(Em milhões)		
	2012	2013	%
Ativo	2.413,3	2.204,2	(8,7)
Circulante	1.129,9	538,3	(52,4)
Não Circulante	1.283,4	1.666,0	29,8
Caixa e Equivalentes de Caixa	221,6	47,2	(78,7)
Superávit/Déficit Financeiro	(1.036,8)	(173,8)	(83,2)
Passivo	2.413,3	2.204,2	(8,7)
Circulante	849,2	1.005,5	18,4
Não Circulante	437,3	605,9	38,5
Patrimônio Líquido	1.126,8	592,8	(47,4)

Nota: Valores do Balanço Patrimonial de 2012 reapresentados para efeito de comparabilidade.
Balanço patrimonial e disponibilidades

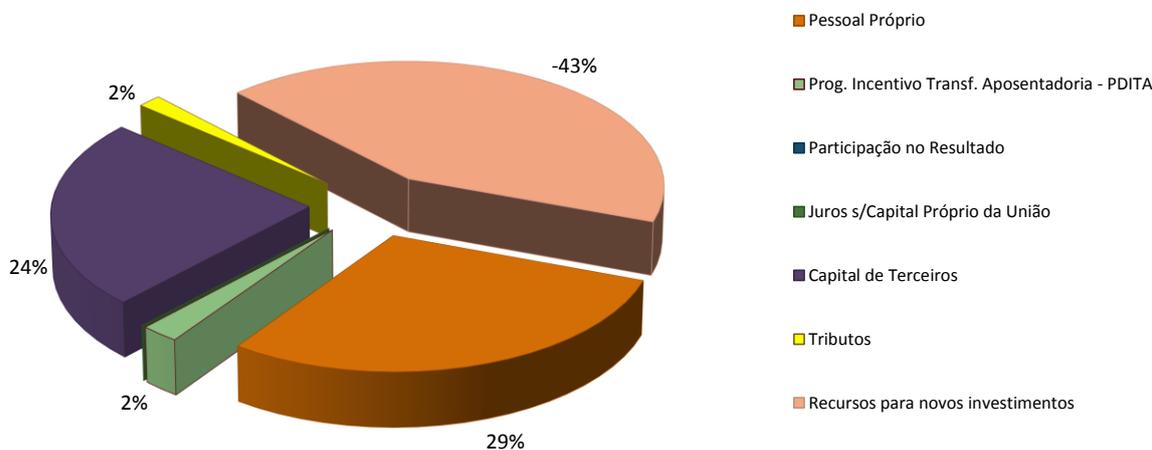
Os ativos totais da Empresa apresentaram aumento de 8,7%, chegando ao montante de R\$ 2.204,2 milhões. Em destaque está a redução de contas a receber em função da baixa de devedores duvidosos pela alteração do critério de reconhecimento da provisão e a redução do imobilizado em função do teste de recuperação do ativo, no montante de R\$ 398,6 milhões, bem como o aumento dos investimentos em função dos aportes de capital, no montante de R\$ 672,4 milhões, realizados pela Infraero nas Sociedades de Propósito Específico (SPE's) de Brasília, Campinas e Guarulhos.

O saldo das disponibilidades encerrou o exercício com R\$ 99,4 milhões, sendo R\$ 60,1 milhões de recursos próprios e R\$ 39,3 milhões de terceiros. Em decorrência do montante investido a Empresa apresentou *déficit* financeiro primário de R\$ 173,8 milhões.

O passivo circulante apresentou aumento de 18,4% no período e o passivo não circulante apresentou aumento de 38,5%, principalmente em função da provisão do Programa de Incentivo à Transferência ou à Aposentadoria (PDITA) dos empregados que realizaram a adesão e do reconhecimento do valor presente das obrigações com assistência médica e previdência complementar no Benefício Pós-emprego.

Distribuição do Valor Adicionado – DVA

A distribuição do valor adicionado, que representa a riqueza nova criada pela Infraero, atingiu o montante R\$ 909,2 milhões, redução de 64,9% em relação ao exercício anterior. A distribuição do valor adicionado pode ser observada no gráfico a seguir:

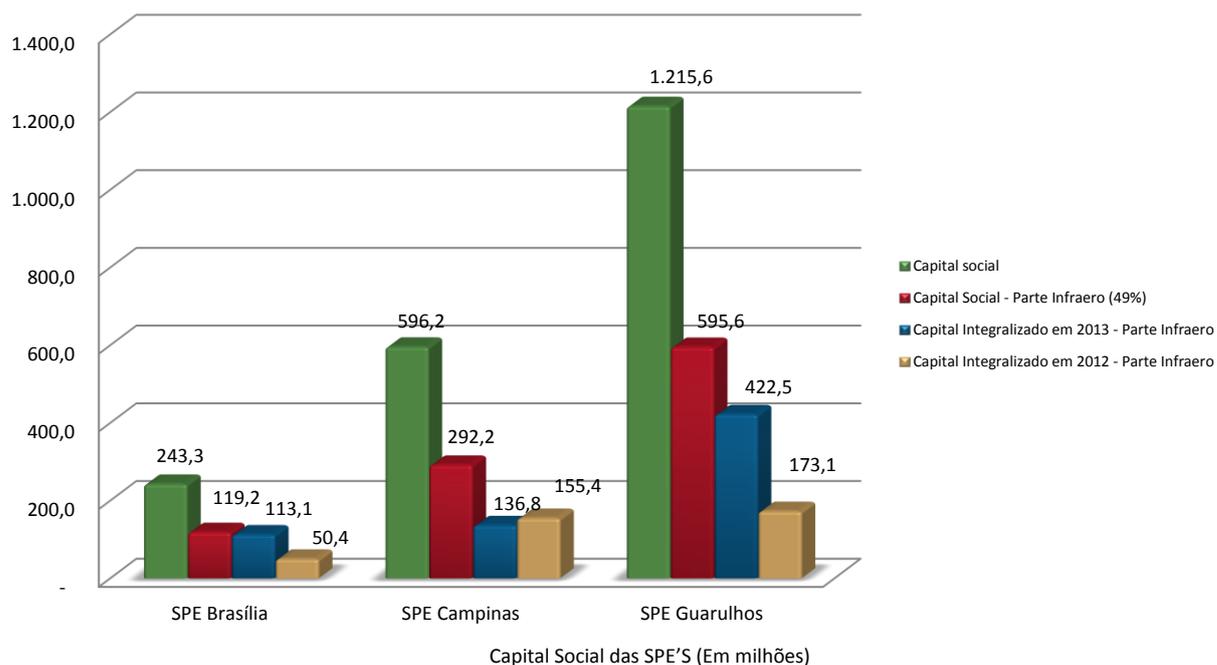


Distribuição do Valor Adicionado

Participação nas Sociedades de Propósito Específico – SPE

Em 2012, o Governo Federal realizou o leilão de concessão dos aeroportos de Brasília, Campinas e Guarulhos à iniciativa privada. Cada aeroporto concedido é administrado por uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), da qual a Infraero detém 49% do capital, participando das principais decisões da companhia.

A Infraero aportou R\$ 50,4 milhões para constituição do capital das Sociedades de Propósito Específico de Brasília, R\$ 155,4 milhões para a de Campinas e R\$ 173,1 milhões para a de Guarulhos em 2012. Para 2013 foram aportados R\$ 113,1 milhões para Sociedades de Propósito Específico de Brasília, R\$ 136,8 milhões para Campinas e R\$ 422,5 milhões para Guarulhos.



Plano de Investimento da Infraero

Descrição	(Em milhões)		
	2012	2013	%
a) Com Recursos Próprios da INFRAERO:	506,3	1.640,2	224,0
. Equipamentos/Terrenos	224,1	210,0	
. Obras e Equipamentos (Próprios/Aporte)	282,2	1.430,2	
b) Com Recursos ATAERO (Parte INFRAERO)	808,9	-	n.m.
. Equipamentos (Transf. para União)	8,3	-	
. Obras e Equipamentos (Transf. Para União)	800,6	-	
Total dos Dispêndios da INFRAERO	1.315,2	1.640,2	24,7
c) Com Recursos de Convênios	0,6	0,5	(11,3)
d) Aporte de Capital nas SPE's	378,9	672,4	
. Aporte de Capital	378,9	672,4	
Total de Investimentos	1.694,7	2.313,1	36,5

Investimentos

A execução dos investimentos atingiu o montante recorde de R\$ 2.313,1 milhões, sendo R\$ 1.640,1 milhões em equipamentos, obras e serviços de engenharia e R\$ 672,4 milhões em aporte de capital nas SPE's – concessionárias dos aeroportos concedidos. Este volume de investimentos realizados representam 36,5% de crescimento em relação ao exercício de 2012. Os investimentos foram financiados pelo Governo Federal que realizou aporte de capital da Infraero no montante de R\$ 2.202,3 milhões.

A Infraero, por ser uma empresa pública independente, participa do Programa de Dispêndios Globais (PDG) e do Orçamento de Investimento (OI) que são elaborados anualmente pelas empresas estatais. Trata-se de conjunto sistematizado de informações econômico-financeiras, com o objetivo de avaliar o desempenho das citadas empresas, compatibilizando-o com as metas de política econômica governamental. O Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST) é responsável pela coordenação da elaboração e pelo acompanhamento da execução das referidas peças orçamentárias.

Os investimentos realizados pela Infraero representaram 82,7% dos limites estabelecidos no Orçamento de Investimentos da Infraero, peça integrante da Lei Orçamentária Anual (LOA), e no Programa de Dispêndios Globais (PDG). No que se refere especificamente ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), que traduz os investimentos estratégicos do Governo Federal, foram investidos R\$ 1.044,2 milhões.

Com relação às obras concluídas em 2013, destacam-se as obras de ampliação do pátio de aeronaves em Salvador, reforma e ampliação do terminal de cargas em Curitiba, reforma e ampliação do terminal de passageiros de Foz do Iguaçu, ampliação das pistas de táxi e pátio de aeronaves em Macapá.

Com o objetivo de promover a segurança da aviação civil ampliando a proteção aos passageiros, a Infraero adquiriu 85 detectores de metal tipo pórtico; 10 equipamentos de raios-X para inspeção de bagagem despachada e carga aérea; 36 veículos de resgate e salvamento; 25 simuladores de torre em 3D; implantação de sistema de TV e vigilância, além de melhorias nas instalações das Seções Contra-Incêndio.

Quanto aos equipamentos operacionais, destacam-se os recursos investidos na aquisição de quatro equipamentos limpa-pista; 44 escadas rolantes; esteiras de bagagem; balcões de check-in; 9.558 carrinhos transportadores de bagagens; 26 empilhadeiras, 11 envelopadoras e 15 transelevadores para utilização nos terminais de carga; dentre outros.

Para modernizar seu parque tecnológico, promover melhorias na comunicação e desenvolver os sistemas de informações, a Empresa adquiriu novos equipamentos de radiocomunicação; investiu na modernização e padronização do Sistema de Informação de Voo (SIV), por meio de solução *videowall*; na aquisição e renovação de licenças de uso de *softwares*.

Durante o ano de 2013 a Infraero deu continuidade aos processos de desapropriação e aquisição de áreas para incorporação aos sítios aeroportuários, como patrimônio da União. Destaca-se a desapropriação de áreas em Porto Alegre, para ampliação da pista de pouso e decolagem e novo Terminal de Carga Aérea do Aeroporto Internacional Salgado Filho. Além das desapropriações de áreas nos aeroportos de Campinas e Guarulhos, que ficaram a cargo do poder concedente, conforme Anexo 3 do Edital de Concessão nº 02/2011.

Estão em curso ações de desapropriação das áreas para ampliação da pista de pouso do Aeroporto de Joinville, a construção do novo terminal de passageiros de Teresina e a construção da terceira pista de pouso de Curitiba.



(Em milhões)

Programas	2012	2013
Desenvolvimento de Aeroportos	790,7	1.133,4
Desenvolvimento de Navegação Aérea	48,8	29,1
Desenvolvimento de Segurança Aeroportuária	45,1	72,9
Desenvolvimento de Operação Aeroportuária	229,6	202,1
Desenvolvimento de Logística de Carga	37,3	36,1
Desenvolvimento Comercial e Industrial	5,2	4,4
Gestão de Pessoas	0,7	-
Desenvolvimento de Tecnologia e Sistemas Aeroportuários	58,9	56,0
Desenvolvimento da Manutenção	68,7	69,8
Gestão Ambiental	14,9	14,3
Apoio Administrativo	15,3	22,0
Aporte SPE's	378,9	672,4
Convênios	0,6	0,5
Total de Investimentos	1.694,7	2.313,1

Plano de Investimentos

5. EVOLUÇÃO DOS SERVIÇOS

Em relação aos serviços prestados, o desafio é manter níveis elevados de operacionalidade e disponibilidade de instalações e serviços, tendo em vista o volume cada vez maior de passageiros embarcados e desembarcados.

Eficiência Operacional em Aeroportos

Em 2012, por solicitação da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República (SAC/PR), a Infraero assumiu o compromisso de implantar nos aeroportos Sede da Copa do Mundo, o Projeto Eficiência Operacional em Aeroportos (PEOA) que visa diagnosticar, propor e implantar melhorias nos processos de embarque e desembarque de passageiros, manuseio de bagagens e na gestão do Centro de Gerenciamento Aeroportuário (CGA).

A proposta é garantir maior conforto ao cliente, por meio do aprimoramento dos processos de maior impacto junto aos passageiros, incrementando melhorias, de forma que o cliente usufrua de um atendimento mais eficiente nos aeroportos.

Em 2012 o Projeto foi implantado nos aeroportos do Galeão, Confins, Congonhas, Santos Dumont e Fortaleza. Em 2013 foi desenvolvido nos aeroportos de Porto Alegre, Salvador, Recife e Curitiba, perfazendo nove aeroportos implantados de um total de 11, que serão finalizados em 2014.

Os ganhos de eficiência obtidos nos nove aeroportos contemplados pelo Projeto estão descritos a seguir:

Processos	Galeão	Confins	Congonhas	Santos Dumont	Fortaleza	Salvador	Porto Alegre	Recife	Curitiba
Alfândega	13,00%	60,00%	-	-	-	66,67%	-	17,00%	43,81%
Canal de Inspeção	52,00%	54,00%	29,00%	33,33%	50,00%	20,00%	20,25%	0,00%	50,42%
Check-in	25,00%	24,50%	23,00%	9,42%	19,50%	24,80%	27,95%	13,62%	16,83%
Emigração	23,00%	80,00%	-	-	76,50%	50,00%	0,00%	-	58,45%
Imigração	46,00%	33,00%	-	-	28,00%	26,92%	0,00%	40,00%	74,68%
Restituição de Bagagem	28,00%	31,00%	17,67%	3,57%	-	10,66%	0,00%	3,87%	18,52%
Resultado dos Processos	31,17%	47,08%	23,22%	15,44%	43,50%	33,17%	9,64%	14,89%	43,78%

Ganhos no processamento de passageiros

Para manutenção desses resultados foi definido no Plano Estratégico da Infraero que o Índice de Eficiência Operacional aferido por meio da aplicação de protocolo específico, deverá atingir em 2013, 2014, 2015 e 2016 as metas de 90%, 95%, 98% e 100%, respectivamente. Em 2013, os aeroportos de Confins, Galeão, Congonhas, Fortaleza e Santos Dumont atingiram o Índice de Eficiência Operacional de 94,52%, 94,90%, 95,65%, 94,87% e 88,81%, respectivamente.

Segurança Aeroportuária

A Infraero trabalhou em conjunto com outros órgãos públicos envolvidos nas ações de segurança dos grandes eventos como a Copa das Confederações e a Jornada Mundial da Juventude, bem como no planejamento e capacitação dos aeroportos, aperfeiçoando/revisando processos e investindo em equipamentos de tecnologia avançada para que os próximos eventos, como a Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas em 2016, transcorram sem incidentes.

Para garantir a qualidade do serviço prestado, foram realizadas inspeções nos principais aeroportos da Rede e elaborados estudos técnicos para otimizar os recursos disponíveis, por meio da padronização de alguns processos, aquisição de equipamentos modernos e adequação dos recursos humanos. Algumas ações de melhoria geraram uma economia, em 2013, de R\$ 7,5 milhões.

Os aeroportos da Infraero receberam investimentos em equipamentos e infraestrutura destinados a manter a excelência na segurança, da ordem de R\$ 53 milhões, destinados, em 2013, para as atividades de *safety* e *security*.

Dentre os equipamentos já instalados ou em processo de entrega, cabe destacar o reaparelhamento das seções contraincêndio com a aquisição de 36 carros de resgate de salvamento, 80 carros contraincêndio com tecnologia de ponta, 770 equipamentos de proteção individual (EPI) compostos por roupas de aproximação, capacetes, luvas, botas e balaclavas, bem como desencarceradores, almofadas pneumáticas e turbo ventiladores utilizados em possíveis ocorrências.

No tocante a inibição de ilícitos, merece destaque a aquisição de 180 equipamentos de raios-x para inspeção de bagagens de mão, 13 equipamentos de raios-x de carga e 47 detectores de traços explosivos e narcóticos.

A Empresa também teve participação ativa na elaboração de especificações técnicas para aquisição de carros contraincêndio que a Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República (SAC/PR) está adquirindo para os aeroportos regionais.

A Infraero comercializou treinamentos na área de Segurança Aeroportuária para a Concessionária do Aeroporto de Brasília, Aeroporto Cascavel e Gestão de SESCINC - Serviço de Prevenção, Salvamento e Combate a Incêndio em Aeródromos Cíveis para a SAC/PR. Também foram realizados cursos para a formação técnica de empregados e instrutores com foco nas atividades da segurança de aviação civil e prevenção e combate a incêndios.

Gerenciamento da Segurança Operacional

Os processos de certificação operacional de aeroportos foram intensificados ao longo dos anos com alinhamento à norma da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI). Em 2013, foi concedido pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) o Certificado Operacional ao Aeroporto Internacional de Maceió. Esse certificado atesta que as condições operacionais do aeroporto estão em conformidade com os requisitos de segurança operacional, regulamentos da Anac e com as especificações do Manual de Operações de Aeródromo (MOPS), complementando o processo de homologação.

A Infraero também se concentrou em ações de formação profissional autorizadas pela Anac. Realizou duas turmas para o Curso de Sistema de Gerenciamento da Segurança Operacional (SGSO), elaborou o Curso de Projeto de Aeródromo e fez diversas vídeo conferências, de forma a capacitar os gestores dos aeroportos.

Durante o ano, foram elaboradas Normas Internas, Manuais de Procedimento e seis Estudos Aeronáuticos foram encaminhados à Anac. Além disso, foram realizadas 10 Auditorias de Segurança Operacional e, em um trabalho pioneiro, foi firmado contrato para realização da 1ª Auditoria Externa de Segurança Operacional ocorrida no Aeroporto Internacional de Campinas/Viracopos.

Operações e Serviços Aeroportuários

Em 2013 foi realizado o Plano de Contingência Operacional para os dois grandes eventos nacionais que aconteceram no País, a Copa das Confederações e a Jornada Mundial da Juventude, além da revisão dos Planos de Contingenciamento de Pátio de Estacionamento de Aeronaves para a Copa do Mundo 2014.

Ainda com foco no evento esportivo, há o Projeto de Acessibilidade, no qual prevê a acessibilidade nos 11 aeroportos das cidades sede da Copa – Confins, Fortaleza, Galeão, Santos Dumont, Congonhas, Salvador, Recife, Cuiabá, Curitiba, Manaus e Porto Alegre e o projeto estratégico do Centro de Gestão Aeroportuária (CGA), com implantação prevista para 2014 nos aeroportos de Recife, Fortaleza e Salvador, e do Centro de Gestão Integrada na Sede da Infraero, em Brasília.

Outra ação relevante refere-se à implantação, junto à área de Tecnologia da Informação, do Sistema de Controle e Aprovação de Voos (SICAV), através da metodologia *Scrum*, partindo do mapeamento e fluxo do processo, tendo como resultados a eliminação de impressão em papel e redução no tempo de processamento dos pedidos.

Houve também, a elaboração do projeto *Business Intelligence* (BI), no qual permitirá a centralização dos dados operacionais e a geração de relatórios de forma ágil e padronizada.

No contexto de aperfeiçoamento, foi homologada a primeira etapa da modernização do Sistema Integrado de Soluções Operacionais (SISO), que passará para a plataforma WEB e permitirá a unificação dos módulos atuais, e desenvolvida e implantada solução

tecnológica para a gestão dos planos de ação dos aeroportos administrados pela Infraero.

Operações e Serviços de Navegação Aérea

Dada a importância estratégica da prestação de serviços de Navegação Aérea como alicerce para a vitalidade de ambientes de negócios, movimentação de cargas, transporte de passageiros, sobretudo para a integração nacional, reforça-se a necessidade de evolução de tais serviços, com foco no compromisso com a sociedade. Nessa perspectiva, as ações e projetos desenvolvidos pela Infraero pautaram-se pelos requisitos de qualidade, segurança, eficiência e disponibilidade, inerentes à atividade.

Com esse foco e em face ao cenário atual, impactado pela perda de receitas em função das concessões de aeroportos à iniciativa privada, a preocupação com a situação da Empresa trouxe a exploração de novas possibilidades, traduzidas na criação de um Plano de Negócios, que, apesar de estar em fase de aperfeiçoamento, desencadeou uma série de ações que podem tornar a atividade de Navegação Aérea em fonte de receitas, a exemplo da proposta de implantação do Serviço de Informação de Voo em Aeródromo Remoto (r-AFIS), que possibilitará uma economia de escala por meio do aproveitamento do efetivo e da estrutura administrativa de uma localidade para a prestação dos referidos serviços a várias localidades, inclusive àquelas contempladas pelo Programa de Investimentos em Logística do Governo Federal.

É válido destacar, ainda em decorrência das mudanças de cenário, a concepção do Projeto Reorganização da Navegação Aérea, com vistas ao atendimento a exigências regulatórias – Portaria Normativa Interministerial nº 24, de 04 de janeiro de 2012 –, ao aperfeiçoamento dos serviços, bem como ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro da atividade de Navegação Aérea.

Além disso, em 2013, assim como nos exercícios anteriores, foram realizadas ações relacionadas à adequação das estruturas organizacionais às normas e tecnologias nacionais e internacionais, tendo como pilar a segurança operacional.

Em relação aos investimentos, soma-se o montante de R\$ 50 milhões em contratos em fase de execução. Deste valor, já foram realizados investimentos da ordem de R\$ 29 milhões voltados para aquisição de equipamentos e construção, reforma, ampliação e adequação dos módulos de Navegação Aérea, por meio do Programa 121 – Desenvolvimento da Navegação Aérea.

Manutenção

A Infraero, em um processo contínuo de melhoria na prestação de serviços e a fim de garantir um nível elevado de disponibilidade dos cerca de 110 mil ativos sob sua responsabilidade, apresentou uma evolução técnica significativa em 2013 com a execução de ações que visam uma adequada operacionalidade dos aeroportos da Rede.



Em 2013, foi realizada a migração total dos contratos contínuos de manutenção para o formato de remuneração por desempenho. Houve ainda a contratação dos serviços de levantamento da irregularidade longitudinal e transversal para todas as 73 pistas de pousos e decolagens administradas pela Infraero.

Foram publicados manuais de procedimentos de manutenção e termos de referência para contratação de serviços de revitalização e manutenção dos aeroportos da Rede. Houve ainda realização de auditoria de qualidade nos processos de manutenção, capacitação de empregados e participação das inspeções técnicas nos sistemas elétricos dos aeroportos das cidades Sede da Copa das Confederações.

6. DESENVOLVIMENTO DOS NEGÓCIOS

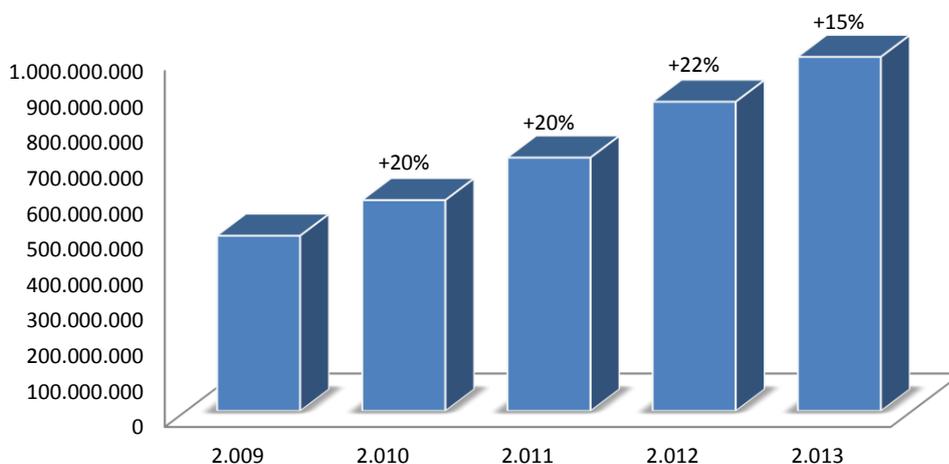
A gestão comercial da Infraero está dividida em duas áreas, a de Negócios Comerciais e a de Logística de Carga, que contribuíram com 47% do total das receitas operacionais da Empresa em 2013. A atividade comercial somada à exploração de serviços atingiu 34% e a atividade de logística de carga registrou 13% de participação nas receitas operacionais.

Negócios Comerciais

Mesmo em cenários de crises internacionais e retração econômica, os negócios comerciais se consolidaram como principal fonte de recursos financeiros da Infraero. Em 2013 as receitas de concessão de uso de áreas somaram R\$ 994,2 milhões, com crescimento da arrecadação de 14,5% quando comparado ao exercício de 2012.

Do total das receitas operacionais em 2013, a exploração de negócios comerciais responde por 32% da receita e, somada a receita de armazenagem e capatazia e exploração de serviços, representa 47% da receita total da Infraero.

O varejo aeroportuário vem realizando desde 2010 uma gestão arrojada (crescimentos sucessivos de receita de 20%, 20%, 22% e 15%) que culminou, em 2013, na captação de receita global para os próximos 25 anos, da ordem de R\$ 745 milhões.



Evolução das receitas do varejo aeroportuário (excluídas as receitas dos aeroportos concedidos)

Estas receitas são derivadas das ações de:

- Expansão dos Clientes Corporativos;
- Concessão
- de uso de áreas destinadas às ações consideradas de oportunidade e de ocupação eventual, com comercialização de produtos e serviços;
- Implantação de Lanchonetes com Preços Controlados – em alinhamento com as diretrizes da Casa Civil da Presidência da República. Foram inauguradas as lojas em: Curitiba, Natal, Porto Alegre, Recife, Galeão, Santos Dumont,

- Salvador, Congonhas, Londrina e Campo Grande e em fase de licitação em: Manaus, Fortaleza, Cuiabá e Confins;
- e) Concessões de áreas externas; e



Estacionamento Aeroporto de Salvador



Estacionamento Aeroporto de Manaus

- f) Prospecção de grupos internacionais visando maior concorrência no segmento de lojas francas.

Na busca de novos parceiros comerciais, a Infraero participou da ABF *Franchising Expo 2013* juntamente com as concessionárias dos aeroportos de Viracopos e Brasília. Foram prospectadas mais de 90 empresas com potencial para investir nos nossos aeroportos.

Para divulgar as oportunidades diferenciais de mercado, os formatos de comercialização e as características da ação promocional da Empresa, foi elaborado material para promover as oportunidades de negócios existentes na Rede Infraero com mídia aeroportuária e ações promocionais.

A partir de pesquisa realizada junto aos principais canais de mídia, cujo objetivo é nortear os agentes comerciais quanto aos valores referenciais por m² praticados no mercado, foi elaborada uma tabela de preços referenciais, bem como os requisitos técnicos de publicidade para projetos de obras, que estabelece os critérios conceituais para o desenvolvimento de Planos Gerais de Mídia em conjunto com os projetos de terminais de passageiros.

Dentre os projetos estratégicos, podemos destacar o Operador Master que tem como objetivo otimizar o processo de gestão dos espaços publicitários com estruturas fixas, minimizar os custos e garantir a receita com a Mídia Aeroportuária. O Operador Master já foi implantado no Aeroporto Internacional de Confins/Tancredo Neves, com valor global em torno de R\$ 16 milhões e no Aeroporto de Belo Horizonte/Pampulha, com valor global em torno de R\$ 1 milhão, ambos pelo prazo de 60 meses.

Visando a redução de custos na aquisição de equipamentos operacionais, por meio de concessão de uso de área comercial destinada a exploração de publicidade com geração de receita, foi realizado o projeto de Divisores de Fluxo com Publicidade.



Evolução das receitas do varejo aeroportuário

O projeto foi realizado em parceria com a área de operações e foi implantado nos aeroportos de São Paulo/Congonhas, Confins, Fortaleza, Florianópolis, Galeão, Santos Dumont, Salvador, Porto Alegre, Curitiba, Recife, Vitória, Manaus, Belém, Goiânia, Cuiabá e São Luis, com previsão de receita global da ordem de R\$ 1 milhão.

As ações promocionais negociadas durante a Copa das Confederações, entre a Sede e os patrocinadores oficiais do evento, destacando-se Coca-Cola, Adidas, AmBev e Liberty Seguros, somaram mais de R\$ 780 mil.

Na exploração da atividade de estacionamento de veículos, foi desenvolvido projeto que prevê o uso do QR CODE para memorização de informações de localização de vagas nos estacionamentos, que será replicado a todos os estacionamentos da Rede Infraero.

Em abril de 2013 foi publicada a segunda Convocação Pública para ampliação da oferta de internet sem fio gratuita, nos aeroportos da Infraero que não possuem o serviço. A expectativa é que no primeiro trimestre de 2014 os aeroportos de Aracaju, Belém, São Luis, João Pessoa, Maceió, Porto Velho, Florianópolis, Rio Branco, Vitória e Cuiabá já tenham internet *WiFi* disponibilizada aos seus usuários.

As concessões de uso de áreas para exploração de estacionamento representou um incremento de receita comercial de mais de R\$ 3,4 milhões, em seis aeroportos: Salvador, Fortaleza, Porto Alegre, Manaus, Foz do Iguaçu e Porto Velho.

Foram realizadas diversas ações de *marketing* comercial, no decorrer deste ano, dentre elas temos:

- a) O INFRAMIX – Sistema de Gestão de Áreas Comerciais/Publicidade, que concluiu a fase de testes para produção do módulo I – Gestão de Mídia Aeroportuária;
- b) Foram implementadas em nove aeroportos Lanchonetes com Preços Registrados, estando em desenvolvimento a Campanha Publicitária “Lanche Popular” com a confecção de peças para a divulgação do Projeto;
- c) Análise das solicitações de alterações e atualização dos *mixes* comerciais, além da elaboração de nova metodologia para atender o processo, visando a

- prospecção de novos negócios e a viabilidade da continuidade dos negócios atuais dos contratos vincendos, incrementando assim a receita comercial;
- d) Implantação da 1ª etapa da Identificação Visual *Aeroshopping*, para incluir identificadores da marca *Aeroshopping*, visando destacar as atividades comerciais do terminal de passageiros, com pilotos em Santos Dumont e Congonhas;
 - e) Implantação da loja “Negócios em Aeroportos” no Aeroporto Santos Dumont, visando fortalecer o relacionamento com o mercado empreendedor, a prospecção de potenciais parceiros, a comunicação das oportunidades de negócios comerciais nos aeroportos da Rede Infraero e o incremento das receitas comerciais. Está em andamento a implantação de novas lojas em mais seis aeroportos;
 - f) Apoio ao desenvolvimento do aplicativo AeroPERTO com o objetivo de indicar quais as atividades comerciais existentes nos aeroportos.

Logística de Carga

Ao longo de 2013 foram desenvolvidas diversas ações no sentido de assegurar que os usuários da infraestrutura aeroportuária recebam serviços cada vez mais ágeis, seguros e eficientes, com maior integração na cadeia logística e rentabilidade em seus negócios. A consequência natural dessa atuação foi a elevação das receitas da atividade de Logística de Carga da Infraero, resultou em um faturamento próximo de R\$ 514,8 milhões (valor com Ataero), ao final do período, representando um crescimento de 5,6% em relação a 2012.

A movimentação de carga pelos 31 Terminais de Logística da Rede Infraero em 2013 atingiu a marca de 483,2 mil toneladas, representando um crescimento de 22,3% do valor CIF (*Cost, Insurance, Freight*) importado, em relação ao exercício de 2012, alcançando a marca de R\$ 53,7 bilhões.

Assim como em anos anteriores, em 2013 a Logística de Carga da Infraero buscou, por meio do Programa Infraero de Eficiência Logística (PIEL), destacar as empresas mais eficientes no desembarço de cargas importadas, tendo como objetivo estimular a concorrência saudável entre os participantes. Os eventos de premiação das melhores empresas, em cada segmento e localidade foram realizados em: Manaus, Curitiba, Porto Alegre, Fortaleza, Recife, e Salvador, que realizaram o lançamento do Programa.

A Logística de Carga da Infraero investiu cerca de R\$ 36 milhões em modernização, ampliação e aquisição de equipamentos para vários Terminais de Logística de Carga, com destaque para: o transelevador Linha Azul do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes; o início das obras de construção do complexo logístico do Aeroporto de Palmas; o incremento e reposição do parque de empilhadeiras da Rede; e a instalação da subestação de energia para o transelevador frigorificado do Aeroporto Internacional do Galeão, dentre outros.



As ações empreendidas para atração e fidelização de clientes da Carga Aérea resultaram na assinatura de 221 Termos de Acordo para Concessão de Flexibilização Tarifária de Armazenagem para diversos segmentos. O cumprimento do cronograma de negociações e visitas a clientes estratégicos alcançou a marca de 218 reuniões realizadas em 2013.

Foram desenvolvidas, também, outras ações para melhoria dos serviços prestados, tais como: promoção e divulgação, capacitação de colaboradores, normatização e padronização de procedimentos e melhorias técnico-operacionais ligadas à automação e sistematização dos processos.

Dentre as principais ações desenvolvidas se destacam: a publicação da Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) para a Sede da Infraero, com a finalidade de armazenagem de medicamentos, matérias-primas e insumos farmacêuticos; o treinamento de 270 empregados no curso corporativo obrigatório de Transporte de Artigos Perigosos; a realização de sete inspeções operacionais nos Terminais de Logística da Rede; a elaboração de estudos para construção dos novos Complexos Logísticos de Palmas, Uberlândia, Navegantes, Joinvile, Vitória e Teresina; e a criação de manuais técnicos para projetos de engenharia de complexos logísticos, evidenciando o Modelo de projeto de Condomínios Logísticos - Carga Nacional; Norma de Programação Visual para áreas dos Terminais de Logística; memorial de requisitos de infraestrutura para empreendimentos do complexo logístico e atualização do memorial de critérios e condicionantes de arquitetura de Terminais de Carga.

7. APERFEIÇOAMENTO DA INFRAESTRUTURA

Desenvolvimento Aeroportuário

Em 2013 foi realizado o planejamento operacional de diversos aeroportos procurando garantir a curto, médio e longo prazos, ações que viabilizem capacidade para a demanda prevista, especialmente em cidades médias cujo crescimento econômico pressiona o crescimento das atividades de transporte aéreo.

Foram revisados os Planos Diretores de 11 aeroportos segundo as orientações da Anac e iniciada a revisão de mais nove aeroportos que deverão ser aprovados no primeiro trimestre de 2014.

Nesse ano, foram retomadas as tratativas para assinatura dos Acordos de Cooperação Técnica com os novos prefeitos dos Municípios de Juazeiro, São José dos Campos, Manaus e Goiânia. A partir dos trabalhos decorrentes dos Acordos de Cooperação Técnica firmados com diversos municípios foi possível observar a evolução de propostas concretas de adequação da legislação urbana no entorno dos aeroportos, considerando os ajustes necessários ao Zoneamento de Uso do Solo. Tais ajustes são realizados com base em trabalho cooperativo entre técnicos da Infraero e das prefeituras, contemplando, entre outros, o atendimento às restrições de uso do solo e gabarito de edificações localizadas na área de influência dos planos de proteção das operações aeroportuárias.

Foram submetidas para validação da Anac as curvas de ruído referentes aos aeroportos de Campina Grande, Goiânia, Joinville, Uberlândia, Belém e Santarém, tendo sido validadas as curvas de ruído dos aeroportos de Juazeiro do Norte, Fortaleza, Aracaju, Porto Alegre, Campo Grande e Belém. Os estudos de ruído são instrumentos adotados para orientação do planejamento de ações de gerenciamento dos impactos de ruído das operações aeroportuárias, bem como do processo de licenciamento ambiental da infraestrutura, seja na fase de planejamento ou de operação.

Em 2013 foram desenvolvidos estudos de uso de solo referentes aos aeroportos de Juazeiro do Norte, Goiânia, Joinville, São José dos Campos e Belém, estando em fase final de análise as propostas de uso do solo para atualização do Plano Específico de Zoneamento de Ruído (PEZR) dos aeroportos de Fortaleza, Aracaju, Macapá, Porto Alegre e Campo Grande e ainda foram elaborados estudos de mobilidade urbana dos aeroportos de Cuiabá, Manaus, Porto Alegre, Recife, Salvador, Goiânia e Boa Vista.

Os estudos de Mobilidade Urbana estão focados na integração dos sistemas de transportes e acesso com o objetivo de promover maior conforto, qualidade e segurança para os usuários, além da necessária compatibilização com os projetos de transportes em desenvolvimento pelos órgãos públicos. Assim, foram realizados os estudos dos aeroportos de Cuiabá, Manaus, Porto Alegre, Recife, Salvador, Goiânia e Boa Vista, compreendendo os seguintes aspectos: Diagnóstico da Situação Atual; Estudo de Alternativas, Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica, Social e Ambiental (EVTEA) e um Relatório Final, cujo objetivo é a consolidação das informações em um

único volume, de fácil leitura, permitindo ampla divulgação das demandas dos aeroportos para atendimento a seus clientes.

Gestão de Empreendimentos

A Infraero está investindo na implantação de uma nova metodologia de acompanhamento e controle de empreendimentos. Esta nova forma de monitoramento pretende aumentar o nível de sucesso dos projetos e empreendimentos relacionados à ampliação e reforma da infraestrutura dos aeroportos brasileiros, considerando o cumprimento dos prazos e custos planejados, baixo nível de mudança de escopo e entrega do benefício esperado com o cliente satisfeito.

A nova metodologia está baseada nas boas práticas disseminadas pelo *Project Management Institute* (PMI) e pretende estabelecer uma linguagem comum entre todas as partes envolvidas nos empreendimentos, processos comuns entre as áreas técnicas e metodologia singular, ou seja, estabelecer um nível de maturidade compatível com as pretensões da Empresa em alcançar o sucesso esperado.

Dentro destes processos destaca-se à etapa de pré-emprego, estabelecendo a interface entre os clientes internos (áreas de Operações, de Logística de Carga, Comerciais e de Navegação Aérea) e as áreas de suporte (Engenharia e TI) para a definição do escopo, do custo e dos prazos dos empreendimentos, no intuito de obter subsídios para aprovação do investimento no Portfólio da Empresa.

No ano de 2013 foram desenvolvidos documentos de pré-emprego dos novos terminais de passageiros dos aeroportos de Uberlândia, Teresina, João Pessoa e Petrolina; da nova área terminal e da nova pista de pouso e decolagem do aeroporto de Cuiabá; e das novas torres de controle dos aeroportos de Altamira, João Pessoa, Juazeiro e Montes Claros.

Além disso, foi efetuada a avaliação dos processos internos e da interface com as demais áreas da Empresa visando maior eficiência da etapa de pré-emprego.

Foram treinadas na nova metodologia mais de 100 empregados entre as Diretorias de Engenharia e de Planejamento.

Esta metodologia está consolidada por meio de duas bases: Norma e Governança. A Norma de Gestão de Projetos é a norma que foi aprovada em novembro de 2013 e estabelece o manual de gerenciamento de projetos (MGP) e o manual de gerenciamento de empreendimentos (MGE) como os novos padrões técnicos de gestão para que sejam acompanhados e seguidos pelos líderes de projetos e pelos líderes de empreendimentos, como também de todas as partes interessadas em busca do sucesso de cada empreendimento.

A Governança se refere à implantação do escritório de gerenciamento de empreendimentos (PMO) e ao escritório de suporte aos projetos (PSO) na sede da Empresa. Estas estruturas têm como atribuições: auxiliar os líderes de empreendimentos e os líderes de projetos nos processos de gestão; estabelecer as

boas práticas em gerenciamentos; monitorar o desempenho dos empreendimentos; atualizar e divulgar a metodologia de gerenciamento de projetos e treinar as equipes de gerenciamento nas boas práticas de gestão estabelecidas na norma e nos manuais citados.

Tanto o PMO, como o PSO trabalharam em 2013 na manutenção e evolução do portal de empreendimentos, geração de indicadores de contratos, de projetos e de empreendimentos; realizaram diversos treinamentos corporativos e estabeleceram melhorias no processo de comunicação dos empreendimentos da empresa. Também foram realizadas avaliações de maturidade para medir a evolução da equipe na utilização das boas práticas implantadas e com isso elaborar plano de ação para alcançar as metas traçadas para o ano corrente e o próximo.

As equipes das Gerências Temporárias de Empreendimentos também foram treinadas e têm acompanhamento local de consultores da Fundação para Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia (FDTE), contratados para desenvolver esta metodologia, treinar e capacitar os colaboradores nestas boas práticas e realizar o acompanhamento e monitoramento das equipes, visando à melhoria contínua dos processos.

A equipe orgânica do PSO realizou o projeto para treinamento na metodologia de gerenciamento de projetos e implantação da planilha de indicadores de contratos com as equipes das gerências de engenharia das Superintendências Regionais. Também iniciou a implantação de um projeto piloto na Regional Norte para estabelecer um escritório de suporte aos projetos locais.

Obras de Engenharia

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), mais uma vez se constituiu na peça fundamental para a Infraero executar seus investimentos e atender o compromisso do desenvolvimento de uma infraestrutura aeroportuária de qualidade.

No decorrer do ano a Infraero buscou na execução dos investimentos um sentido mais amplo para promover e otimizar a infraestrutura aeroportuária nacional e, assim, o ano de 2013 fica marcado pela ênfase nos projetos aeroportuários voltados para o atendimento dessas necessidades, assegurando a satisfação de toda a sociedade.

Na sequência são apresentadas as principais realizações, obras desempenhadas pela Infraero no ano de 2013, que merecem destaque dentro do cenário aeroportuário nacional e que contribuíram para a formatação deste contexto.

Obras concluídas em 2013:

- a) Ampliação do pátio de aeronaves do Aeroporto de Salvador;
- b) Reforma e ampliação do terminal de cargas do Aeroporto de Curitiba;
- c) Ampliação das pistas de táxi e pátio de aeronaves do Aeroporto de Macapá;

- d) Construção da torre de controle e seção de combate a incêndio do Aeroporto de Vitória;
- e) Reparos no asfalto da pista de pouso, pista de táxi e pátio de aeronaves, e no pavimento rígido da pista de pouso e do pátio do Aeroporto de Carajás;
- f) Construção do controle de aproximação/grupamento de navegação aérea (estruturado) do Aeroporto de Ilhéus;
- g) Reforma e adequação do sistema de balizamento da cabeceira da pista do Aeroporto de Uberlândia;
- h) Sistema de TV de vigilância do Aeroporto de São José dos Campos;
- i) Recuperação do pavimento do pátio norte e sinalização e construção da nova torre de controle, incluindo o acesso viário, do Aeroporto de Belo Horizonte/Pampulha;
- j) Construção do grupamento de navegação aérea (estruturado) do Aeroporto de Macaé;
- k) Recapeamento do sistema de pista do Aeroporto de Altamira;
- l) Recuperação da cerca operacional do Aeroporto de Campina Grande;
- m) Infraestrutura do Sistema ILS (*Instrument Landing System*) Cat I do Aeroporto de Joinville;
- n) Reforma e ampliação do terminal de passageiros do Aeroporto de Foz do Iguaçu;
- o) Reforma e ampliação das salas de embarque e desembarque do Aeroporto de Petrolina;
- p) Alargamento dos acostamentos da pista de pouso e decolagem e da pista de táxi e construção do módulo operacional do desembarque do terminal de passageiros 1 do Aeroporto de Porto Alegre.

8. SUPORTE AOS NEGÓCIOS

Atuação Jurídica

A atuação jurídica marca-se, inicialmente, com as ações de consultoria e assessoria legal, visando garantir a segurança jurídica dos negócios desenvolvidos pela Infraero, por meio da realização do controle preventivo da legalidade dos atos praticados.

Nesse contexto, ressalta-se a realização de estudos e a efetivação de ações tendentes à constituição da subsidiária da estatal aeroportuária denominada Infraero Serviços, especialmente no que se refere aos atos de contratação da empresa de consultoria que auxiliará na seleção do parceiro internacional estratégico para compor a referida sociedade, a qual irá ampliar o portfólio de negócios hoje desenvolvidos pela Infraero.

Em continuidade à parceria firmada com sócios privados para a operação e exploração dos aeroportos de Guarulhos, Campinas e Brasília, houve forte atuação jurídica para viabilização da negociação da estrutura das operações de financiamento de longo prazo das concessionárias desses aeroportos perante o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que ultrapassaram a cifra de R\$ 6 bilhões.

Na seara das licitações e contratações, merecem destaque o assessoramento legal prestado aos gestores da Empresa na execução dos empreendimentos de obras de engenharia e na aquisição de equipamentos para os aeroportos localizados em cidades que sediarão e darão suporte à Copa de Mundo de Futebol de 2014 e aos Jogos Olímpicos de 2016, e a retomada das obras de reforma e ampliação dos aeroportos de Goiânia e Vitória, mediante articulação com o Tribunal de Contas da União.

Com as recentes alterações na regulação do setor de aviação civil brasileiro, a Infraero iniciou, em 2013, a execução do “Projeto Estratégico Adequação do Marco Regulatório Interno”, visando dotar a Empresa de um novo modelo normativo que consolide e mantenha atualizados todos os instrumentos normativos internos, de forma harmônica com as regulamentações específicas do setor e com todo o ordenamento jurídico vigente. A implantação desse modelo normativo contará com o suporte de uma área específica para tratar de assuntos regulatórios, a ser implantada em 2014, a qual também dará destaque especial à missão de prover o tratamento adequado ao conjunto de leis, regulamentos e normas que afetam diretamente o ambiente de negócio.

Durante o exercício de 2013, intensificaram-se as ações para solução de conflitos de interesse entre a Infraero e entidades e órgãos da Administração Pública perante a Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Pública Federal, da Advocacia Geral da União (AGU), reduzindo, portanto, o acionamento do Poder Judiciário em relação às controvérsias passíveis de solução mediante a utilização das formas alternativas de composição de litígios.

Como exemplo de sucesso dessa estratégia destaca-se a obtenção de provimento cautelar, em relação à cobrança efetuada pela Receita Federal do Brasil no valor de aproximadamente R\$ 54 milhões, mediante o deferimento de liminar pelo Ministro da

AGU, concedida no âmbito de procedimento instaurado perante a Câmara de Conciliação, suspendendo a exigibilidade do crédito cobrado sem a necessidade de a Infraero ter de dispor da referida importância por meio de depósito perante o Poder Judiciário.

Foram defendidos, ainda, os direitos e interesses da Infraero em cerca de 20 mil ações judiciais, ativas e passivas, das quais 55% são de natureza trabalhista.

Para fortalecer o controle e a gestão do risco dessas ações judiciais, iniciou-se a implantação de procedimento de classificação e avaliação dessas ações, alinhado com as boas práticas internacionais, no âmbito do “Projeto Estratégico Avaliação e Classificação de Risco de Ações Judiciais”, tendo conseguido superar a meta de 50% das 20 mil ações classificadas e avaliadas de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade 37 do *International Accounting Standard Board* (IASB), adotada pelo Brasil conforme Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Tendo presente o fato de que 55% das ações judiciais da Infraero são de natureza trabalhista, foi criado o “Projeto Estratégico Redução do Passivo Trabalhista” com a finalidade de aumentar o índice de sucesso da Empresa nessas ações, promovendo a redução do passivo trabalhista de empregados terceirizados e orgânicos.

No que tange às demais ações judiciais, que correspondem a 45% do conjunto de ações judiciais, foram priorizados em 2013 aquelas que têm maior impacto nos negócios da Empresa. Nesse sentido foram instituídos os seguintes Projetos Estratégicos:

- “Recuperação de Créditos em Juízo”, com o objetivo de aumentar o recebimento de créditos vencidos e não pagos, melhorar o processo de cobrança, estabelecer uma gestão mais eficiente dos créditos a cargo da área jurídica;
- “Reintegração de Posse de Áreas”, visando à redução do tempo médio de obtenção de decisões judiciais para reintegração de posse de áreas aeroportuárias e a consequente desocupação dos espaços ocupados indevidamente, possibilitando o aumento de receitas com novas concessões das áreas reintegradas.

Merece destaque, ainda, o “Projeto Estratégico Espaço Livre – Aeroportos”, que visa desonerar a infraestrutura aeroportuária no intuito de otimizá-la, possibilitando o aumento de receitas, a eficiência operacional e a melhoria visual dos aeroportos. Nesse contexto, a Infraero, em articulação com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Poder Judiciário, viabilizou a venda em leilão de sucatas de aeronaves e outros ativos que se encontravam em sítios aeroportuários administrados pela Empresa pertencentes às massas falidas da Vasp, Transbrasil e Varig Log.

Focada na melhoria contínua, a Infraero iniciou a execução do “Projeto Estratégico Sistema de Gestão de Processos da Área Jurídica”, visando à aquisição e implantação de sistema informatizado para a gestão do contencioso judicial e administrativo.

Na seara correccional, houve avanços na atuação preventiva, mediante assinatura de termos de adequação de conduta funcional, como alternativa ao procedimento de apuração de responsabilidade nas ocorrências de baixo potencial ofensivo. Este instrumento, de caráter preventivo e pedagógico, é inerente ao poder natural de gestão no âmbito da Empresa, devendo ser utilizado pelos ocupantes de cargos e funções de chefia nas ocorrências que não constituam motivo suficiente para a abertura de processo disciplinar específico.

A racionalização da atuação disciplinar alcançada com a prática dos termos de adequação de conduta permitiu viabilizar, em 2013, a solução consensual, sem a instauração de processos disciplinares, de 38 ocorrências de menor potencial ofensivo, tais como a inobservância de normas, o descumprimento de ordens, a inexecução de tarefas e outras questões oriundas do relacionamento no ambiente de trabalho.

Licitações e Compras

A Empresa elaborou proposta de regulamento de procedimento licitatório simplificado, tendo como base a legislação que determina que a contratação de bens e serviços pela Infraero e suas controladas, a exemplo dos procedimentos facultados a Petrobrás, bem como as permissões e concessão de uso de áreas, instalações e equipamentos aeroportuários deve observar este tipo de procedimento.

Esse regulamento proposto conferirá à Infraero a flexibilidade de atuação indispensável para garantir-lhe competitividade e igualdade de oportunidades, frente aos demais agentes econômicos, no desenvolvimento das atividades vinculadas à infraestrutura aeroportuária.

No que concerne às licitações realizadas em 2013, houve uma redução em torno de 15% no tempo médio de processamento em relação ao ano anterior. Cerca de 1.700 licitações foram concluídas durante o ano, entre modalidade Menor Preço e Maior Oferta, com destaque para a modalidade Pregão, que foi responsável por 92% deste volume.

Houve uma economia de cerca de R\$ 309 milhões, em relação aos valores estimados para contratação, bem como a perspectiva de receita adicional superior a R\$ 460 milhões, em relação aos valores precificados para o prazo de vigência dos contratos decorrentes das licitações para concessão de uso de áreas.

Acordo de Níveis de Serviços (ANS) para Contratos de Limpeza

Considerando que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão publicou uma Instrução Normativa, com regras e diretrizes para a contratação de serviços continuados na forma de Acordo de Níveis de Serviço (ANS), a qual permite à Administração adequar o pagamento dos serviços prestados aos resultados efetivamente obtidos, a Infraero empenhou-se para a obtenção da promoção do bem comum e do interesse coletivo, visando o acompanhamento das atividades necessárias ao seu funcionamento para garantir que sejam realizadas com qualidade.

Nesse contexto, a Infraero passou a praticar o modelo de contratação, preconizado pela Instrução Normativa, ou seja, estabelecer um acordo entre as partes visando, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento, com foco no resultado dos serviços prestados, deixando de controlar quantidade de matérias, mão de obra, equipamentos e demais ferramentas necessárias à boa execução dos serviços contratados, as quais não são sua área de atuação nem de expertise e com o foco voltado diretamente na qualidade da prestação do serviço.

O principal objetivo do ANS praticado pela Infraero é obter o máximo da qualidade dos serviços executados, atingindo padrões estabelecidos e gerando grau positivo de satisfação dos usuários dos aeroportos, com a consequente diminuição das reclamações negativas de clientes e redução dos custos de contratação de serviços nesta modalidade.

Um ponto de grande importância na metodologia refere-se à flexibilização que a empresa licitante terá para realizar com qualidade o objeto contratado, uma vez que poderá aumentar a produtividade mínima estabelecida, além de adequar a quantidade de produtos e materiais, para mais ou para menos, ficando sob a responsabilidade da contratada a garantia de que os mesmos atenderão aos requisitos ambientais e de qualidade exigidos no Termo de Referência e no Acordo de Nível de Serviço, poderá também ajustar a planilha de composição dos postos, para mais ou para menos, ficando mantidos os tetos para margem de contribuição, encargos tributários e encargos sociais.

Outro fator inovador com a metodologia do ANS diz respeito à fiscalização operacional, que passa a ser realizada de forma automatizada, proporcionando facilidade tanto para a Infraero, com a redução do tempo gasto e comprovação de evidências da qualidade do serviço prestado, como para a empresa contratada, a qual terá acesso às vistorias em tempo integral, permitindo tratar as ocorrências para que não comprometa seu desempenho e consequentemente o valor a ser recebido pela prestação do serviço.

Em 2013 a modelagem de contratação por acordo de nível de serviço foi implementada nos aeroportos de Curitiba, Bacacheri, Congonhas, Recife, Petrolina e Cuiabá, e na Superintendência Regional do Nordeste.

Tecnologia da Informação

Para exercer seu papel estratégico e ao mesmo tempo operacional, fornecendo soluções integradas que contemplem a utilização da Tecnologia da Informação (TI) como ferramenta fundamental na gestão dos negócios da Infraero, a área de TI realizou diversas ações em 2013, dentre as quais merecem destaque:

- Criação do Comitê de Desenvolvimento Tecnológico (CODET), para apoiar os processos estratégicos da empresa relacionados à tecnologia. O CODET amplia a atuação quanto ao eixo tecnológico cujo escopo compreende a Tecnologia da Informação e as demais tecnologias relacionadas às diversas áreas de atuação da Empresa, para assegurar que o uso da tecnologia atenda aos objetivos do negócio;

- Elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), alinhado ao Plano Empresarial da Infraero, com o propósito de estabelecer um modelo de governança, apoiar processos e atender às demandas da organização, bem como otimizar os recursos e promover o atendimento priorizado das demandas das áreas da empresa, melhorando a qualidade na prestação de serviços de TI da Infraero;
- Apoio na operacionalização dos serviços de voz e dados, instalado nos aeroportos do Galeão e Santos Dumont, durante a Copa das Confederações e a Jornada Mundial da Juventude (JMJ), bem como o desenvolvimento do Plano de Acionamento para a Copa e Grandes Eventos, contendo orientação para eventuais problemas que vierem ocorrer no período crítico, servindo de complemento para os processos e procedimentos já aplicáveis na solução de contorno de TI em cada um dos aeroportos envolvidos;
- Implantação de sistema de radiocomunicação digital nos aeroportos localizados nas cidades- sede dos jogos da Copa do Mundo de 2014 e demais aeroportos que compõem a infraestrutura de apoio a esse evento, visando a modernização, segurança e excelência nas operações aeroportuárias. Em 2013, Os aeroportos de Santos Dumont e Natal foram contemplados com o sistema mencionado, enquanto que os aeroportos de Jacarepaguá, Recife, Fortaleza e Salvador estão em fase de conclusão.
- Disponibilização do mapa de situação operacional dos aeroportos no portal da Infraero;
- Definição dos padrões dos sistemas eletrônicos objetivando atualizar o Memorial de Critérios e Condicionates (MCC) para estabelecer um modelo padrão de automação, definindo os critérios e condicionantes que deverão ser tomados como referência para a elaboração dos projetos de sistemas eletrônicos na Infraero;
- Definição dos requisitos técnicos e funcionais para os sistemas de controle de acesso e sistema de TV e vigilância da Infraero. Padronização dos processos de integração e das funcionalidades do SISA (solução integrada de segurança aeroportuária), definição das áreas monitoradas pelo STVV, criação do modelo de integração e revisão dos requisitos funcionais dos sistemas eletrônicos (SICA e STVV), para subsidiar novas contratações;
- Aquisição do *Software* de Simuladores de Controle de Aeródromo Tridimensional e Controle de Aproximação 2D (SIMULADOR TWR3D/APP2D), para capacitação dos profissionais da torre de controle e elevar os padrões de qualidade dos serviços de navegação aérea prestados pela Infraero;
- Aquisição de *tablets* para uso de sistemas/aplicações operacionais para que os profissionais da área de operações aeroportuárias possam desenvolver com mobilidade suas atividades, por meio de ferramentas de tecnologia da informação que atendam às demandas por informações, colaboração e comunicação, onde se espera aumentar substancialmente a performance do grupo e reduzir o tempo de resposta de suas ações, notadamente, os profissionais que se deslocam pelo saguão do aeroporto e têm a missão de oferecer esclarecimentos ao público;
- Aquisição de Solução para Controle de Processos Judiciais e Administrativos (SCPJA), com implantação prevista para 2014, que tem por objetivo atender as

demandas de controle e acompanhamento de processos judiciais e administrativos da Diretoria Jurídica, contemplando, inclusive, a análise de riscos para efeito de provisionamento contábil.

- Desenvolvimento de diversos sistemas, tais como:

- *Software* móvel para vistoria dos serviços de limpeza e dispositivos móveis (SVLT), para garantir a eficiência e eficácia na gestão dos contratos dos serviços de limpeza da Infraero;
- Sistema de Integração eSocial (SIES), para monitorar continuamente os eventos trabalhistas e previdenciários ocorridos dentro da Empresa;
- Sistema de Monitoramento de Equipamentos do Aeroporto (MEA), destinado ao gerenciamento e à visualização gráfica da situação operacional dos principais recursos aeroportuários do aeroporto Santos Dumont;
- Sistema de Monitoramento de Superfície de Pavimentos (SMSP), possibilitando um melhor monitoramento das condições das superfícies de pavimentos de todas as pistas administradas pela Infraero;
- Sistema Simulador de Testes Operacionais (SSTO), desenvolvido com o objetivo de avaliar os conhecimentos técnicos dos operadores de navegação aérea;
- Sistema de Controle de Aprovação de Voos (Sicav), que trata da gestão das solicitações de inclusão, alteração e exclusão de voos pelas companhias aéreas, bem como disponibilizar *workflow* para que as solicitações sejam avaliadas pelo gestor aeroportuário, revisado pelo responsável da Sede e, posteriormente, encaminhadas para a Anac;
- Sistema RPE Web, como o objetivo de automatizar a inserção das informações do Resumo de Passageiros Embarcados (RPE) pelas empresas aéreas;
- Sistema de relatório de prevenções online da Infraero (Relprev), para possibilitar qualquer pessoa que identificar uma situação potencial de perigo, relacionada à segurança de voo, ou que dela tiver conhecimento, possa reportá-la por meio de um Relprev;
- Rescisão de Contrato de Trabalho (RCT), que visa automatizar os processos de rescisão de contrato trabalhista, para facilitar os cálculos da rescisão, diminuir os retrabalhos e agilizar o processo, tornando-o confiável, contribuindo substancialmente no processamento das rescisões geradas pelo Programa de Incentivo à Transferência ou à Aposentadoria (PDITA);
- Sistema de Gestão de Seleção (SGS), que tem por objetivo permitir selecionar empregados para participação em programas de desenvolvimento, tais como pós-graduação e escola de gestão;
- Manutenção e melhorias do Sistema TECApplus, que permite melhor monitoramento e recolhimento de receitas, aumentando o desempenho do sistema e gerando receitas para a Empresa.

9. CUIDANDO DE SEU CORPO FUNCIONAL

A Infraero, em 2013, teve um orçamento de R\$ 32 milhões para ações de treinamento com foco em capacitação e desenvolvimento de seus empregados, bem como o atendimento à comunidade aeroportuária, com destaque para os seguintes eventos:

- a) Cursos corporativos: 375
- b) Eventos de ensino à distância: 654
- c) Eventos da escola de gestão: 137
- d) Participação no exterior: 06
- e) Programa de capacitação de língua estrangeira: 502
- f) Programa de Atividades de Ensino e Atualização Técnica (PAEAT): 80
- g) Programa de ensino superior: 134
- h) Programa de pós-graduação: 163
- i) Projeto Copa 2014: 287
- j) Treinamentos corporativos regionais: 557
- k) Treinamentos de mercado: 279
- l) Eventos internos: 4.281
- m) Programa de capacitação intensiva em inglês para navegação aérea: 229
- n) Programa de educação formal: 06
- o) Treinamento em serviço: 02
- p) Treinamento exclusivo para parceiros e terceiros: 17
- q) Comercialização de cursos: 681

A Empresa promoveu, também, cursos de Desenvolvimento de Executivos, de Programa de Capacitação para Resultados e de Desenvolvimento de Habilidades Gerenciais.

Dessa maneira, no ano de 2013, a Infraero teve cerca de 140 mil participações de empregados orgânicos, terceirizados, contratados e comunidade aeroportuária em ações educacionais.

A Infraero obteve a autorização por meio de portarias e autorizações para ministrar treinamentos. Esse fato permitiu o fortalecimento da Empresa enquanto Centro de Instrução. A atividade se encontra em pleno desenvolvimento e em 2013 teve o faturamento de aproximadamente R\$ 6,4 milhões. Além dos concessionários e de empresas da aviação civil, atendeu a Secretaria de Aviação Civil da Presidência da

República em um programa para a capacitação dos empregados dos aeroportos regionais.

Outro destaque importante foi a implantação da Universidade Corporativa da Infraero, que teve início em setembro, e já foram realizadas as interfaces com todas as áreas que darão suporte para esta iniciativa. Um dos maiores benefícios será o incremento da comercialização de cursos e ações educativas gerando receita para a Empresa.

Ao longo de 2013, houve o desenvolvimento de proposta de um novo plano de cargos, carreiras e salários (PCCS). O novo PCCS proporciona aos empregados da Infraero possibilidades de desenvolvimento de carreira em função técnica ou gerencial, com critérios claros e objetivos para a ascensão nos cargos, além de priorizar as promoções por merecimento em detrimento da antiguidade. Foram mapeados junto às áreas técnicas os requisitos necessários aos empregados que assumirem os cargos técnicos e as atividades a serem realizadas por eles. Esta proposta encontra-se em discussão em uma Comissão Paritária constituída entre a Infraero e o Sindicato Nacional dos Aeroportuários.

Foi desenvolvido também um novo modelo de arquitetura organizacional de recursos humanos (RH) e descrição das atividades das áreas, com fortalecimento da gestão de pessoas e estratégia de RH. Foram propostas áreas como consultoria interna de pessoas, planejamento de recursos humanos e gestão de competências dos empregados, além da centralização e automação dos processos transacionais de RH e benefícios.

Os processos de RH foram revisados para atender a nova estrutura proposta, com destaque para a implementação do novo modelo de avaliação de competências, que avaliará as competências básicas e gerenciais dos empregados e as competências técnicas mapeadas junto às áreas técnicas da Infraero. Os processos de acompanhamento de indicadores de RH, recrutamento interno, novo modelo de planejamento de programas de desenvolvimento, treinamento e centralização dos processos de administração de pessoal e benefícios também foram desenhados.

Ética Empresarial

A Infraero disseminou recomendações de caráter geral, para todos os empregados, no sentido de que sejam evitadas situações de violência psicológica no trabalho, assédio moral, conflitos de interesses, discriminações, orientando, desta forma, o adequado comportamento esperado no âmbito da Empresa e promovendo a boa convivência corporativa entre os empregados.

No período da Copa das Confederações, foram divulgadas orientações básicas acerca de brindes, presentes, conflitos de interesses, relacionamento com empresas parceiras e terceirizadas, no intuito de nortear as condutas dos agentes públicos de modo geral.

Em parceria com os representantes locais da ética foram realizadas palestras sobre ética empresarial, com o objetivo de disseminar e aprimorar os conhecimentos sobre ética, conduta corporativa, conflitos de interesses, assédio moral e violência

psicológica no trabalho no âmbito da Rede Infraero. Ao todo foram ministradas 37 palestras, na Sede e nos aeroportos, totalizando 1.343 participações.

Dentre as ações preventivas, registram-se as orientações, consultas e esclarecimentos prestados aos empregados das diversas dependências, por meio do correio eletrônico da Comissão de Ética, por telefone e presencialmente.

No exercício de 2013 foram respondidos 203 questionamentos de diferentes localidades, solicitando orientações, esclarecimentos ou consultas sobre assuntos diversos.

A Comissão de Ética deu prosseguimento a 40 processos remanescentes do exercício anterior, além das 45 novas denúncias que foram registradas no exercício de 2013.

A Infraero, juntamente com 18 outras empresas estatais, participa do Fórum Nacional de Gestão da Ética nas Empresas Estatais, que tem por objetivo geral buscar o desenvolvimento e fortalecimento dos princípios governamentais e empresariais de gestão da ética, de forma a aprimorar o relacionamento das empresas estatais com os seus diversos públicos e com a sociedade em geral.

Neste exercício, a Infraero sediou a 68ª Reunião do Fórum, no dia 13 de dezembro de 2013, contando com a participação das seguintes empresas estatais: Casa da Moeda, Correios, Caixa Econômica Federal, Indústrias Nucleares do Brasil, Furnas, Eletronorte, Emgea, Dataprev, Banco do Brasil, Eletronuclear, Chesf, Petrobras Distribuidora, Banco do Nordeste do Brasil, Nuclep, Petrobrás e o Banco Central, como convidado.

Dinâmica Laboral

O Programa Corporativo de Promoção à Saúde do Trabalhador implantado na Empresa em 2012 em 2013, por meio do Programa de Saúde Mental no Trabalho (PSMT) e o Programa de Acompanhamento Sócio-ocupacional (PAS).

O Programa de Saúde Mental no Trabalho está sendo implantado de forma gradual e este ano chegou às Regionais Norte, Nordeste e São Paulo.

O Programa de Acompanhamento Sócio-ocupacional (PAS) também foi implantado nas Regionais e na Sede, tendo como finalidade mapear o perfil dos empregados afastados por período superior a 15 dias, por motivo de saúde, divulgar informações sobre direitos e benefícios sociais e promover ações socioeducativas de prevenção e promoção à saúde.

Em 2013, o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional foi padronizado e estabelecido um modelo nacional, com as diretrizes para a área de medicina ocupacional com base nos riscos à saúde dos empregados, especialmente os identificados nas avaliações do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA).



O Sistema Med.Seg.Net foi implantado nas Superintendências Regionais, permitindo a automatização dos exames ocupacionais e a convocação dos empregados para os exames periódicos por meio eletrônico, além de identificar quais as principais doenças dos empregados.

A Empresa também elaborou um plano nacional de ações e estratégias de intervenção com foco na prevenção dos riscos de acidentes do trabalho e adquiriu equipamentos de segurança e saúde, bem como realizou ações de estímulo e conscientização dos colaboradores quanto ao uso dos equipamentos de proteção individual e adoção de comportamentos seguros.

10. COMPROMISSO COM A SOCIEDADE

A Infraero atua estabelecendo relações éticas e responsáveis com os seus diversos públicos de interesse, reforçando a aplicação dos princípios de Responsabilidade Social Empresarial (RSE) nas práticas administrativas.

Respeito ao meio ambiente

Para melhorar a gestão dos resíduos aeroportuários, foram adquiridas 58 balanças eletrônicas para quantificar a produção de resíduos sólidos nos aeroportos. Além disso, trabalhou-se no desenvolvimento do Projeto de Coleta Seletiva em todos os aeroportos da Rede, objetivando a redução de custos com a destinação dos resíduos, ganho financeiro com a venda de espaços comerciais existentes nas lixeiras e ganho de imagem com a destinação dos resíduos às cooperativas de catadores de lixo em todos os estados da federação.

No que se refere à redução do risco de colisões da fauna com aeronaves, cabe destacar a participação no grupo que desenvolveu a minuta de Decreto para regulamentar a Lei nº 12.725/2012, que dispõe sobre o controle da fauna nas imediações de aeródromos, bem como a atuação nas deliberações da Comissão de Gerenciamento do Perigo da Fauna (CGPF).

Com relação ao licenciamento ambiental, as principais ações realizadas foram: obtenção de 41 licenciamentos; elaboração do memorial de requisitos de meio ambiente para empreendimentos; desenvolvimento da norma interna de licenciamento ambiental; manual de procedimentos para termos de compromissos ambientais e mapeamento do processo de arqueologia em aeroportos.

Em relação à flora e a proteção do solo, as principais ações foram o desenvolvimento de três especificações técnicas: elaboração de Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD); elaboração de inventário florestal e realização de supressão de vegetação; elaboração de projeto de recomposição florestal para os aeroportos de Fortaleza, Petrolina e Aracaju, além da execução de censo florestal para o Aeroporto de Aracaju e análise das questões relacionadas à compensação florestal do Aeroporto de Brasília.

A Infraero elaborou um plano de trabalho para as Superintendências Regionais buscando sensibilizá-las quanto à aplicação de projetos ambientais, tais como reuso de água de teste dos caminhões de combate a incêndio; aproveitamento de água de chuva nas Seções de Combate a Incêndio (SCI); implantação de novos hidrômetros e sistema de medição à distância (telemetria), aplicação de lâmpadas LED, energia solar e novas tecnologias nos aeroportos.

Além dos aeroportos do Galeão, Confins e Belém a Infraero passa a contar com a implantação de novos hidrômetros e sistema de medição à distância (telemetria) nos aeroportos de Joinville, Londrina e Foz do Iguaçu.

A gestão da energia elétrica propiciou a economia de R\$ 16 milhões em 2013, se comparado ao ano anterior. Dentre as ações, destacam-se: adequação ao perfil de carga elétrica; das demandas contratadas e modalidades tarifárias das unidades consumidoras; recuperação das despesas de energia elétrica dos estabelecimentos de outros órgãos nos aeroportos; substituição nos sistemas de iluminação com lâmpadas LED.

A Infraero desenvolve projeto para implantação de facilidades fixas no Aeroporto de Congonhas, que por meio de equipamentos de apoio às aeronaves em solo proverá energia 400hz e ar condicionado, possibilitando a redução de ruído e emissões nas atividades de pátio.

Direitos humanos

Em 2013, a Infraero deu continuidade ao Acordo de Cooperação firmado com a Secretaria Nacional de Justiça, que viabilizou postos avançados nos aeroportos administrados pela Empresa, objetivando o enfrentamento ao tráfico de seres humanos. Esse acordo é de suma importância nesse processo de combate ao tráfico de pessoas que acontece com a finalidade de exploração sexual, trabalho escravo e até, tráfico de órgãos em outros Países.

A Infraero continua integrando a “Campanha Nacional de Busca e Defesa de Crianças Desaparecidas”, convite que foi feito à Empresa em setembro de 2011, pelo Conselho Federal de Medicina (CFM). Esta adesão foi importante pelo fato de os aeroportos fazerem parte da rota de saída do País dessas pessoas. O CFM mantém parceria com companhias aéreas, hotéis, Polícia Rodoviária Federal e Ministério da Saúde.

Em outubro de 2013 a Infraero participou do lançamento do *hotsite* “Médicos em resgate de crianças desaparecidas”, promovido pelo CMF, que consiste em um sistema que permite o cadastramento de busca de crianças desaparecidas de diversos Países. A ferramenta servirá a todos os envolvidos na referida campanha, além de conter orientações e medidas de segurança para evitar o aumento do número de desaparecidos.

A Empresa continua apoiando o projeto “Vivavida”, cujo propósito é profissionalizar jovens entre 16 e 21 anos, vítimas de exploração sexual, atuando em parceria com o Serviço Social da Indústria (Sesi) na divulgação de vídeos e *banners* nos aeroportos, principalmente do nordeste, conscientizando e sensibilizando os usuários sobre o tema da exploração sexual de crianças e adolescentes.

Padrões de trabalho

Adotando práticas trabalhistas orientadas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), é prioridade para a Infraero oferecer um ambiente organizacional que gere boas condições de trabalho e promova a motivação dos empregados. Com esse objetivo desenvolve ações que visam ao aperfeiçoamento e à valorização de seus

empregados, para alcançar a excelência dos serviços aeroportuários e de navegação aérea.

Além das práticas trabalhistas orientadas pela OIT, no que diz respeito ao público interno, a Infraero foi premiada por duas vezes consecutivas com o “Selo Pró-Equidade de Gênero”, pela implementação de um plano de ação que atendeu ao Programa Pró-Equidade de Gênero da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), da Presidência da República, que consiste em desenvolver novas concepções na gestão de pessoas e cultura organizacional para alcançar a equidade de gênero no mundo corporativo.

Combate à corrupção

A Infraero integra o Cadastro Empresa Pró-Ética. O Cadastro é uma iniciativa da Controladoria Geral da União (CGU) e do Instituto Ethos, que avalia e divulga as empresas voluntariamente engajadas na construção de um ambiente de integridade e confiança nas relações comerciais com todos os seus públicos. Ao aderir ao Cadastro, a Empresa assumiu o compromisso público e voluntário de adotar medidas para prevenir e combater a corrupção, em favor da ética e da integridade, na condução dos seus negócios.

A Infraero também é signatária do Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção desde 2010. O Pacto, criado em 2006, era direcionado somente a empresas privadas, sendo a primeira empresa pública a assinar o documento, compondo, desde o início, o Grupo de Trabalho.

Em 2013, para permanecer no Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, implantou a Plataforma Virtual de Monitoramento do Pacto, cujos objetivos são: monitorar compromissos; dar visibilidade e transparência às práticas de integridade das empresas signatárias; fortalecer o Pacto Empresarial pela Integridade Contra a Corrupção; realizar diagnóstico sobre as práticas de promoção de integridade nas empresas signatárias do Pacto; gerar referência, a partir das práticas das empresas signatárias; gerar relatórios individuais orientadores da evolução das empresas em relação à integridade; oferecer subsídio ao planejamento das empresas na adoção de práticas de integridade. Desta forma, enquanto signatária do Pacto e integrante do Grupo de Trabalho do Pacto realizou o preenchimento da plataforma.

Com o objetivo de fortalecer e intensificar a fiscalização da Empresa em relação aos fornecedores/parceiros e prestadores de serviços especializados, a Infraero ratifica o compromisso de não contratar empresas que constem do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas ou Suspensas (CEIS) da CGU, além de realizar parceria com aquele órgão no sentido de manter atualizado o cadastro.

Pacto Global

A Infraero é signatária desde 2004 do Pacto Global, um conjunto de princípios ligados a direitos humanos, padrões de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção, aliando negócios a desenvolvimento sustentável, a serem utilizados como ponto de partida para o engajamento de diferentes setores empresariais nesses temas.

Anualmente a Empresa elabora e envia às Nações Unidas o relatório de Comunicado de Progresso (COP), que também se encontra disponibilizado no site da Infraero.

Infraero Social

A Empresa desenvolve o Programa Infraero Social, que tem como missão contribuir, por meio de parcerias, para o desenvolvimento social sustentável das comunidades carentes circunvizinhas aos aeroportos, abrindo novas perspectivas para a construção de um mundo próspero e socialmente mais justo, com público-alvo formado por crianças, jovens e adultos, a partir dos sete anos de idade, em situação de risco social e/ou integrantes de famílias de baixa renda, residentes nas comunidades do entorno dos aeroportos.

Atualmente o Programa conta com 57 projetos sociais em desenvolvimento, atendendo aproximadamente 17 mil pessoas, por ano, entre crianças, jovens e adultos. Detalhes sobre o Programa podem ser encontrados no site da Infraero.

Balanço Social

Para acompanhar e avaliar a ampliação de práticas socialmente responsáveis na gestão dos seus negócios, a Infraero adota o Balanço Social do Instituto Brasileiro de Análises Sociais Econômicas (Ibase) e verifica os Indicadores Ethos para Negócios Sustentáveis e Responsáveis.

Em seu Balanço Social a Empresa apresenta um instrumento estratégico que tem por objetivo avaliar e multiplicar o exercício da responsabilidade social corporativa. Esse instrumento reúne um conjunto de informações sobre os projetos, benefícios e ações sociais dirigidas aos empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas e à comunidade. Essas atividades buscam melhorar a qualidade de vida para todos, tornando pública a responsabilidade social empresarial construindo maiores vínculos entre a Empresa, a sociedade e o meio ambiente.

1 - Base de Cálculo	2013 Valor (Mil reais)			2012 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)	3.031.311			4.116.116		
Resultado operacional (RO)	-1.224.575			606.525		
Folha de pagamento bruta (FPB)	1.565.291			1.443.582		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	145.808	9,32%	4,81%	138.094	9,57%	3,35%
Encargos sociais compulsórios	300.153	19,18%	9,90%	302.705	20,97%	7,35%
Previdência privada	55.447	3,54%	1,83%	65.858	4,56%	1,60%
Saúde	128.741	8,22%	4,25%	120.714	8,36%	2,93%
Segurança e saúde no trabalho	2.207	0,14%	0,07%	2.505	0,17%	0,06%
Educação	3.125	0,20%	0,10%	8.331	0,58%	0,20%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	17.745	1,13%	0,59%	19.440	1,35%	0,47%
Creches ou auxílio-creche	5.681	0,36%	0,19%	5.739	0,40%	0,14%
Participação nos lucros ou resultados	0	0,00%	0,00%	6.829	0,47%	0,17%
Outros	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total - Indicadores sociais internos	658.907	42,09%	21,74%	670.215	46,43%	16,28%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	229	-0,02%	0,01%	740	0,12%	0,02%
Cultura	0	0,00%	0,00%	399	0,07%	0,01%
Saúde e saneamento	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Esporte	2.250	-0,18%	0,07%	2.270	0,37%	0,06%
Combate à fome e segurança alimentar	915	-0,07%	0,03%	897	0,15%	0,02%
Outros	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade	3.394	-0,28%	0,11%	4.306	0,71%	0,10%
Tributos (excluídos encargos sociais)	98.911	-8,08%	3,26%	335.783	55,36%	8,16%
Total - Indicadores sociais externos	102.305	-8,35%	3,37%	340.089	56,07%	8,26%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	14.321	-1,17%	0,47%	14.141	2,33%	0,34%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	29	0,00%	0,00%	65	0,01%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	14.350	-1,17%	0,47%	14.206	2,34%	0,35%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas (X) cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%			() não possui metas (X) cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2013			2012		
Nº de empregados(as) ao final do período	13.080			14.121		
Nº de admissões durante o período	129			866		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	18.931			25.485		
Nº de estagiários(as)	32			753		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	6.043			6.173		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	3.996			4.332		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	29,22%			32,39%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	4.403			4.758		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	31,01%			27,77%		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	39			37		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2013 Valor (Mil reais)			Metas 2014		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	20,53			20,53		
Número total de acidentes de trabalho	78			78		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	() seguirá as normas da OIT	(X) incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(X) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	(X) não se envolve	() apóia	() organiza e incentiva	(X) não se envolverá	() apoiará	() organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 15.580	no Procon _____	na Justiça 72	na empresa 13.905	no Procon _____	na Justiça 72
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 99,2%	no Procon _____%	na Justiça _____%	na empresa 100%	no Procon _____%	na Justiça _____%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2013:			Em 2012:		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	185,83% governo	237,75% colaboradores(as)	0% acionistas	0% terceiros	-323,58% retido	
				23,50% governo	71,91% colaboradores(as)	0,97% acionistas
				____% terceiros	3,12% retido	
7 - Outras Informações	Infraero - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária. CNPJ 00.352.294/0001-10 - CÓDIGO 52.40-1-01 - Operação dos aeroportos e campos de aterrissagem - Brasília - DF. A Infraero não utiliza de mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de crianças ou adolescente e não está envolvida com corrupção. Nossa Empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externa.					

11. FORTALECIMENTO DO PROCESSO DE COMUNICAÇÃO

Ouvidoria

A Infraero tem como um de seus principais compromissos “ouvir o cliente”. Criada em 2003, a Ouvidoria da Infraero consolidou-se como o canal oficial da Empresa para interação com a sociedade.

Prova disso são os retornos dados aos quase 20 mil registros recebidos ao longo de 2013, entre reclamações, sugestões, solicitações, pedidos de informações, elogios e denúncias, que tiveram 98,4% das demandas respondidas no prazo médio de oito dias.

Com base nas informações contidas no sistema de Ouvidoria, foram emitidos diversos relatórios gerenciais periódicos sob demanda das áreas da Empresa. Esses relatórios possibilitaram uma visão aplicada dos pontos críticos a serem tratados, servindo de importante ferramenta para uma gestão integrada, fornecendo subsídios para a adoção de medidas e estratégia de gestão, visando sempre o aperfeiçoamento, melhoria da qualidade dos serviços oferecidos pela Empresa e geração de novos negócios, de forma a assegurar a excelência no atendimento e satisfação dos usuários.

A Ouvidoria deu continuidade ao Projeto de Pós-Atendimento, que tem por objetivo aprimorar e acompanhar a resolução de conflitos e a implantação de melhorias, evitando reincidências.

Também coordenou e executou as atividades relacionadas ao Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), em cumprimento à Lei nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), reforçando o relacionamento transparente da Infraero com a sociedade. Por meio desse serviço, qualquer cidadão pode protocolar requerimentos de informações de interesse público. Cerca de 350 pedidos de acesso a informações foram registrados e atendidos dentro do prazo previsto na Lei, com prazo médio de resposta de 11 dias.

Comunicação interna e externa

A Infraero trabalha para estabelecer políticas e programas de comunicação interna, com o objetivo de integrar os empregados e disseminar os valores e a cultura da Empresa.

Na busca pela redução de custos e sintonizada com as tendências mundiais, em 2013 a Infraero migrou grande parte de seus veículos e canais de comunicação impressos para o formato digital, revitalizou a intranet e, cada vez mais, incorpora serviços e informação digital.

Foi realizado estudo de identidade visual, nova arquitetura da informação e novas funcionalidades, além da uniformização das intranets em um único modelo corporativo.

Outra medida implantada foi a liberação, dentro da Empresa, do acesso dos empregados às Redes Sociais.

Dentre as ações de comunicação externa e de acordo com a política de priorizar a informação digital, foram criados *hotsites* – dentre os quais se destaca o de obras, onde a Infraero dá transparência às entregas de empreendimentos sob sua gestão. Já o de logística de cargas tem o objetivo de aproximar e fidelizar os clientes desse serviço com a Empresa.

Outro destaque é o novo aplicativo para dispositivos móveis da Infraero, o Aeroperto. Trata-se de um verdadeiro balcão de informações nas mãos do passageiro, com a oferta de serviço e informação sobre o que fazer no terminal e no entorno dos aeroportos.



Aplicativo Aeroperto

Pesquisa

Sintonizada com as premissas do Plano Estratégico, foi realizada pela FGV Projetos, entidade com tradição e grande credibilidade no mercado, a Pesquisa de Satisfação e de Avaliação de Imagem e Qualidade dos Serviços prestados pela Infraero.

Aplicada em 17 aeroportos – entre eles, todos aqueles localizados nas cidades sede da Copa do Mundo de 2014 – ela auferiu a qualidade dos serviços prestados pela Empresa e o atendimento às necessidades do nosso principal cliente – o passageiro.

Patrocínios

A Infraero foi a primeira Empresa a patrocinar o Judô brasileiro e completou nove anos acreditando na modalidade que mais trouxe medalhas para o Brasil nas Olimpíadas de Londres de 2012. Em 2013 manteve o investimento e as principais contrapartidas nas modalidades Olímpica e Paraolímpica..

O 1º Seminário Brasileiro de Operadores de Aeroportos também contou com o apoio institucional da Infraero.

Relacionamento com o passageiro

O pioneirismo e a inovação da Infraero também se verificaram com a criação de uma *Fun Zone* no Aeroporto do Galeão durante a Jornada Mundial da Juventude (JMJ) – evento que reuniu no Rio de Janeiro, em julho, peregrinos de vários países, liderado pelo Papa Francisco.



Painéis de receptivo instalados na *Fun Zone* e em diversos pontos do Aeroporto do Galeão

Tratou-se de uma área de acolhimento, serviço e entretenimento para o cliente e trouxe um novo conceito de atendimento para a Empresa atuar em grandes eventos. A *Fun Zone* gerou um grande valor para a marca Infraero e uma experiência de viagem positiva para o cliente.



Fachada da *Fun Zone* Infraero para a JMJ no Aeroporto do Galeão

Já o projeto Excelência no Relacionamento com o Cliente foi implantado primeiramente nos aeroportos Sede da Copa das Confederações, e seu foco principal está no direcionamento das atividades dos empregados da Infraero para o bom atendimento e a satisfação dos clientes.

Campanhas

Devido ao porte e relevância dos empreendimentos sob responsabilidade da Infraero em todo o País, foi realizada campanha publicitária em 2013, que contemplou obras e entregas em aeroportos da Rede. A campanha continua gerando repercussão junto ao público.

A inovação da Infraero em 2013 foi marcada com o lançamento do ELO – sistema de conectores climatizados que faz a interligação, no nível do solo, entre os terminais e as aeronaves, permitindo que passageiros, inclusive aqueles portadores de deficiência ou mobilidade reduzida, embarquem e desembarquem simultaneamente com conforto, segurança e acessibilidade.

A Infraero foi a grande vencedora da TranspoQuip/2013, evento que divulga as melhores soluções de infraestrutura para estradas, ferrovias, portos e aeroportos na América Latina.



Infraero recebe o Prêmio de Inovação TranspoQuip

Em 2013, data em que a Empresa completou 40 anos de existência, foi produzido livro comemorativo, além de informativos digitais com fatos históricos. Foram desenvolvidas campanhas internas sobre o novo Plano Estratégico, divulgação de ações específicas das áreas da Empresa e campanhas motivacionais para a redução de custos.

O projeto Lanche Popular – lojas de alimentação que oferecem produtos com preços controlados – teve sua campanha publicitária iniciada em 2013, com a sinalização das lojas participantes.



**LANCHE
POPULAR**



**A Infraero criou o
Lanche Popular:**

diversos produtos com preços
tabelados em lanchonetes que
tenham esta marca. Experimente!




Resumo do Currículo dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Guilherme Walder Mora Ramalho (Presidente) – Representante da SAC/PR – Secretário Executivo

Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), com pós-graduação em Administração de Empresas (CEAG) pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV/SP). É membro da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental. É atualmente o Secretário-Executivo da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República. Foi Diretor de Infraestrutura para a Copa de 2014 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão de 2011 até junho de 2012 e atuou como Assessor para a área de infraestrutura da Subchefia de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República de 2007 a 2011. É Coordenador da Comissão Nacional das Autoridades Aeroportuárias (CONAERO).

Antonio Gustavo Matos do Vale (Membro) – Representante da SAC/PR – Presidente da Infraero

Graduado em Ciências Contábeis, Administração de Empresas e Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), em Belo Horizonte. Especializado em Análise de Sistemas de Informação pelo Centro de Desenvolvimento em Administração "Paulo Camillo de Oliveira Penna", da Fundação João Pinheiro. Foi Diretor de Liquidações e Controle de Operações do Crédito Rural do Banco Central do Brasil (maio de 2003 a fevereiro de 2011); Vice-Presidente de Tecnologia e Infraestrutura (agosto de 2001 a janeiro de 2003) e Diretor de Tecnologia e Infraestrutura do Banco do Brasil S.A. (abril a agosto de 2001); Consultor da Diretoria de Finanças Públicas e Regimes Especiais, atual Diretoria de Liquidações e Controle de Operações do Crédito Rural (DILID), do Banco Central do Brasil (abril de 2000 a abril de 2001). Atual membro do Conselho de Administração da Infraero, também teve participação no Conselho da Telemar Norte Leste S.A.; da BrasilPrev Previdência Privada S.A.; e da Fundação Banco Central de Previdência Privada (Centrus). Assumiu a Presidência da Infraero em março de 2011.

Licínio Velasco Júnior (Membro) – Representante da SAC/PR

Formado em Engenharia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Doutorado em Ciências Políticas pelo Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ). Mestrados em Ciências Políticas, pelo IUPERJ e em Administração pelo Instituto Coppead/UFRJ. Aposentado do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Assessor da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República de junho 2011 a março de 2012. É membro do Conselho de Administração da Infraero desde agosto de 2011.

Mario José Soares Esteves Filho (Membro) – Representante da SAC/PR

Engenheiro de Produção formado pela Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Especialização em Análise de Sistemas pela PUC-Rio e pós-graduação em Economia Industrial e da Tecnologia pelo Instituto de Economia da UFRJ. Foi engenheiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) até junho de 2013 quando se aposentou. Entre outras funções executivas foi superintendente de controle, de tecnologia da informação e processos e chefe de política financeira. Membro associado do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Concluiu os cursos de formação de conselheiro de administração da Fundação Dom Cabral (FDC) e do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Conselheiro de Administração da Infraero desde abril de 2013.

Rafael Rodrigues Filho (Membro) – Representante do Ministério da Defesa (MD)

Ingressou na Escola Preparatória de Cadetes do Ar (EPCAR), tendo se formado na Academia da Força Aérea (AFA). Realizou todos os cursos da carreira. Exerceu anteriormente as funções de comandante de esquadrilha do 1º Esquadrão de Instrução Aérea (AFA), chefe do Centro de Operações Aéreas (2ª Força Aérea), chefe da Divisão de Instrução Profissional (IAC), comandante do Terceiro Esquadrão de Transporte Aéreo, comandante do Grupo de Serviço de Base (BAGL), comandante interino da Base Aérea do Galeão, chefe da Assessoria de Controle do Espaço Aéreo e de Aviação Civil (GABAER), representante do Brasil no Conselho da OACI (Montreal – Canadá), chefe do Subdepartamento de Infraestrutura do Departamento de Aviação Civil (DAC), presidente da Comissão de Estudos Relativos à Navegação Aérea Internacional (CERNAI), comandante do Primeiro Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de tráfego Aéreo (CINDACTA I), vice-diretor do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), comandante do Terceiro Comando Aéreo Regional e atualmente exerce o cargo de diretor-geral do Departamento de Controle do Espaço Aéreo, desde março de 2013.

Célio Alberto Barros de Lima (Membro) – Representante dos Empregados da Infraero

Formado em Economia pela Universidade Federal de Rondônia (1993), bacharel em Direito pela Faculdade São Lucas (2010) e concluindo pós-graduação em Metodologia do Ensino Superior pela Universidade Federal de Rondônia (Unir/RO). Exerceu os cargos de secretário geral do Sindicato Nacional dos Aeroportuários (Sina), diretor de Comunicação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes da Central Única dos Trabalhadores (CNTT/CUT), entidade que representa 1,3 milhão de trabalhadores no País, e secretário de Saúde da Central Única dos Trabalhadores do Estado de Rondônia (CUT/RO). É empregado da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero desde 1989.

Maria Fernandes Caldas (Membro) – Representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)

Arquiteta formada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atualmente diretora de Infraestrutura Social e Urbana da Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Exerceu anteriormente as funções de secretária de Planejamento Urbano, secretária de Planejamento, Orçamento e Informação e secretária municipal de Políticas Urbanas da Prefeitura de Belo Horizonte.

DIRETORIA EXECUTIVA**Antonio Gustavo Matos do Vale: Presidente da Infraero**

Graduado em Ciências Contábeis, Administração de Empresas e Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), em Belo Horizonte. Especializado em Análise de Sistemas de Informação pelo Centro de Desenvolvimento em Administração "Paulo Camillo de Oliveira Penna", da Fundação João Pinheiro. Foi Diretor de Liquidações e Controle de Operações do Crédito Rural do Banco Central do Brasil (maio de 2003 a fevereiro de 2011); Vice-Presidente de Tecnologia e Infraestrutura (agosto de 2001 a janeiro de 2003) e Diretor de Tecnologia e Infraestrutura do Banco do Brasil S.A. (abril a agosto de 2001); Consultor da Diretoria de Finanças Públicas e Regimes Especiais, atual Diretoria de Liquidações e Controle de Operações do Crédito Rural (DILID), do Banco Central do Brasil (abril de 2000 a abril de 2001). Atual membro do Conselho de Administração da Infraero, também teve participação no Conselho da Telemar Norte Leste S.A.; da BrasilPrev Previdência Privada S.A.; e da Fundação Banco Central de Previdência Privada (Centrus). Assumiu a Presidência da Infraero em março de 2011.

André Luis Marques de Barros: Diretor Comercial

Formado em Administração de Empresas pelo Centro Universitário de Brasília (UniCEUB); pós-graduado em Administração Financeira e Orçamentária pela Fundação Getúlio Vargas (FGV/DF); pós-graduado em Gestão Aeroportuária pela Universidade de Brasília (UnB/DF). Na Infraero já desempenhou várias atividades de coordenação e gerência. Exerceu, também, os cargos de assessor da Diretoria de Operações (2007 a 2009); superintendente do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão (2009 a 2011); superintendente Regional do Centro-Oeste (2011 a 2012); superintendente de Tecnologia da Informação (2012); superintendente Regional do Rio de Janeiro (janeiro a outubro de 2013). Assumiu a Diretoria Comercial em outubro de 2013.

Francisco José de Siqueira: Diretor Jurídico

Graduado em Direito (1975), em Administração de Empresas (1978) e Administração Pública (1980), pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestrado em Direito Público (1986), também pela UFPE. Procurador aposentado do Banco Central (BC), originário do concurso público de 1976. Exerceu os cargos de subprocurador-geral (1997-2003) e de procurador-geral (2003-2010) do Banco Central. Professor de Direito Comercial e Direito Empresarial, da Universidade Católica de Salvador (1988-1997), da Universidade Católica de Brasília, nos cursos de graduação e pós-graduação (2000-2002), e do Centro de Educação Superior de Brasília (2001-2007). Autor de várias publicações de doutrina jurídica sobre o Sistema Financeiro. Integrou o Tribunal do FONPLATA – Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata (2001-2009) - Organismo Internacional constituído por Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai -, do qual por duas vezes foi presidente (2003-2004 e 2008-2009). Desempenhou missão especial junto ao Bank for International Settlements (BIS) e ao Centro de Estudios Monetarios Latinoamericanos (CEMLA), na Cidade do México (dez/2010-fev/2011). Assumiu o cargo de Diretor Jurídico da Infraero em junho de 2011.

Geraldo Moreira Neves: Diretor de Administração

Formado em Administração Pública e de Empresas pela União Pioneira de Integração Social (UPIS) em 1990. É MBA (*Master in Business Administration*) em Gestão Empresarial pela Universidade de Brasília (UnB). Na Infraero já desempenhou várias atividades coordenando e participando de comissões de estudos e planejamento. Exerceu, também, os cargos de superintendente de Planejamento e Gestão, Controle Empresarial, Tecnologia da Informação, Auditoria Interna e Diretor Comercial. Foi eleito Aeroportuário do Ano de 1999 pelos empregados da Infraero e homenageado com a Medalha Mérito Santos Dumont pelo Comando da Aeronáutica, em maio de 2000 e com a Medalha Ordem do Mérito da Defesa, em setembro de 2010. É empregado da Infraero desde 1984. Assumiu a Diretoria de Administração em outubro de 2013.

Jaime Henrique Caldas Parreira: Diretor de Engenharia

Formado em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Santos; MBA (*Master in Business Administration*) em Gestão de Aeroportos pela Universidade de Brasília (UnB); qualificado nas áreas de Infraestrutura Aeroportuária e Gestão da Qualidade Total em Serviços, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Planejamento em Aeroportos, pelo Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA); Aeroportos e Meio Ambiente, Gerenciamento e Certificação Operacional de Aeroportos, pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Atuou como Superintendente do Aeroporto Internacional de Campo Grande, do Aeroporto Campo de Marte e do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos; foi assessor especial da presidência de 2009 a 2010, ano este em que assumiu a Diretoria de Engenharia.

João Márcio Jordão: Diretor de Operações

Engenheiro Civil com MBA (*Master in Business Administration*) em Administração. Iniciou sua carreira na Infraero em 1987, como técnico em mecânica. Entre outras ocupações, foi supervisor de Manutenção, supervisor de Operações, chefe da Divisão de Planejamento Operacional, gerente de Operações e superintendente do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos. Possui cursos de Certificação Operacional de Aeroportos, Gerenciamento de Segurança Operacional, Gestão Aeroportuária, Infraestrutura Aeroportuária, Facilitação e Segurança da Aviação Civil, Inspeção Aeroportuária, Estágio de Segurança de Voo e *Airport Investigator's Course*. Homenageado com a Medalha Ordem do Mérito Aeronáutico e Medalha Ordem do Mérito da Defesa.

José Irenaldo Leite de Ataíde: Diretor Financeiro

Graduado em Ciências Sociais, com habilitação em Sociologia (1978); graduado em Direito, com habilitação em Direito Constitucional (1989); especializado em Sociologia do Desenvolvimento (1982), todos pela Universidade de Brasília (UnB). Especializado em Sistema Financeiro Nacional (1994), pela Universidade de São Paulo/Fipecafi. Exerceu o cargo de analista, integrante da carreira de especialista do Banco Central (1974 a 2011). Foi chefe do Departamento de Liquidações Extrajudiciais (2000 a 2010), consultor da Diretoria de Liquidações e Controle de Operações do Crédito Rural do Banco Central (2010 a 2011) e diretor de Gestão de Empreendimentos da Infraero no período de janeiro de 2012 a março de 2013. Assumiu a Diretoria Financeira da Infraero em março de 2013.

Mauro Roberto Pacheco de Lima: Diretor de Planejamento

É bacharel em Ciências Contábeis pela Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal (AEUDF) e pós-graduado em Análise de Sistemas e em Planejamento e Gestão Empresarial pela Universidade Católica de Brasília (UCB). Exerceu diversas funções gerenciais na antiga Superintendência Regional de Brasília, no Aeroporto Internacional de Brasília e na Sede da Empresa, onde foi, por último, superintendente de Controladoria. Exerceu a Diretoria Financeira entre dezembro de 2008 e março de 2013. É empregado da Infraero desde 1985.

CONSELHO FISCAL

Sérgio Cruz (Membro): Representante da SAC/PR

Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Católica de Brasília. Especialista em Planejamento, Orçamento e Gestão Pública pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Ocupa, desde janeiro de 2000, o cargo efetivo de Analista de Planejamento e Orçamento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Foi coordenador-geral de Orçamento e Finanças e subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério do Esporte de 2005 a 2011. Exerce, desde junho de 2011, o cargo de diretor do Departamento de Administração Interna da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República.

Nelson Edmundo Forte Fernandes de Negreiros Deodato Filho (Membro): Representante da SAC/PR

Graduado em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ). Foi chefe de Gabinete do Desembargador Federal - Paulo Américo Maia Filho (abril de 2004 a agosto de 2013), delegado regional do trabalho (novembro de 1999 a junho de 2003), diretor administrativo do Hospital Santa Paula (fevereiro de 1996 a novembro de 1999), Juiz Classista da Junta de Conciliação e Julgamento e Itabaiana (março de 1993 a janeiro de 1996), assessor do Desembargador Federal - Tarcízio de Miranda Monte (janeiro de 1990 a janeiro de 1993), assessor especial do Ministro-Chefe da Secretaria de Administração Pública - Ministro Aluísio Alves (janeiro de 1985 a dezembro de 1989). Ocupa desde setembro de 2013, o cargo de secretário de Aeroportos na Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República (SAC/PR).

Lílian Maria Cordeiro (Membro): Representante da STN/MF

Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Econômicas de Anápolis (FACEA). Pós-graduação em Economia do Setor Público (FGV) e Políticas Públicas (UnB). Participação nos Conselhos Fiscais do SERPRO, ELETROACRE, CEAGESP, CBTU, CODEBA e NOVACAP. Desde 1994 ocupa o cargo de analista de finanças e controle da Secretaria do Tesouro Nacional.

Maurício Melo Chaves (Membro Suplente): Representante da SAC/PR

Bacharel em Administração de Empresas pela Universidade Católica de Brasília (1989) e curso de formação para a carreira de Analista de Planejamento e Orçamento pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Atuou como gerente e assessor de Diretoria no Banco de Brasília até junho de 1998 quando ingressou na carreira de analista de planejamento e orçamento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Ocupou cargos no Governo Federal como coordenador de Orçamento e assessor da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA) do Ministério do Esporte (janeiro de 2004 a junho de 2011), foi membro da Comissão de Ética Pública do Ministério do Esporte e, desde julho de 2011, ocupa a coordenação Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças do Departamento de Administração Interna da SAC/PR.

Fernando Antônio Ribeiro Soares (Membro Suplente): Representante da SAC/PR

Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 1995, Mestre e Doutor em Economia pela Universidade de Brasília em 2000 e 2006, respectivamente. É professor de economia há 17 anos. Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, foi diretor do Departamento de Política Regulatória de Aviação Civil da Secretaria de Aviação Civil do Ministério da Defesa, onde atuou nas áreas de Planejamento, Advocacia da Concorrência e Regulação Econômica, e também assessor na Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda. É, na atualidade, coordenador-geral de Estruturação de Projetos e Financiamento da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda.

**Sheila Benjuino de Carvalho (Membro Suplente): Representante da STN/MF**

Graduada e mestre em Economia pela Universidade de Brasília (UnB), pós-graduada em Previdência Social pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), pós-graduada em Gestão da Qualidade em Serviços pelo IESB. Analista de Finanças e Controle da Secretaria do Tesouro Nacional desde dezembro de 1996. Exerceu as funções de gerente de Recursos Humanos na STN (novembro de 2011 a janeiro de 2013), gerente de Informação Substituta na STN (setembro de 2010 a novembro de 2011), gerente de Ouvidoria no Grupo Caixa Seguros (julho de 2005 a março de 2010), gerente executiva na Caixa Seguros (abril de 2000 a junho de 2005), coordenadora-geral no Ministério da Previdência (outubro de 1998 a março de 2000).



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2013

DATA-BASE 31/12/2013

**Documentos****Página**○ **Demonstrações Contábeis**

Balanços Patrimoniais	73
Demonstrações de Resultados	74
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	75
Demonstração dos Resultados Abrangentes	76
Demonstração dos Fluxos de Caixa	77
Demonstrações dos Valores Adicionados.....	78

○ **Notas Explicativas**

Nota 1 – Contexto Operacional e Institucional	79
Nota 2 – Principais Práticas Contábeis	80
Nota 3 – Informações para Efeito de Comparabilidade	88
Nota 4 – Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações	93
Nota 5 – Contas a Receber	94
a) Composição do Contas a Receber	94
b) Composição por Idade de Vencimento	94
c) Movimentação na Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	95
Nota 6 – Estoques	95
Nota 7 – Impostos, Taxas e Contribuições	96
a) Tributos a Recuperar	96
b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos Ativos	96
c) Tributos a Recolher.....	97
d) Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado do Exercício	97
Nota 8 – Partes Relacionadas.....	98
Nota 9 – Despesas Pagas Antecipadamente.....	98
Nota 10 – Investimentos.....	99
a) Composição	99
b) Participação da Companhia em Coligadas	99
c) Movimentação dos Investimentos em Coligadas:	100
Nota 11 – Imobilizado e Intangível	101
a) Itens Totalmente Depreciados / Amortizados.....	102
b) Revisão da Vida Útil.....	102
c) Operações Descontinuadas	103
d) Reconhecimento da Depreciação/Amortização no Resultado	104
Nota 12 – Recursos de Terceiros.....	105
Nota 13 – Provisão para Indenizações	106
a) Programa de Incentivo à Transferência ou à Aposentadoria - PDITA	106
Nota 14 – Provisão para Contingências	106
a) Ações Trabalhistas	108
b) Ações Cíveis	108
Nota 15 – Patrimônio Líquido	109
a) Capital Social	109
b) Reservas de Incentivo Fiscal.....	109
c) Reserva Legal.....	110
d) Ajuste de Avaliação Patrimonial	110
Nota 16 – Ativo e Passivo Compensado.....	110



SUMÁRIO

Nota 17 – Receita Líquida	111
Nota 18 – Resultado Financeiro	112
Nota 19 – Despesas por Natureza	113
Nota 20 – Outras Receitas / (Despesas).....	114
Nota 21 – Benefícios a Empregados.....	114
a) Participação no Lucro do Resultado.....	114
b) Programa de Desligamento Incentivado.....	114
c) Plano de Previdência Complementar	115
d) Plano de Assistência Médica.....	119
Nota 22 – Cobertura de Seguros	122
Nota 23 – Informações por Segmento de Negócios	122
Nota 24 – Recursos Aplicados em Bens da União	125
Nota 25 – Investimentos Realizados	125
a) Obras, Equipamentos e Serviços de Engenharia.....	126
b) Equipamentos, Móveis e Utensílios.....	127
Nota 26 – Medida Provisória (MP) nº 627	127



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO SOCIAL 2013 E 2012

(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Balancos Patrimoniais

ATIVO					PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
ATIVO	Notas Explicativas	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)	PASSIVO	Notas Explicativas	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	47.224	221.646	1.258.258	Recursos de terceiros	12	160.009	69.455	763.948
Contas a receber	5	332.534	685.910	586.254	Fornecedores de bens e serviços		342.184	435.714	337.906
Impostos, taxas e contribuições	7	78.295	156.296	56.127	Encargos trabalhistas		149.505	150.021	139.464
Estoques	6	61.582	59.778	70.781	Impostos, taxas e contribuições	7	122.062	119.479	129.121
Despesas antecipadas	9	17.140	6.297	5.953	Previdência complementar		11.328	16.720	11.382
Outros		1.486	-	-	Juros sobre capital próprio e dividendos		-	25.590	37.250
		538.262	1.129.927	1.977.373	Participação nos lucros	21a	286	6.698	9.329
					Cauções de terceiros		18.893	18.162	10.215
Não Circulante					Provisão para indenizações	13	191.282	-	-
Contas a receber	5	15.494	19.251	17.799	Outras obrigações		9.998	7.370	7.098
Aplicações	4	52.244	49.415	48.660			1.005.546	849.209	1.445.713
Depósitos judiciais	14	194.695	172.054	136.360	Não Circulante				
Investimentos	10	1.120.885	419.112	77.454	Provisões para contingências	14	326.914	272.128	252.600
Imobilizado	11	224.576	590.896	540.112	Previdência complementar		508	31.657	-
Intangível	11	58.087	32.656	33.791	Benefício pós-emprego	21b e d	278.382	133.353	-
		1.665.982	1.283.385	854.177	Participação nos lucros		60	172	-
							605.864	437.310	252.600
					Patrimônio Líquido				
					Capital social	15a	1.819.506	1.009.336	1.009.336
					Reservas de lucros		206.058	250.809	123.901
					Prejuízos acumulados		(2.610.015)	-	-
					Ajuste de avaliação patrimonial	15d	(278.382)	(133.353)	-
					Adiantamento para futuro aumento de capital		1.455.666	-	-
					Total do Patrimônio + AFAC		592.833	1.126.793	1.133.237
Total do Ativo		2.204.244	2.413.312	2.831.550	Total do passivo e do patrimônio líquido		2.204.244	2.413.312	2.831.550

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO SOCIAL 2013 E 2012

(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Demonstrações de Resultados

	Notas Explicativas	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
Receita operacional líquida	17	3.031.311	4.116.116	3.531.222
(-) Custos operacionais	19	(2.207.614)	(2.687.168)	(2.440.836)
(=) Lucro bruto		823.697	1.428.948	1.090.386
Despesas com planejamento e orientação técnico operacional	19	(305.066)	(263.436)	(207.259)
Administrativas	19	(563.120)	(535.826)	(460.435)
Comerciais	19	(64.793)	(61.308)	(51.296)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5c	(386.950)	(54.985)	(35.709)
Provisão para estoques	6	(901)	-	-
Provisão para contingências		(76.355)	(42.438)	(56.912)
Provisão para indenizações (Programa de Incentivo a Transferência ou Aposentadoria)		(333.151)	(13.280)	(2.112)
Provisão para imobilizado (Impairment)	11b	(452.887)	-	-
Receitas eventuais		21.684	13.544	20.141
Resultado de equivalência patrimonial	10	31.368	(37.180)	-
Participação nos lucros		-	(6.829)	(9.312)
Outras receitas / (despesas)	20	54.213	(46.910)	(7.038)
Resultado operacional antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas		(1.252.262)	380.300	280.454
Resultado financeiro líquido	18	27.687	111.149	118.453
Resultado operacional antes dos investimentos em Bens da União		(1.224.575)	491.449	398.907
Recursos aplicados em bens da União	24	(1.430.191)	(282.163)	(213.928)
Prejuízo/Lucro operacional (antes dos impostos)		(2.654.766)	209.286	184.979
(-) Imposto de renda e contribuição social	7d	-	(56.787)	(37.451)
Prejuízo/Lucro Líquido		(2.654.766)	152.499	147.528

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO SOCIAL 2013 E 2012

(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

	Notas Explicativas	Capital social	Reserva de lucros	Dividendos a disposição	Prejuízos acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total do PL + AFAC
Saldos em 01/01/2012		1.009.336	123.901	-	-	-	-	1.133.237
Constituição de benefício pós-emprego		-	-	-	-	(133.353)	-	(133.353)
Lucro do Exercício		-	-	152.498	-	-	-	152.498
Destinações:								
Reserva legal		-	5.387	(5.387)	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio		-	-	(25.590)	-	-	-	(25.590)
Retenção de lucros		-	76.769	(76.769)	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2012		1.009.336	206.058	44.752	-	(133.353)	-	1.126.793
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	(145.029)	-	(145.029)
Aumento de capital		810.170	-	-	-	-	-	810.170
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	-	-	1.455.666	1.455.666
Absorção de prejuízo		-	-	(44.752)	44.752	-	-	-
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	(2.654.766)	-	-	(2.654.766)
Saldos em 31/12/2013		1.819.506	206.058	-	(2.610.015)	(278.382)	1.455.666	592.833

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO SOCIAL 2013 E 2012

(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Demonstração dos Resultados Abrangentes

	Notas Explicativas	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Prejuízo / Lucro do exercício		(2.654.766)	152.499	147.528
Ajuste Benefício Pós Emprego		(145.029)	(133.353)	-
Total do resultado abrangente do exercício		(2.799.795)	19.146	147.528
Total do resultado abrangente atribuível a:				
Acionistas da Companhia		(2.799.795)	19.146	147.528
Não controladores		-	-	-
		(2.799.795)	19.146	147.528

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO SOCIAL 2013 E 2012

(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
Prejuízo / Lucro líquido antes das provisões tributárias	(1.224.575)	491.449	398.907
Itens que não afetam o caixa operacional			
Depreciação e amortização	90.980	111.179	94.571
Valor residual dos bens baixados	5.904	65.338	2.366
Perda por redução do ativo imobilizado	452.887	-	-
Resultado de equivalência	(31.368)	37.180	-
Juros sobre capital próprio	-	1.183	1.085
	(706.172)	706.329	496.928
Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo			
Contas a receber	656.464	59.311	(170.678)
Estoques	(1.804)	11.003	(13.901)
Outras contas a receber	62.843	(90.418)	6.593
Depósitos judiciais	(22.641)	(35.695)	(25.280)
Provisões em diversos responsáveis	3.836	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(303.168)	(171.268)	35.709
Fornecedores	(93.530)	97.808	77.539
Obrigações tributárias	2.584	(9.643)	28.114
Obrigações sociais	(515)	10.557	19.729
Outras contas a pagar	3.359	8.219	10.276
Provisão para contingências	54.786	19.528	39.033
Provisão para indenização	191.282	-	-
Previdência complementar	(36.541)	36.996	1.344
Provisão do IR e CSLL	-	(56.787)	(37.451)
	516.953	(120.389)	(28.973)
Caixa líquido das atividades operacionais	(189.219)	585.941	467.955
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Aquisições de investimentos	(670.406)	(378.838)	(28.916)
Aquisições de bens do imobilizado	(170.641)	(212.720)	(194.977)
Aquisições de bens do intangível	(38.240)	(13.446)	(18.437)
Receitas Ataero	-	91.942	546.691
Investimentos - Ataero	-	(795.125)	(683.655)
Varição em recursos de terceiros	90.555	8.690	8.094
Obras em bens da união	(1.430.191)	(282.163)	(213.928)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(2.218.924)	(1.581.660)	(585.128)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Integralização de capital	810.170	-	-
Recursos para aumento de capital	1.455.666	-	-
Juros sobre capital próprio	(25.590)	(38.433)	(30.058)
Participação nos lucros	(6.524)	(2.459)	-
Caixa líquido das atividades de financiamentos	2.233.722	(40.892)	(30.058)
Redução líquido de caixa	(174.422)	(1.036.612)	(147.230)
Caixa no início do período	221.646	1.258.258	1.405.488
Caixa no final do período	47.224	221.646	1.258.258
Redução líquido de caixa	(174.422)	(1.036.612)	(147.230)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO SOCIAL 2013 E 2012

(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Demonstrações dos Valores Adicionados

	Notas Explicativas	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
(=) Receitas				
Receitas Operacionais		3.097.358	4.365.363	3.757.104
Outras Receitas		101.359	44.453	44.878
		3.198.717	4.409.816	3.801.982
(-) Insumos adquiridos de terceiros				
Materiais e serviços de terceiros		(1.202.255)	(1.535.784)	(1.384.992)
Outras despesas		(25.462)	(77.819)	(31.774)
		(1.227.717)	(1.613.603)	(1.416.766)
(=) Valor adicionado bruto				
		1.971.000	2.796.212	2.385.215
(-) Retenções				
Provisão para contingências		(76.355)	(42.438)	(56.912)
Provisão (Impairment)	11b	(452.887)	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5c	(386.950)	(54.985)	(35.709)
Provisão Indenização	13	(191.282)	-	-
Estoques	6	(901)	-	-
(-) Depreciação e amortização				
	11d	(90.980)	(111.179)	(94.571)
(=) Valor adicionado líquido				
		771.645	2.587.611	2.198.024
(+/-) Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	18	106.236	124.313	131.990
Resultado de equivalência	10	31.368	(37.180)	-
(=) Valor adicionado total a distribuir				
		909.248	2.674.744	2.330.014
Distribuição do valor adicionado				
Salários e encargos		1.956.364	1.891.106	1.679.958
		1.956.364	1.891.106	1.679.958
Impostos, taxas e contribuições				
Tributos		98.911	335.813	275.062
		98.911	335.813	275.062
Remuneração de capitais de terceiros				
Despesas financeiras	18	78.549	13.164	13.538
Obras em bens da União	24	1.430.191	282.163	213.928
		1.508.740	295.327	227.466
Remuneração de capitais próprios				
Juros sobre o capital próprio		-	25.590	37.250
Lucro / (prejuízo) do exercício		(2.654.766)	126.909	110.279
		(2.654.766)	152.499	147.528
Valor adicionado total distribuído				
		909.248	2.674.744	2.330.014

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO SOCIAL 2013 E 2012

(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Nota 1 – Contexto Operacional e Institucional

A Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero é uma empresa pública de propriedade da União instituída nos termos da Lei nº 5.862, de 12 de dezembro de 1972, organizada sob a forma de sociedade anônima, com personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira, vinculada à Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República – SAC-PR. A Infraero tem por finalidade implantar, administrar, operar e explorar industrial e comercialmente a infraestrutura aeroportuária e de apoio à navegação aérea, prestar consultoria e assessoramento em suas áreas de atuação e na construção de aeroportos, bem como realizar quaisquer atividades correlatas ou afins que lhe forem conferidas pela SAC-PR.

Atualmente, administra 63 aeroportos e 31 terminais de logística de carga, bem como diversas unidades de navegação aérea. Os Grupamentos de Navegação Aérea – GNA e as Unidades Técnica de Aeronavegação – UTA, em 2013, passaram a operar sob a forma de Estações Prestadoras de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo – EPTA. Totalizam, atualmente, 75 EPTAs, dentre as quais cinco (5) pertencem a terceiros e são operadas pela Infraero mediante convênio ou contrato.

Com a concessão de aeroportos realizada pelo Governo Federal, a Empresa tornou-se acionista de Sociedades de Propósito Específico (SPEs) concessionárias dos aeroportos de Brasília, Guarulhos e Viracopos, e conta com 49% do capital social de cada um, participando da governança com poder de decisão, que foram estabelecidos em acordos de acionistas firmados entre as partes, entretanto sem possuir o controle dos aeroportos. Ressalta-se que a Infraero ainda é responsável pela operação de navegação aérea nos aeroportos de Guarulhos e Viracopos.

Dos 63 aeroportos, inclui-se, também, Galeão e Confins, que estão em processo de concessão, no qual a Infraero será acionista, com 49% do capital social de cada um, por meio de Sociedade de Propósito Específico (SPE). A previsão é que em agosto de 2014 os aeroportos sejam transferidos à iniciativa privada.

O modelo de regulação das tarifas aeroportuárias e o reajuste anual, utilizando-se do índice de inflação IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), do IBGE, considerando a incidência do Fator-X de produtividade, foi definido pela Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, quando da publicação da Resolução nº 180, de 25 de janeiro de 2011. Entretanto em 2013, as tarifas aeroportuárias não sofreram reajuste.

Ao longo do exercício foram investidos R\$ 2.313,0 milhões em obras, serviços de engenharia, equipamentos e aporte de capital nas SPE's concessionárias dos aeroportos de Brasília, Campinas e Guarulhos. Destaca-se os investimentos realizados no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC do Governo Federal, R\$ 1,044 bilhão. Para financiar tais investimentos a União realizou aportes de capital na Infraero no montante de R\$ 2.202,3 milhões.

No que se refere aos investimentos realizados em bens da União, representados por obras e serviços de engenharia na construção, ampliação e modernização da



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO SOCIAL 2013 E 2012

(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

infraestrutura aeroportuária, a Empresa efetua tais registros para fins societários e fiscais como despesa, haja vista que os aeroportos são bens públicos pertencentes à União (Art. 38 do Código Brasileiro de Aeronáutica, Lei nº 7.565, de 19/12/1986). Desse modo, por inexistir termo de concessão entre a União e a Infraero, que estabeleça condições relativas à atribuição de valor econômico aos investimentos realizados e mecanismos de indenização em caso da substituição/retirada de aeroportos da Rede, a Infraero não registra tais investimentos no seu Ativo Imobilizado.

Adicionalmente, a Empresa mantém controle dos investimentos realizados nos aeroportos em contas de Compensação.

Objetivando adequar a Empresa ao novo cenário da aviação civil a Administração contratou consultoria especializada para atuar em três frentes de trabalho, sendo a primeira direcionada à reorganização administrativa, a segunda à aplicação de metodologia de gerenciamento de projetos e, a última, à melhoria dos resultados econômico-financeiros, na qual envolve iniciativas de gerenciamento matricial de receitas e de despesas.

O novo modelo operacional fundamenta-se em estudos com vistas a tornar a Infraero mais competitiva, com otimização de tempo de resposta para as decisões estratégicas da empresa, maior autonomia para os aeroportos, metas direcionadoras de sustentabilidade e prêmios por desempenho, além de um melhor aproveitamento das oportunidades comerciais, com especialização e inserção de parcerias.

Nota 2 – Principais Práticas Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, complementadas por pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Dentre as principais práticas adotadas para a preparação das demonstrações contábeis, ressaltamos:

a) Apuração do Resultado

O resultado do exercício é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorreram, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do recebimento ou do pagamento.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO SOCIAL 2013 E 2012

(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

b) Ativo e Passivo Circulante e Não Circulante

Os direitos e as obrigações são demonstrados pelos valores calculáveis e de realização, incluindo os rendimentos, os encargos e as variações monetárias incorridas até a data do balanço, quando aplicáveis. A classificação do curto e longo prazo obedece aos artigos 179 e 180 da Lei nº 6.404/76, alterados pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.

c) Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo (três meses ou menos a contar da data de contratação) com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço.

d) Contas a Receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. Incluem as contas a receber decorrentes das operações de receitas comerciais, embarque, armazenamento e capatazia, pouso e permanência, comunicação e auxílio para navegação aérea, exploração de serviços, conexão e cursos e treinamentos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na avaliação de clientes com parcelas em atraso e em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

e) Estoques

Os itens existentes nos almoxarifados foram avaliados pelo custo médio ponderado ou pelo valor realizável líquido, dos dois, o menor.

f) Investimentos

Os investimentos da Companhia são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC nº 18 – Investimento em Coligada e em Controlada.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na companhia.

A participação societária é apresentada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro (prejuízo) líquido. As demonstrações



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO SOCIAL 2013 E 2012

(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

contábeis são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil, e reconhece o montante na demonstração do resultado.

Quando ocorre a perda de influência significativa sobre as investidas a Companhia avalia e reconhece o investimento pelo valor justo, sendo reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil da investida no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente.

g) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais.

h) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO SOCIAL 2013 E 2012

(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

i) Perdas em Sentenças Judiciais

As perdas em sentenças judiciais são constituídas pelas ações judiciais transitadas em julgado em fase de execução, com o registro de que se encontra em andamento Projeto Estratégico instituído pelo Ato Administrativo nº 2967/DJ/2013, de 12 de julho de 2013, com o objetivo de classificar e avaliar todas as ações judiciais, independentemente das fases em que se encontrem os processos, para efeito de estimativa do valor das eventuais perdas delas decorrentes.

j) Provisões Cíveis e Trabalhistas

A Companhia reconhece provisões cíveis e trabalhistas.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

k) Outros Ativos e Passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO SOCIAL 2013 E 2012

(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

l) Imposto de Renda e Contribuição Social

A tributação sobre o lucro do exercício refere-se ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (“CSLL”), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 mil no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os impostos diferidos ativos são decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de apuração e diferenças temporárias e são constituídos, quando aplicáveis, em conformidade com CPC nº 32 – Tributos sobre o Lucro, levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

m) Benefício a Empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados.

A Infraero contrata anualmente empresa especializada para prestação de serviços técnicos de Avaliação Atuarial dos benefícios pós-emprego oferecidos pela Companhia de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC n.º 33. Dessa forma, os benefícios pós-emprego de responsabilidade da Companhia relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica, para as Demonstrações Contábeis de 2014, serão avaliados de acordo com os critérios estabelecidos nesse normativo.

A Companhia patrocina planos de benefícios aos seus empregados, na modalidade de plano de benefício definido (BD) e, também, de contribuição definida (CD). Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas ao INFRAPREV, não tendo obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados, os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO SOCIAL 2013 E 2012

(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, tais como idade, tempo de contribuição e remuneração.

Os valores dos compromissos atuariais relacionados ao plano BD (contribuições, custos, passivos e ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente com data base que coincide com o encerramento do exercício e são registrados conforme previsto no CPC 33.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, reduzido do valor justo dos ativos do plano, com os ajustes dos custos de serviços passados não reconhecidos.

O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado.

Os custos de serviços passados são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio até que o direito aos benefícios seja adquirido. Se o direito aos benefícios já tiver sido adquirido, custos de serviços passados são reconhecidos imediatamente após a introdução ou mudanças de um plano de aposentadoria.

O ativo ou passivo de planos de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos o valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações. Os ativos do plano são ativos mantidos por uma Entidade Fechada de Previdência Complementar. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores da Companhia e não podem ser pagos diretamente a Companhia. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, no preço de compra publicado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras do plano.

Os seguintes montantes serão reconhecidos na demonstração do resultado abrangente:



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO SOCIAL 2013 E 2012

(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Ganhos e perdas atuariais – são resultantes de diferenças entre as premissas atuariais anteriores e o que efetivamente se realizou e, incluem os efeitos de mudanças nas premissas atuariais;

Também são concedidos benefícios de plano de assistência à saúde, odontológica e participação no resultado.

O plano de assistência médica é administrado pela própria Companhia. Tanto o plano de assistência médica como o odontológico, é financiado em regime de caixa.

n) Reconhecimento de Receita

Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma possa ser mensurada de forma confiável:

i. Receita da prestação de serviços

A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.

ii. Receita financeira

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

o) Demonstrações dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC nº 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

p) Moeda Funcional

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO SOCIAL 2013 E 2012

(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

q) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

Na elaboração das demonstrações contábeis da Empresa, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Empresa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do Ativo Imobilizado, provisão necessária para realização dos ativos, passivos contingentes, determinações de provisão para o imposto de renda e outros similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação a essas estimativas.

Estimativas e premissas

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*Impairment*)

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Provisão para indenizações ao Programa de Incentivo à Transferência ou à Aposentadoria - PDITA

Considerando a política adotada pelo Governo Federal para concessão à iniciativa privada dos aeroportos de Brasília/DF, Guarulhos/SP, Campinas/SP, administrados pela Infraero e, a construção do novo aeroporto em Natal/RN, a Empresa, por meio do termo aditivo ao Acordo Coletivo de Trabalho, celebrado em 06/12/2011, resolveu implantar o Programa de Incentivo à Transferência ou à Aposentadoria – PDITA. Dessa forma, foi constituída a provisão utilizado como critério os empregados, confirmados e deferidos, em 31/12/2013, que aderiram ao programa, sendo o valor composto pelos seguintes incentivos financeiros: multa de FGTS, aviso prévio e a contribuição sobre o aviso prévio indenizado.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO SOCIAL 2013 E 2012

(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Operações Descontinuadas

O Decreto n.º 7.896/2013 dispõe sobre a inclusão, no Programa Nacional de Desestatização – PND, os aeroportos internacionais do Rio de Janeiro/Galeão (SBRJ) no estado do Rio de Janeiro e Tancredo Neves/Confins (SBCF) no estado de Minas Gerais, e atribui à Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC a responsabilidade por executar e acompanhar o processo de concessão desses aeroportos. O leilão dos dois aeroportos ocorreu de forma simultânea em 22/11/2013 na BM&F Bovespa. Diante do exposto, foi constituída provisão para perdas relativo aos bens que serão descontinuados em decorrência dessas concessões.

r) Ativos não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas

Os grupos de ativo não circulante classificados como mantidos para venda são mensurados com base no menor valor entre o valor contábil e o valor justo, deduzido dos custos de venda. Os grupos de ativo não circulante são classificados como mantidos para venda se seus valores contábeis foram recuperados por meio de uma transação de venda em vez de por meio de uso contínuo. Essa condição é considerada cumprida apenas quando a venda for altamente provável e o grupo de ativo ou de alienação estiver disponível para venda imediata na sua condição atual. A Administração deve comprometer-se com a venda dentro de um ano a partir da data da classificação.

Na demonstração do resultado do exercício corrente e exercício anterior, as receitas e despesas de operações descontinuadas são divulgadas em separado das demais receitas e despesas. O lucro ou prejuízo resultante (após os impostos) é divulgado separadamente na demonstração do resultado.

Uma vez classificados como mantidos para venda, os ativos não são depreciados ou amortizados.

Nota 3 – Informações para Efeito de Comparabilidade

A Companhia apresenta a reconciliação do ativo, passivo, patrimônio líquido e resultados consolidados, dos exercícios tornados públicos anteriormente referente aos períodos de 31 de dezembro de 2012.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO SOCIAL 2013 E 2012

(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Demonstrações de Resultados

DESCRIÇÃO	Publicado em			Reapresentado em
	31/12/2012	(Reclassificações)	(Ajustes)	31/12/2012
Receita operacional líquida	4.116.116	-	-	4.116.116
(-) Custos operacionais	(2.687.168)	-	-	(2.687.168)
(=) Lucro bruto	1.428.948	-	-	1.428.948
Despesas com planejamento e orientação técnico operacional	(263.436)	-	-	(263.436)
Administrativas	(526.883)	-	(8.943)	(535.826)
Comerciais	(61.308)	-	-	(61.308)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(54.985)	-	-	(54.985)
Provisão para contingências	(42.438)	-	-	(42.438)
Provisão para indenizações (Programa de Incentivo a Transferência ou Aposentadoria)	(13.280)	-	-	(13.280)
Receitas eventuais	13.544	-	-	13.544
Resultado de equivalência patrimonial	(90.875)	-	53.695	(37.180)
Participação nos lucros	(6.829)	-	-	(6.829)
Outras receitas / (despesas)	(46.910)	-	-	(46.910)
Resultado operacional antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas	335.548	-	44.752	380.300
Resultado financeiro líquido	85.559	25.590	-	111.149
Resultado operacional antes dos investimentos em Bens da União	421.107	25.590	44.752	491.449
Recursos aplicados em bens da União	(282.163)	-	-	(282.163)
Prejuízo/Lucro operacional (antes dos impostos)	138.944	25.590	44.752	209.286
(-) Imposto de renda e contribuição social	(56.787)	-	-	(56.787)
Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	25.590	(25.590)	-	-
Prejuízo/Lucro Líquido	107.747	-	44.752	152.499



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO SOCIAL 2013 E 2012

(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Demonstrações de Valores Adicionados

DESCRIÇÃO	Notas Explicativas	Publicado em			Reapresentado em
		31/12/2012	(Reclassificações)	(Ajuste)	
(=) Receitas					
Receitas Operacionais		4.365.363	-	-	4.365.363
Outras Receitas		44.453	-	-	44.453
		4.409.816	-	-	4.409.816
(-) Insumos adquiridos de terceiros					
Materiais e serviços de terceiros		(1.535.784)	-	-	(1.535.784)
Outras despesas		(77.819)	-	-	(77.819)
		(1.613.603)	-	-	(1.613.603)
(=) Valor adicionado bruto		2.796.213	-	-	2.796.213
(-) Retenções					
Provisão para contingências		(42.438)	-	-	(42.438)
Provisão (Impairment)		-	-	-	-
Provisão para Créd. de Liq. Duv.		(54.985)	-	-	(54.985)
Provisão Indenização		-	-	-	-
Estoques		-	-	-	-
(-) Depreciação e amortização		(102.236)	-	(8.943)	(111.179)
(=) Valor adicionado líquido		2.596.554	-	(8.943)	2.587.611
(+/-) Valor adicionado recebido em transferência					
Receitas financeiras		124.313	-	-	124.313
Resultado de equivalência		(90.875)	-	53.695	(37.180)
(=) Valor adicionado total a distribuir		2.629.992	-	44.752	2.674.744
Distribuição do valor adicionado					
Salários e encargos		1.891.106	-	-	1.891.106
		1.891.106	-	-	1.891.106
Impostos, taxas e contribuições					
Tributos		335.813	-	-	335.813
		335.813	-	-	335.813
Remuneração de capitais de terceiros					
Despesas financeiras		13.164	-	-	13.164
Obras em bens da União		282.163	-	-	282.163
		295.327	-	-	295.327
Remuneração de capitais próprios					
Juros sobre o capital próprio		25.590	-	-	25.590
Lucro / (prejuízo) do exercício		82.157	-	44.752	126.909
		107.747	-	44.752	152.499
Valor adicionado total distribuído		2.629.993	-	-	2.674.745



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO SOCIAL 2013 E 2012

(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Demonstração dos Fluxos de Caixa

DESCRIÇÃO	Publicado em			Reapresentado em
	31/12/2012	(Reclassificações)	(Ajustes)	31/12/2012 (reapresentado)
Prejuízo / Lucro líquido antes das provisões tributárias	446.697			491.449
Itens que não afetam o caixa operacional				
Depreciação e amortização	102.236	-	8.943	(c) 111.179
Valor residual dos bens baixados	65.338	-	-	65.338
Resultado de equivalência	90.875	-	(53.695)	(b) 37.180
Juros sobre capital próprio	1.183	-	-	1.183
	706.329	-	(44.752)	706.329
Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo				
Contas a receber	59.311	-	-	59.311
Estoques	11.003	-	-	11.003
Outras contas a receber	(89.591)	(827)	-	(a) (90.418)
Depósitos judiciais	(35.695)	-	-	(35.695)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(171.268)	-	-	(171.268)
Fornecedores	97.808	-	-	97.808
Obrigações tributárias	(9.643)	-	-	(9.643)
Obrigações sociais	10.557	-	-	10.557
Outras contas a pagar	8.219	-	-	8.219
Provisão para contingências	19.528	-	-	19.528
Previdência complementar	36.996	-	-	36.996
Provisão do IR e CSLL	(56.787)	-	-	(56.787)
	(119.562)	(827)	-	(120.389)
Caixa líquido das atividades operacionais	586.767	(827)	(44.752)	585.940
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento				
Aquisições de investimentos	(378.838)	-	-	(378.838)
Aquisições de bens do imobilizado	(212.720)	-	-	(212.720)
Aquisições de bens do intangível	(13.446)	-	-	(13.446)
Receitas Ataero	91.942	-	-	91.942
Investimentos - Ataero	(795.125)	-	-	(795.125)
Varição em recursos de terceiros	8.690	-	-	8.690
Obras em bens da união	(282.163)	-	-	(282.163)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(1.581.660)	-	-	(1.581.660)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Integralização de capital	-	-	-	-
Recursos para aumento de capital	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio	(38.433)	-	-	(38.433)
Participação nos lucros	(2.459)	-	-	(2.459)
Caixa líquido das atividades de financiamentos	(40.892)	-	-	(40.892)
Redução líquido de caixa	(1.035.785)	(827)	(44.752)	(1.036.612)
Caixa no início do período	1.306.746	-	-	1.258.258
Caixa no final do período	270.961	-	-	221.646
Redução líquido de caixa	(1.035.785)	(827)	(44.752)	(1.036.612)

a) Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos. Desse grupo, foram reclassificados R\$ 49 mil para a conta de



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO SOCIAL 2013 E 2012

(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

aplicações financeiras (não circulante) por representar ativos que não estão disponíveis para uso.

- b) Refere-se ao ajuste no cálculo da equivalência patrimonial sobre os investimentos de 49% nas SPE's. Foi realizado novo cálculo tomando como período base dezembro, pois no cálculo anterior foi considerado o período base novembro.
- c) Ativo imobilizado é o item tangível que é mantido para uso na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, ou para fins administrativos e que se espera utilizar por mais de um período. Desse grupo, foram ajustados R\$ 8.943 mil relativo a depreciação de bens registrados indevidamente no ativo em processo de aquisição não depreciados no período. Além disso, inclui a baixa de bens repassados à Inframerica que ainda constavam no ativo da Infraero.
- d) Referem-se a divulgação do grupo para melhor evidenciar os valores de terceiros considerando a irrelevância do montante relacionado ao Comando da Aeronáutica.
- e) A reversão da conta de Juros sobre o Capital Próprio – JCP no valor de R\$ 25.590 mil reclassificada para a conta de Despesa Financeira foi em decorrência da opção pela melhor prática adotada no mercado considerando que a despesa não deve ser evidenciada na DRE, fazendo-o apenas na DMPL.

Nota 4 – Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações

	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
I - Caixa e Bancos	3.403	2.956	2.261
Aplicação Financeira	43.821	218.691	1.255.998
<i>Certificados de Depósito Bancário</i>	42.719	217.651	1.255.998
<i>Outros</i>	1.102	1.039	-
Total	47.224	221.646	1.258.258

	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
II - Aplicações	52.244	49.415	48.660
<i>Convênios e TCCA's</i>	52.143	49.315	48.488
<i>Depósitos Judiciais</i>	101	101	172
Total	52.244	49.415	48.660

Aplicações financeiras consideradas equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO SOCIAL 2013 E 2012

(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

para investimento ou outros fins. A Companhia considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em fundos. Esses fundos são de renda fixa compostos por títulos que fazem parte da carteira teórica do índice IRFM-1 (LTN e NTN-F).

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos concentrem-se em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras públicas.

Nota 5 – Contas a Receber

a) Composição do Contas a Receber

	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
Comerciais, Exploração de Serviços e Cursos e Treinamentos	322.548	301.759	250.723
Embarques e Conexão	67.187	96.248	122.014
Armazenagem e Capatazia	15.057	16.830	15.397
Pouso, Permanência e Navegação Aérea	80.074	670.508	624.955
Outros	60.595	116.581	258.999
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(197.433)	(496.765)	(668.033)
Total	348.028	705.160	604.053
Circulante	332.534	685.910	586.254
Não Circulante	15.494	19.251	17.799

b) Composição por Idade de Vencimento

Em 31 de dezembro de 2013, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
A Vencer	238.759	440.227	573.825
Vencidas	273.941	407.842	394.394
<i>De 1 a 30 dias</i>	52.128	176.458	16.486
<i>De 31 a 60 dias</i>	12.014	3.020	33.563
<i>De 61 a 90 dias</i>	8.490	15.967	4.799
<i>De 91 a 120 dias</i>	14.519	16.332	5.087
<i>De 121 a 180 dias</i>	14.871	17.075	8.641
<i>Há mais de 180 dias</i>	171.919	178.990	325.818
Total	512.700	848.069	968.220



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO SOCIAL 2013 E 2012

(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

c) Movimentação na Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A Infraero constitui a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos classificados no grupo Contas a Receber, incluindo as dívidas vencidas em processo de negociação e em cobranças judiciais. O montante é considerado pela administração como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. A provisão foi calculada observando-se os aspectos fiscais da Lei nº 9.430/96, a conjuntura econômica, o histórico de inadimplência dos clientes e a sua relevância.

PCLD - Circulante	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
Saldo no início do período	(181.913)	(182.134)	(168.487)
Adições	(112.356)	-	-
Transferência	4.706	221	(13.647)
Reversões	154.473	-	-
Saldo no fim do período	(135.089)	(181.913)	(182.134)

PCLD - Não circulante	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
Saldo no início do período	(314.852)	(485.899)	(463.838)
Adições	(56.199)	(37.494)	(42.283)
Transferência	(4.706)	(221)	13.647
Reversões	313.413	208.762	6.575
Saldo no fim do período	(62.344)	(314.852)	(485.899)

Nota 6 – Estoques

	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
Materiais Auxiliares e de Manutenção	60.771	57.046	69.135
Importação em andamento	363	1.690	1.091
Outros	1.349	1.043	554
Provisão para Perdas	(901)	-	-
Total	61.582	59.778	70.781

A Infraero possui 27 almoxarifados, que estão localizados nas principais capitais do Brasil com a finalidade de minimizar os custos com logística.

Para estimativa do valor registrado na provisão foi considerado a obsolescência dos estoques, ou seja, a não utilização dos materiais em intervalos de tempos diferenciados conforme o tipo de estoque avaliado.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO SOCIAL 2013 E 2012

(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Neste contexto, foi definido que para os estoques de Materiais de Consumo os itens não movimentados há mais de 3 (três) anos devem compor o saldo para a provisão de obsolescência dos estoques, considerando também os Materiais de Manutenção naqueles itens não utilizados há mais de 9 (nove) anos.

Sendo assim, os valores destes dois grupos quando somados nos períodos analisados compõe o montante de R\$ 901 mil, que foram provisionados, em 2013, para melhor apresentação do saldo dos estoques. Essa provisão corresponde aos valores registrados no estoque entre os anos de 2000 a 2010 no caso dos Materiais de Consumo, e 2000 a 2004 para os Materiais de Manutenção já obsoletos e sem condições de utilização.

Nota 7 – Impostos, Taxas e Contribuições

a) Tributos a Recuperar

A conta de Impostos a Recuperar, no montante de R\$ 78.295 mil, compreende créditos tributários de curto prazo, recuperáveis, provenientes de retenções na fonte, apuração de saldos negativos de IRPJ, entre outros.

	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	1.262	1.198
PASEP e COFINS	42.277	18.597	2.001
INSS	636	399	67
Imposto a Recuperar (retido) - Lei 9430/96	30.734	29.767	22.698
IRRF	4.330	80.067	25.316
Outros	318	26.204	4.846
Total	78.295	156.296	56.127

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos Ativos

A Infraero de acordo com o CPC nº 32 – Tributos sobre o Lucro e fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pela Administração, reconhecem, quando aplicável, créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido e as projeções são revisadas anualmente.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO SOCIAL 2013 E 2012

(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com CPC nº 32 – Tributos sobre o Lucro, a Infraero não deverá registrar o ativo fiscal diferido, pois não possui expectativa de geração de lucros tributários futuros.

c) Tributos a Recolher

	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
PASEP e COFINS	-	3.102	16.528
FGTS	10.691	10.729	10.046
INSS s/ Folha de Pagamento	29.176	28.378	27.303
INSS s/ Terceiros	14.659	12.193	13.402
Imposto a Recolher (retenção) - Lei 9430/96	28.682	27.891	26.278
Outros	38.854	37.184	35.565
Total	122.062	119.479	129.121

A Infraero não recolhe aos municípios, onde administra aeroportos, o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS por prestar serviço público federal em nome da União, nem recolhe o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, pertinente aos sítios aeroportuários, porquanto se constituem propriedades da União Federal. Com efeito, o Supremo Tribunal Federal (STF) em mais de uma oportunidade, com respaldo na alínea “a”, do inciso VI, do art. 150, da Constituição da República, reconhece à Infraero como, de ordinário, às demais empresas públicas, a aplicação do princípio da imunidade recíproca.

Em razão disso, a Companhia decidiu por não realizar provisão de possíveis perdas em ações de execução fiscal envolvendo as matérias supramencionadas.

d) Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado do Exercício

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
Lucro (prejuízo) contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(2.654.766)	209.286	184.979
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	-	56.787	37.451
Ajustes no resultado líquido que afetam o resultado do exercício	308.636	29.054	(21.423)
<i>Adições</i>	1.372.951	643.893	762.286
<i>Exclusões</i>	(1.064.316)	(614.839)	(783.709)
Compensação de B.C. negativa e prejuízo fiscal de exercícios anteriores	-	(74.185)	(49.067)
Deduções Legais	-	(2.042)	(1.451)
Total dos impostos no resultado	-	56.787	37.451



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO SOCIAL 2013 E 2012

(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Nota 8 – Partes Relacionadas

As informações financeiras dos investimentos da Empresa em coligadas estão apresentadas na tabela a seguir:

Razão Social	País - Sede	49% da participação societária	
		2013	2012
Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A	<i>Brasil</i>	595.623	173.132
Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.	<i>Brasil</i>	163.469	50.384
Aeroportos Brasil - Viracopos S.A.	<i>Brasil</i>	292.158	155.351

Remuneração da administração

A remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretores Estatutários, está composta como segue:

Composição	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
Pró-Labore	3.605	3.036	2.279
Encargos	1.397	1.214	1.807
Benefícios	173	166	110
Outros	-	1	-
Total	5.175	4.417	4.196

A Companhia não possui planos de opção de ações para seus executivos e empregados de qualquer nível.

Nota 9 – Despesas Pagas Antecipadamente

Composição	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
Gastos com Apólices de Seguros *	4.680	4.140	5.440
Despesas Antecipadas com Pessoal	10.775	2.154	512
Outros Gastos	1.685	3	1
Total	17.140	6.297	5.953

* São amortizados no mesmo prazo da vigência dos seguros contratados.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO SOCIAL 2013 E 2012

(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Nota 10 – Investimentos

a) Composição

Os investimentos, no valor líquido de R\$ 1.112.748 mil, correspondem aos custos de aquisição após provisão para perdas na realização. Foram adquiridos, em 2011, terrenos do Comando da Aeronáutica no Sítio Aeroportuário de Belo Horizonte - Pampulha no valor de R\$ 70.504 mil, que até a conclusão do Plano Diretor do aeroporto, ficará registrado neste grupo na conta de Imobilizado Não Destinado a Uso.

	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
Ações em Incentivos Fiscais	24.597	26.575	26.575
Obras de Arte	1.526	1.526	1.556
Participação em Fundos	397	397	397
SPEs	1.051.250	378.867	-
Perdas por equivalência patrimonial	(5.812)	(37.180)	-
Imobilizado não destinado a uso	70.504	70.504	70.504
Total dos Investimentos	1.142.463	440.690	99.032
(-) Provisão para Perdas	(21.578)	(21.578)	(21.578)
Total	1.120.885	419.112	77.454

b) Participação da Companhia em Coligadas

As participações em coligadas, avaliadas pelo método da equivalência patrimonial (MEP), foram apuradas de acordo com os balanços patrimoniais ajustados das respectivas investidas em cada data-base.

	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado	Participação Direta %	Equivalência Patrimonial	Saldo dos Investimentos 2013
SPE:					
Aeroportos Brasil - Viracopos S.A.	251.133	(83.725)	49%	(41.025)	292.158
Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.	97.742	(43.778)	49%	(21.451)	163.469
Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A	652.287	115.640	49%	56.664	595.623
				<u>(5.812)</u>	<u>1.051.250</u>
SPE:					
Aeroportos Brasil - Viracopos S.A.	139.925	(31.481)	49%	(15.425)	155.351
Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.	34.298	(32.798)	49%	(16.086)	50.384
Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A	167.464	(11.569)	49%	(5.669)	173.132
				<u>(37.180)</u>	<u>378.867</u>

No exercício de 2013 foram investidos pela Infraero, a título de aporte de capital, R\$ 628.107 mil nas Sociedades de Propósito Específico (SPE) de Brasília, Guarulhos e



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO SOCIAL 2013 E 2012

(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Campinas, correspondendo a 49% do capital social. Tais investimentos foram avaliados pelo MEP, considerando o período-base dezembro, conforme previsto na Lei nº 6.404/76, artigo 248, inciso I.

c) Movimentação dos Investimentos em Coligadas:

	Aeroportos Brasil - Viracopos S.A.	Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.	Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2012	-	-	-	-
Aporte de Capital	155.351	50.384	173.132	378.867
Resultado de equivalência patrimonial	(15.425)	(16.086)	(5.669)	(37.180)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	139.925	34.298	167.464	341.687
Aporte de Capital	136.807	113.085	422.491	672.383
Resultado de equivalência patrimonial	(25.599)	(5.365)	62.332	31.368
Saldos em 31 de dezembro de 2013	251.133	142.018	652.287	1.045.438
Total	251.133	142.018	652.287	1.045.438

Aportes de capital

Aeroportos Brasil - Viracopos S.A.

No ano de 2013 a Infraero subscreveu e aportou na empresa Viracopos S.A. R\$ 136.807 mil (Cento e trinta e seis milhões, oitocentos e sete mil reais), representados por 136.807.061 ações ordinárias.

Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.

No ano de 2013 a Infraero subscreveu e aportou na empresa Inframérica BSB S.A. R\$ 113.085 mil (Cento e treze milhões e oitenta e cinco mil reais), representados por 113.085.751 ações ordinárias.

Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A

No ano de 2013 a Infraero subscreveu e aportou na empresa Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A, o valor de R\$ 422.491 mil (Quatrocentos e vinte e dois milhões, quatrocentos e noventa e um mil reais), representados por 422.490.740 ações ordinárias.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO SOCIAL 2013 E 2012

(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Nota 11 – Imobilizado e Intangível

	Terrenos	Edifícios e Benfeitorias	Instalações, Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios	Imobilizado em Andamento (i)	Outros	Redução ao Valor Recuperável	Total
Custo do Imobilizado Bruto									
Saldo em 01 de janeiro de 2012	15.077	4.534	505.717	240.258	115.366	141.645	199	-	1.022.796
Adições	-	47	95.429	12.511	53.253	51.469	12	-	212.720
Baixa	-	(13)	(102.488)	(28.508)	(17.528)	(4.447)	(3)	-	(152.985)
Transferências	-	-	(6.310)	18.497	2.447	(14.588)	(46)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	15.077	4.568	492.349	242.758	153.538	174.079	163	-	1.082.532
Adições	-	387	80.928	22.888	20.834	45.569	36	-	170.641
Baixa	-	(1.359)	(74.937)	(36.495)	(11.869)	-	(66)	-	(124.726)
Transferências	-	(300)	119.281	(246)	12.006	(130.714)	(27)	-	-
Bens Disponíveis para Venda	-	-	-	-	-	-	(1.486)	-	(1.486)
Red. a Valor Recuperável	-	-	-	-	-	-	-	(452.887)	(452.887)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	15.077	3.296	617.620	228.906	174.510	88.934	(1.382)	(452.887)	674.074
Depreciação Acumulada									
Saldo em 01 de janeiro de 2012	-	(3.217)	(262.457)	(163.512)	(53.445)	-	(52)	-	(482.684)
Adições	-	(93)	(53.495)	(21.756)	(12.305)	-	(6)	-	(87.655)
Baixa	-	-	49.685	18.555	10.463	-	-	-	78.703
Transferências	-	-	(19)	23	(4)	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-	(3.310)	(266.286)	(166.690)	(55.291)	-	(58)	-	(491.636)
Adições	-	(95)	(38.751)	(26.388)	(13.400)	-	(7)	-	(78.641)
Baixa	-	1.355	71.763	36.124	11.472	-	66	-	120.780
Transferências	-	-	(13.581)	14.215	(634)	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	(2.050)	(246.855)	(142.740)	(57.853)	-	1	-	(449.497)
Imobilizado Líquido									
Saldo em 01 de janeiro de 2012	15.077	1.317	243.260	76.745	61.921	141.645	147	-	540.112
Saldo em 31 de dezembro de 2012	15.077	1.258	226.063	76.068	98.247	174.079	105	-	590.896
Saldo em 31 de dezembro de 2013	15.077	1.246	370.765	86.166	116.656	88.934	(1.380)	(452.887)	224.576



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO SOCIAL 2013 E 2012

(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

	Licença de Uso de Software	Marcas, Direitos e Patentes	Software em Desenvolvimento	Total
Custo do Intangível Bruto				
Saldo em 01 de janeiro de 2012	112.487	338	1.050	113.875
Adições	13.317	79	50	13.446
Baixa	(15.014)	(4)	-	(15.019)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	110.790	413	1.100	112.303
Adições	38.064	1	175	38.240
Baixa	(54.578)	(4)	-	(54.582)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	94.276	410	1.275	95.961
Amortização Acumulada				
Saldo em 01 de janeiro de 2012	(80.020)	(64)	-	(80.084)
Adições	(14.277)	(303)	-	(14.580)
Baixa	14.844	173	-	15.017
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(79.453)	(194)	-	(79.647)
Adições	(12.204)	(135)	-	(12.339)
Baixa	54.108	4	-	54.112
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(37.549)	(325)	-	(37.874)
Intangível Líquido				
Saldo em 01 de janeiro de 2012	32.467	274	1.050	33.791
Saldo em 31 de dezembro de 2012	31.337	219	1.100	32.656
Saldo em 31 de dezembro de 2013	56.727	85	1.275	58.087

A Companhia não possui leasing e nem ativos dados em garantia.

- i. O saldo de bens de Imobilizado em andamento é constituído principalmente por adiantamento a fornecedores.

a) Itens Totalmente Depreciados / Amortizados

Em 31 de dezembro de 2013, não foram identificados itens no ativo intangível totalmente amortizados.

b) Revisão da Vida Útil

A Companhia deprecia o ativo imobilizado e intangível pelo método linear, usando taxas de depreciação demonstradas a seguir:



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO SOCIAL 2013 E 2012

(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

	Taxa Média Anual Depreciação - Anterior	Taxa Média Anual Depreciação - Atual
Imobilizado:		
Edifícios e Benfeitorias	4%	4%
Instalações, Maquinas e Equipamentos	10%	10%
Veículos	20%	20%
Móveis e Utensílios	10%	11%
Intangível:		
Licença de Uso de Software	20%	20%
Marcas, Direitos e Patentes	20%	20%
Outros	-	-

A Infraero realiza anualmente o teste de recuperabilidade dos valores registrados no ativo imobilizado utilizando como critério o fluxo de caixa descontado, por não existir, no Brasil, mercado ativo para a maioria dos bens do segmento de aeroportos. A Infraero tem como sua menor unidade geradora de caixa o aeroporto e com base nesta definição e das premissas utilizadas (taxa de desconto TJLP/PIB/Taxa de Câmbio, e prazo de 5 anos) foi identificado uma perda no ativo imobilizado e intangível na ordem de R\$ 398.578 mil, ensejando, portanto, o reconhecimento dessa perda decorrente de ajustes de variação patrimonial.

Conforme preconiza o item 33 do ICPC 10, a revisão da vida útil dos bens foi realizada pelos profissionais da Infraero por possuírem conhecimentos técnicos e específicos.

Resultados Financeiros	31/12/2013
Período de Análise	5 anos
Redução por Impairment	398.578
Custo de Capital – TJLP	5%
Taxa de Retorno do Investimento (TIR)	-
Prazo de Recuperação do Ativo	-

O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, visto que o valor estimado de mercado é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

c) Operações Descontinuadas

O Decreto nº 7.896/2013 dispõe sobre a inclusão, no Programa Nacional de Desestatização – PND, os Aeroportos Internacionais do Rio de Janeiro/Galeão (SBRJ) no Estado do Rio de Janeiro e Tancredo Neves/Confins (SBCF) no Estado de Minas Gerais, e atribui à Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC a responsabilidade por executar e acompanhar o processo de concessão desses aeroportos. A ANAC iniciou



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO SOCIAL 2013 E 2012

(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

o processo por meio da publicação, no Diário Oficial da União de 3/10/2013, do Edital do Leilão nº 1/2013, a fim de selecionar as melhores propostas para a celebração de contratos de concessão de serviços públicos para ampliação, manutenção e exploração dos Aeroportos Internacionais do Galeão e Confins. O leilão dos dois aeroportos ocorreu de forma simultânea em 22/11/2013 na BM&F Bovespa. A concessão do Aeroporto do Galeão foi arrematada por R\$ 19 bilhões pelo consórcio Aeroportos do Futuro. O valor da concessão do Aeroporto de Confins ficou em R\$ 1,096 bilhão pelo Consórcio AeroBrasil. O recurso arrecadado será repassado ao Fundo Nacional de Aviação Civil – FNAC.

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2013, os Aeroportos do Galeão e Confins estavam classificados no grupo operação descontinuada no valor de R\$ 54.310 mil.

O resultado do exercício relacionado ao aeroporto do Galeão é apresentado a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
Receita	559.180	508.317	382.150
Despesa	(497.218)	(367.327)	(322.909)
Lucro Bruto	61.963	140.990	59.241
Lucro (prejuízo) da operação descontinuada antes dos impostos	61.963	140.990	59.241
Lucro (prejuízo) do exercício da operação descontinuada	61.963	140.990	59.241

O resultado do exercício relacionado ao aeroporto de Confins é apresentado a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
Receita	178.883	160.506	160.390
Despesa	(119.247)	(101.553)	(89.958)
Lucro Bruto	59.636	58.953	70.432
Lucro (prejuízo) da operação descontinuada antes dos impostos	59.636	58.953	70.432
Lucro (prejuízo) do exercício da operação descontinuada	59.636	58.953	70.432

d) Reconhecimento da Depreciação/Amortização no Resultado

Os valores de depreciação e amortização estão reconhecidos na demonstração de resultado como segue:

	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
Despesas de Depreciação	78.641	96.598	94.571
Despesas de Amortização	12.339	14.580	1
Total	90.980	111.179	94.572



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO SOCIAL
2013 E 2012**

(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Nota 12 – Recursos de Terceiros

Os Recursos de Terceiros estavam constituídos, principalmente, pelos seguintes valores:

	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
(a) Convênios	32.506	30.261	27.760
(b) Fundo Nacional de Aviação Civil	120.153	33.066	-
(c) Prefeituras e Administradoras	4.225	3.438	2.529
(d) Comando da Aeronáutica	3.125	2.690	22.153
(e) ATAERO	-	-	703.182
(f) Tesouro Nacional	-	-	8.324
Total	160.009	69.455	763.948

- (a) Convênios - Relativos a recursos de convênios firmados entre a Infraero e entes da Administração Pública Direta, destinados à ampliação e modernização de aeroportos.
- (b) Fundo Nacional de Aviação Civil – Recursos relativos a Medida Provisória nº 551, de 22/11/2011, convertida na Lei nº 12.648, de 17/5/2012, definiu que, a partir de 10/1/2012, a parcela correspondente ao aumento concedido pela Portaria nº 861/GM2 de 9/12/1997 às Tarifas de Embarque Internacional, bem como o Adicional Tarifário, constituem receita própria do Fundo Nacional de Aviação Civil – FNAC.
- (c) Prefeituras e Administradoras – são valores referentes à obrigação da Infraero em repassar a participação das demais Prefeituras e Administradoras de Aeroportos nas tarifas arrecadadas.
- (d) Comando da Aeronáutica – recursos relativos, principalmente, arrecadação de taxas de ocupação cobradas de empregados da Infraero sobre imóveis de propriedade da União sob a responsabilidade e guarda da Infraero.

O quadro a seguir demonstra o detalhamento dos ingressos e dos dispêndios dos recursos de terceiros no período:

	Ingressos		Dispêndios		31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)
	Recursos	Receitas Financeiras	Investimentos / Repasses	Tributos/Disp. Financeiras		
FNAC	1.496.379	1.098	1.410.390	-	120.153	33.066
Convênios	-	2.777	532	-	32.507	30.261
Ministério do Turismo	-	2.645	508	-	30.666	28.529
Governo Estado da Bahia	-	132	24	-	1.840	1.732
Comando da Aeronáutica	158	283	311	-	3.125	2.690
Outros	94.609	-	93.824	-	4.224	3.438
Total	1.591.147	4.159	1.505.056	-	160.009	69.455



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO SOCIAL 2013 E 2012

(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

	Ingressos		Dispêndios		31/12/2012	01/01/2012
	Recursos	Receitas Financeiras	Investimentos / Repasses	Tributos/Disp. Financeiras	(reapresentado)	(reapresentado)
FNAC	1.981.223	3.563	1.951.720	-	33.066	-
ATAERO	44.684	47.258	806.739	(11.615)	-	703.182
Convênios	-	(626)	(3.128)	-	30.261	27.760
Ministério do Turismo	-	(775)	(3.159)	-	28.529	26.145
Governo Estado da Bahia	-	148	31	-	1.732	1.615
Comando da Aeronáutica	180	289	19.933	-	2.690	22.153
Tesouro Nacional	-	-	8.324	-	-	8.324
Outros	55.615	-	54.706	-	3.438	2.529
Total	2.081.702	50.484	2.838.294	(11.615)	69.455	763.948

Nota 13 – Provisão para Indenizações

	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
Provisão para Indenizações	191.282	-	-
Total	191.282	-	-

a) Programa de Incentivo à Transferência ou à Aposentadoria - PDITA

Considerando a política adotada pelo Governo Federal para concessão à iniciativa privada dos aeroportos de Brasília/DF, Guarulhos/SP, Campinas/SP, administrados pela Infraero e, a construção do novo aeroporto em Natal/RN, a Empresa, por meio do termo aditivo ao Acordo Coletivo de Trabalho, celebrado em 06/12/2011, resolveu implantar o Programa de Incentivo à Transferência ou à Aposentadoria – PDITA, que tem como limite, entre transferências e aposentadorias efetivadas, até 2.900 empregados. Dessa forma, foi constituída a provisão utilizado como critério os empregados, confirmados e deferidos, em 31/12/2013, que aderiram ao programa, sendo o valor composto pelos seguintes incentivos financeiros: multa de FGTS, aviso prévio e a contribuição sobre o aviso prévio indenizado.

Nota 14 – Provisão para Contingências

A provisão de R\$ 326.913 mil foi constituída para fazer face às prováveis perdas em processos trabalhistas, cíveis e nas sentenças judiciais, representados por ações em fase de execução e ações julgadas em fase de recurso para instâncias superiores. Essas provisões estão demonstradas no quadro abaixo:



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO SOCIAL 2013 E 2012

(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
Provisões	326.913	272.128	252.600
Trabalhistas	224.613	173.989	152.748
Cíveis	102.300	98.139	99.852
<i>Previdenciárias</i>	-	32.392	28.782
<i>Demais Ações</i>	102.300	65.748	71.070
Total	326.913	272.128	252.600

A movimentação ocorrida nas provisões trabalhistas, cíveis e nas sentenças judiciais, no ano de 2013, foi de R\$ 54.786 mil, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2012 (reapresentado)	Adições	Baixas	31/12/2013
Trabalhistas	173.988	70.394	(19.768)	213.533
Cíveis	98.139	15.439	(11.278)	103.235
Total	272.128	85.832	(31.046)	326.914

	01/01/2012 (reapresentado)	Adições	Baixas	31/12/2012 (reapresentado)
Trabalhistas	152.748	61.134	(39.893)	173.988
Cíveis	99.852	9.301	(11.014)	98.139
Total	252.600	70.435	(50.907)	272.128

Correlacionados às contingências, existem depósitos judiciais. Os depósitos judiciais são garantias, exigidas judicialmente, e ficam registrados no Ativo da Infraero até que aconteça a decisão judicial de resgate desses depósitos pelo reclamante, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a entidade. Os depósitos judiciais mantidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2013 representam R\$ 194.695 mil.

A Empresa não realiza provisões relativamente às ações judiciais cuja decisão tenha sido improcedente, bem como aquelas ainda sem decisão de mérito. Registre-se, por relevante, que se encontra em execução Projeto Estratégico instituído pelo Ato Administrativo nº 2967/DJ/2013, de 12 de julho de 2013, com o objetivo de classificar e avaliar todas as ações judiciais até junho de 2014, qualquer que seja a fase dos processos, de interesse da Empresa, com a finalidade de estimar os valores contingentes delas resultantes, nos termos do Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Segue conteúdo das ações judiciais que merecem destaque:



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO SOCIAL 2013 E 2012

(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

a) Ações Trabalhistas

- Pedidos de pagamento de adicional de insalubridade ou de periculosidade para empregados que trabalham em pátios de manobras ou áreas de terminais de carga aérea nos aeroportos. Trata-se de ações, na sua grande maioria, intentadas pelo Sindicato Nacional dos Aeroportuários – Sina, na condição de substituto processual da categoria dos aeroportuários. As decisões são diversificadas nas Varas do Trabalho e nos Tribunais Regionais do Trabalho, não tendo sido a matéria pacificada no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho.
- Pedidos de condenação da Infraero sob o prisma da responsabilidade subsidiária na apuração de verbas salariais ou parcelas rescisórias. Trata-se de ações propostas por empregados ou ex-empregados de empresas contratadas (terceirizados), cujas decisões têm sido diversificadas nas Varas do Trabalho e nos Tribunais Regionais do Trabalho, não tendo sido a matéria pacificada no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho.

b) Ações Cíveis

- Quanto às ações cíveis, existem pedidos diversificados de indenizações e cobranças nas unidades regionais da Infraero, decorrentes de: acidentes e/ou incidentes aeronáuticos; furtos ou avarias de cargas em terminais de carga; furtos, acidentes e danos materiais ocorridos em áreas operacionais e terminais de passageiros, cumulados com danos morais; acidentes e/ou incapacidades laborais; relações oriundas de contratos administrativos firmados pela Empresa, em função de execução de obras, serviços e concessões de áreas aeroportuárias; além de discussões sobre a legalidade de cobrança de tarifas aeroportuárias.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO SOCIAL 2013 E 2012

(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Nota 15 – Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2013 representa R\$ 1.819.506 mil e sua composição é a seguinte:

Quantidade de Ações	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
UNIÃO	12.628.143	7.136.773	7.136.773
UNIÃO (Extinto Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND)	197.350	197.350	197.350
Total	12.825.493	7.334.123	7.334.123

R\$	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
UNIÃO	1.791.509	982.177	982.177
UNIÃO (Extinto Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND)	27.997	27.159	27.159
Total	1.819.506	1.009.336	1.009.336

Na Assembleia Geral Extraordinária do dia 20 de junho de 2013 foi aprovado o aumento do Capital Social no montante de R\$ 810.170 mil com a emissão de 5.491.370 ações novas, sem valor nominal. O aumento é proveniente dos aportes realizados pela União. O Capital Social passou a ter o valor de R\$ 1.819.506 mil.

Os aportes de capital, são recursos recebidos da União destinados a aumento de capital concedidos em caráter irrevogável. São atualizados pela taxa SELIC até a data da integralização. Dos aportes realizados em 2013 falta integralizar R\$ 1.402.258 mil.

Em 30 de dezembro de 2010 foi publicada a Medida Provisória nº 517, convertida na Lei nº 12.431/11, que, dentre outros assuntos, dispôs sobre a extinção do FND e a transferência de seus direitos sobre títulos e valores mobiliários para a União. Tal fato foi reconhecido pela Infraero, contudo, até a conclusão do inventário, os valores serão demonstrados separadamente.

b) Reservas de Incentivo Fiscal

Devido às alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, as aplicações efetuadas no Fundo de Investimento da Amazônia – Finam devem ser



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO SOCIAL 2013 E 2012

(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

reconhecidas no resultado e posteriormente destinadas a Reserva de Incentivos Fiscais no Patrimônio Líquido sem, no entanto, integrarem a base de cálculo dos dividendos. Em 2013 não foram realizadas aplicações no Finam, permanecendo então com as aplicações anteriores de R\$ 3.350 mil.

Independentemente da mudança determinada pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, esse incentivo só pode ser utilizado para aumento do capital social ou absorção de prejuízo.

c) Reserva Legal

A legislação societária brasileira exige que as sociedades anônimas criem uma reserva de até 20% do valor total do capital. Antes de os lucros serem distribuídos, as sociedades anônimas devem apropriar 5% do lucro líquido anual para esta reserva até que a reserva seja igual a 20% do valor total do capital.

d) Ajuste de Avaliação Patrimonial

O principal objetivo da conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial é receber contrapartida dos aumentos e diminuições de valor de ativos e passivos, principalmente em decorrência de sua avaliação ao valor justo. A atual redação do parágrafo terceiro do Art. 182 da Lei das S.A. atribuiu à Comissão de Valores Imobiliários – CVM poderes para determinar o uso desta conta para outras situações não previstas na Lei das S.A. Dessa forma, o ajuste de avaliação patrimonial pode ser entendido como uma espécie de correção dos valores de ativos e passivos em relação ao valor justo.

Além disso, em geral essa conta tem caráter transitório, abrigando valores que em algum momento deveriam transitar pelo resultado abrangente da Empresa. Portanto, pode receber a contrapartida de transações que não afetarão o resultado no futuro, como, por exemplo, ganhos e perdas atuariais.

Em 2013 foi reconhecida a obrigação com assistência médico-hospitalar no valor de R\$ 134,9 milhões e previdência complementar no valor de R\$ 10 milhões relativos a benefícios pós-emprego concedidos conforme Nota 21 d.

Nota 16 – Ativo e Passivo Compensado

A Empresa mantém controle dos investimentos realizados nos aeroportos em contas de Compensação.

O Ativo e Passivo Compensado da Companhia são representados pelos Bens da União, Garantias Cauçionárias de Terceiros e Almoxarifados da União.

No que se refere aos investimentos realizados em bens da União, representados por obras e serviços de engenharia na construção, ampliação e modernização da infraestrutura aeroportuária, a Empresa efetua tais registros para fins societários e fiscais como despesa, haja vista que os aeroportos são bens públicos pertencentes à



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO SOCIAL 2013 E 2012

(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

União (Art. 38 do Código Brasileiro de Aeronáutica, Lei nº 7.565, de 19/12/1986). Desse modo, por inexistir termo de concessão entre a União e a Infraero, que estabeleça condições relativas à atribuição de valor econômico aos investimentos realizados e mecanismos de indenização em caso da substituição/retirada de aeroportos da Rede, a Infraero não registra tais investimentos no seu Ativo Imobilizado.

O quadro a seguir demonstra a movimentação dos bens da União:

	Taxa de Depreciação	31/12/2013				31/12/2012 (reapresentado)	
		Adições/ Exclusões	Baixas	Transferências	Ajustes	Valor Líquido	Valor Líquido
Bens Móveis da União	10% a 20% a.a.	35.808	(26.695)	(15.723)	661	645.824	651.773
Imóveis e Benfeitorias da União	4% a.a.	1.246.039	(648)	(17.468)	146	12.100.912	10.872.844
Bens da União com a Concessão		148.254	-	694.900	-	3.606.666	2.763.512
Custo		1.430.100	(27.343)	661.708	807	16.353.403	14.288.129
Depreciações/Amortizações Acumuladas		(250.961)	10.426	(1.039.102)	(80)	(4.727.469)	(3.447.751)
Total		1.179.140	(16.917)	(377.394)	727	11.625.934	10.840.378

	Taxa de Depreciação	31/12/2012 (reapresentado)				01/01/2012 (reapresentado)	
		Adições/ Exclusões	Baixas	Transferências	Ajustes	Valor Líquido	Valor Líquido
Bens Móveis da União	10% a 20% a.a.	44.237	(146.501)	(6.104)	(783)	651.773	760.924
Imóveis e Benfeitorias da União	4% a.a.	839.258	(27.882)	(3.435.991)	254	10.872.844	13.497.205
Bens da União com a Concessão		64.324	-	2.699.188	-	2.763.512	-
Custo		947.819	(174.383)	(742.907)	(529)	14.288.129	14.258.129
Depreciações/Amortizações Acumuladas		(370.874)	108.649	815.622	(372)	(3.447.751)	(4.000.776)
Total		576.945	(65.734)	72.715	(901)	10.840.378	10.257.353

Garantias Cauconárias de Terceiros

A Infraero mantém as garantias cauconárias de terceiros, oferecidas por empresas licitantes/contratadas, para assegurar o cumprimento da execução de obras, aquisição de equipamentos, prestação de serviços, contratos comerciais e fornecimento de materiais. É facultado às empresas efetuarem a caução em dinheiro, títulos da dívida pública, fiança bancária ou seguro garantia.

Em 31 de dezembro de 2013 as garantias em títulos da dívida pública, fiança bancária ou seguro garantia totalizavam R\$ 4.117.580 mil e em 31 de dezembro de 2012 R\$ 2.832.536 mil.

Nota 17 – Receita Líquida

As receitas, com exceção das financeiras, estão sujeitas à incidência do Programa Formador do Patrimônio do Servidor Público – PASEP e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS, pelo regime de competência. Esses



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO SOCIAL 2013 E 2012

(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

tributos são apresentados como deduções da receita bruta. Os débitos decorrentes das outras receitas operacionais e créditos decorrentes das outras despesas operacionais estão apresentados dedutivamente na demonstração do resultado.

	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
Receita Bruta	3.097.358	4.365.362	3.757.104
<i>Comerciais</i>	995.811	1.341.676	1.141.922
<i>Embarque</i>	935.370	1.274.186	1.075.620
<i>Armazenagem e Capatazia</i>	391.829	833.920	659.130
<i>Pouso e Permanência</i>	345.190	521.107	440.813
<i>Comunicação e Auxílio à Navegação Aérea</i>	342.209	311.266	377.219
<i>Exploração de Serviços</i>	54.125	67.055	62.400
<i>Conexão</i>	26.406	15.268	-
<i>Cursos e Treinamentos</i>	6.418	884	-
Deduções	(66.047)	(249.247)	(225.883)
<i>PASEP</i>	(11.781)	(44.604)	(40.291)
<i>COFINS</i>	(54.266)	(204.642)	(185.591)
Receita Líquida	<u>3.031.311</u>	<u>4.116.116</u>	<u>3.531.222</u>

Nota 18 – Resultado Financeiro

	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
Receita financeira	93.114	114.056	119.313
Rendimento de aplicação financeira	19.651	86.962	158.038
Juros recebidos	66.860	71.592	66.225
Outros juros e descontos obtidos	6.604	(44.499)	(104.950)
Despesa financeira	(68.898)	(6.801)	(13.441)
Atualização monetária (a)	(68.311)	(6.791)	(5.706)
Outros juros, multas e atualizações	(587)	(10)	(7.735)
Impostos sobre operações financeiras	(3.385)	(51)	(48)
Variação cambial, líquidas	6.855	3.946	12.629
Resultado financeiro	<u>27.687</u>	<u>111.149</u>	<u>118.453</u>

- a) Representam na sua maioria, a atualização pela taxa SELIC dos aportes de capital realizados pela União.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO SOCIAL 2013 E 2012

(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Nota 19 – Despesas por Natureza

	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
Custo dos Serviços Prestados			
Pessoal	1.078.971	1.210.410	1.136.097
Depreciações e Amortizações	59.224	66.339	60.796
Serviços Contratados e Locações	722.968	968.749	834.052
Utilidades - Serviços Públicos	205.296	256.552	236.103
Outras Despesas	141.155	185.118	173.789
Total	2.207.614	2.687.168	2.440.836
Planejamento e Orientação Técnico-Operacional			
Pessoal	275.331	230.089	187.059
Depreciações e Amortizações	3.156	6.008	4.082
Outras Despesas	26.579	27.338	16.118
Total	305.066	263.436	207.259
Administrativas			
Pessoal	405.144	377.770	299.567
Depreciações e Amortizações	24.333	37.460	28.331
Serviços Contratados e Locações	54.308	51.537	42.196
Utilidades - Serviços Públicos	24.112	27.154	29.226
Outras Despesas	55.223	41.904	61.115
Total	563.120	535.826	460.435
Comerciais			
Pessoal	55.048	52.728	45.811
Depreciações e Amortizações	4.268	1.372	1.362
Materiais de Consumo	5.477	7.209	4.124
Total	64.793	61.308	51.296



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO SOCIAL 2013 E 2012

(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Nota 20 – Outras Receitas / (Despesas)

	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
Outras receitas / (despesas)	54.213	(46.910)	(7.038)
Total	54.213	(46.910)	(7.038)

O item outras receitas / despesas é composto pelo resultado apurado entre os cancelamentos de receitas e as anulações de despesas ocorridas no exercício anterior e ainda pelas operações não ligadas diretamente à atividade fim da empresa com maior relevância para as multas aplicadas aos fornecedores pelo não cumprimento do objeto contratado, bem como a ressarcimentos dos gastos com energia, material de consumo, telefone, entre outros, rateados e cobrados das empresas que utilizam áreas nos aeroportos por meio de concessão. Referem-se, ainda, a créditos de clientes inadimplentes considerados como perdas e posteriormente recuperados.

Nota 21 – Benefícios a Empregados

a) Participação no Lucro do Resultado

O sistema de participação nos lucros ou resultados dos empregados na Infraero é regulado pela Lei nº 10.101, de 19/12/2000, e pela Resolução CCE nº 10, de 30/5/1995 do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST. A participação nos lucros foi instituída com o objetivo de incentivar a produtividade. A fim de especificar as regras e atender aos critérios da legislação, o sistema foi consolidado no Regulamento do Programa de Participação nos Lucros ou Resultados – PPLR, o qual é proposto e aprovado em cada exercício social.

O PPLR é uma sistemática de participação dos empregados que está ligada às prioridades de negócios da Empresa e às políticas estabelecidas pelo Governo Federal, mediante orientação estratégica clara e definição de metas que garantam o desenvolvimento sustentável da Infraero, o respeito às diferenças entre as Dependências, os níveis hierárquicos, cargos e funções. Periodicamente é realizado o acompanhamento e a avaliação do programa, realinhando-o aos novos planos e estratégias de negócios.

b) Programa de Desligamento Incentivado

A Infraero possui dois programas de desligamento incentivado, o PDITA e o PDVI.

PDITA

Considerando a política adotada pelo Governo Federal para concessão à iniciativa privada dos aeroportos de Brasília/DF, Guarulhos/SP, Campinas/SP, administrados pela Infraero e, a construção do novo aeroporto em Natal/RN, a Empresa, por meio do termo aditivo ao Acordo Coletivo de Trabalho, celebrado em 06/12/2011, resolveu



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO SOCIAL 2013 E 2012

(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

implantar o Programa de Incentivo à Transferência ou à Aposentadoria – PDITA, que tem como limite, entre transferências e aposentadorias efetivadas, até 2.900 empregados. A adesão ao programa pode ser realizada desde 15 de agosto de 2012 e terá duração até 18 (dezoito) meses, coincidindo com o término do Período de Transição do Processo de Concessão.

	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
Quantidade de desligamentos	834	53	-
Montante envolvido – R\$ mil	141.869	12.733	-

PDVI

A Infraero realizou em 2009 o Programa de Desligamento Voluntário Incentivado – PDVI, aprovado pelo DEST, por meio do Ofício DEST nº 487/2009/MP/SE/DEST, de 25/6/2009. Foram pagas verbas rescisórias e incentivos aos empregados que aderiram ao programa.

	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
Quantidade de desligamentos	-	2	11
Montante envolvido – R\$ mil	-	547	2.111.563

c) Plano de Previdência Complementar

A Infraero é a patrocinadora do Instituto Infraero de Seguridade Social – INFRAPREV, uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade suplementar aos participantes da instituição e seus beneficiários os benefícios a eles assegurados pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, bem como promover seu bem-estar social.

Os recursos que o Instituto dispõe para seu funcionamento são representados por contribuições de sua patrocinadora, participantes, assistidos e autofinanciados, e dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos.

O Infraprev possui três planos de previdência: dois de Benefício Definido e um de Contribuição Variável (Plano CV), que é o que detém o maior número de participantes. A partir da implantação do Plano de Contribuição Variável, em dezembro de 2000, somente este plano está aberto à entrada de novos participantes.

Planos	Benefícios	Classificação	Vigente
Plano BD I	Aposentadoria e pensão	Benefício Definido	Fechado para novos participantes
Plano BD II	Aposentadoria e pensão	Benefício Definido	Fechado para novos participantes
Plano CV	Aposentadoria e pensão	Contribuição Definida *	Aberto

* Trata-se de um plano híbrido, pois possui riscos atuariais para o serviço passado, de participantes que migraram dos planos de benefício definido.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO SOCIAL 2013 E 2012

(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Perfil dos participantes dos planos

Planos	31/12/2013			31/12/2012			01/01/2012		
	Ativos *	Assistidos **	Total	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total
Plano BD I	49	80	129	60	73	133	73	73	146
Plano BD II	4	8	12	4	9	13	4	11	15
Plano CV	11.591	1.969	13.560	12.166	1.763	13.929	11.358	1.689	13.047

*Compõem os Ativos, os participantes autopatrocinados e Benefício Proporcional Diferido (BPD).

**Os Assistidos correspondem aos aposentados e participantes em auxílio doença.

Em 2013, o plano de Benefício I foi saldado gerando uma obrigação de R\$ 1.331 mil a ser liquidado em 19 meses, o qual foi reconhecido pela Companhia.

A provisão matemática a constituir referente a contribuições amortizantes por serviços passados do plano CV registrado em 2012 foi revertida em virtude de determinação do Órgão fiscalizador – PREVIC.

A Infraero contratou empresa especializada para prestação de serviços técnicos de Avaliação Atuarial dos benefícios pós-emprego oferecidos pela Companhia de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC n.º 33. A contratada realizou avaliação atuarial, para sua adoção inicial, de acordo com as normas de contabilidade emitidas pelo CPC e contabilização em balanço dos benefícios pós-emprego oferecidos pela Empresa. Dessa forma, as avaliações atuariais são elaboradas anualmente, por atuário externo, e as informações constantes a seguir referem-se àquelas efetuadas nas datas bases de 31 de dezembro de 2013.

Premissas atuariais e econômicas

As principais premissas atuariais utilizadas foram:

Regime Financeiro	Capitalização
Método Atuarial	Crédito Unitário Projetado
Crescimento Real dos Salários	2,00% a.a.
Expectativa de Inflação	5,98% a.a. conforme expectativa de mercado apresentada no Relatório FOCUS de 27/12/2013 para o IPCA em 2014
Fator de Capacidade sobre os Salários	1
Fator de Capacidade sobre os Benefícios	1
Mortalidade Geral	Tábua AT-2000 Basic, segregada por sexo
Entrada em Invalidez	Alvaro Vindas agravada em 50%
Mortalidade de Inválidos	Winklevoss
Turnover (Rotatividade) – Planos de Previdência e Plano de Saúde	-Até 30 anos: 2,5% a.a. -De 31 a 40 anos: 1,0% a.a. -De 41 a 58 anos: 0,5% a.a. -Demais idade: nula



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO SOCIAL 2013 E 2012

(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Composição Familiar:

Plano I de Benefícios Saldado e Plano II de Benefício Definido:

- Benefícios a Conceder: Foi considerada a composição familiar média com as características recomendadas do relatório “Fundamentação das Hipóteses a serem utilizadas na Avaliação Atuarial em 31/12/2013”, elaborado pela MERCER em 9 de janeiro de 2014:
 - ✓ Percentual de Casados: 100%.
 - ✓ Diferença de Idade entre Participante e Cônjuge: 4 anos.
 - ✓ Filho temporário até os 24 anos.
- Benefícios Concedidos (aposentadorias e pensões): foi considerada a composição familiar real, conforme banco de dados fornecido pela empresa.

Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável:

- Benefícios a Conceder e Benefícios Concedidos (aposentadorias): Foi considerada a composição familiar média com as características recomendadas do relatório “Fundamentação das Hipóteses a serem utilizadas na Avaliação Atuarial em 31/12/2013”, elaborado pela MERCER em 9 de janeiro de 2014:
 - ✓ • Percentual de Casados: 100%
 - ✓ • Diferença de Idade entre Participante e Cônjuge: 4 anos.
 - ✓ • Filho temporário até 24 anos.
- Benefícios Concedidos (pensões): foi considerada a composição familiar real, conforme banco de dados fornecido pela empresa.

Taxa de Desconto Atuarial Real:

A taxa de desconto atuarial real, compatível com os títulos públicos federais (NTN-B) com duration aproximada a dos fluxos futuros esperados das obrigações com os participantes e assistidos da empresa Infraero em cada plano são as seguintes:

	<u>Duration (anos)</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Vencimento NTN_B</u>	<u>Taxa de desconto 31/12/2013</u>
Plano I de Benefícios Saldados	21,26	2034	15/05/2035	6,47%
Plano II de Benefício Definido	22,84	2036	15/05/2035	6,47%
Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável	31,22	2044	15/05/2045	6,50%

A duration foi apurada através da média da expectativa de vida ponderada pelo valor do benefício (projetado para os ativos e concedidos para os assistidos), considerando as informações individualizadas que forem encaminhadas para a avaliação atuarial.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO SOCIAL 2013 E 2012

(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Valor Justo dos Ativos do Plano:

31/12/2013	Plano BD I	Plano BD II	Plano CV
Ativo total marcado a mercado	74.186	11.089	2.339.626
(-) Exigível Operacional	(84)	(9)	(12.370)
(-) Exigível Contingencial	(405)	(91)	(2.323)
(-) Fundo Previdencial	-	-	(20.817)
(-) Fundo Administrativo	(2.771)	(841)	85.663
(-) Fundo de Investimentos	(605)	(96)	(10.935)
(=) Ativo Líquido de Cobertura	-	-	2.207.518
(-) Contribuição Definida (BC)	-	-	(23.113)
(-) Contribuição Definida (BaC)	-	-	(1.362.064)
(=) Valor Justo dos Ativos	<u>70.321</u>	<u>10.053</u>	<u>822.341</u>

OBS.: O Plano CV, por ser um plano solidário com a Patrocinadora Infracprev, foi efetuado, a seguir, o rateio do Valor Justo dos Ativos considerando a proporção da obrigação atuarial relativa à Patrocinadora Infraero:

	<u>TOTAL</u>	<u>Infraero</u>	<u>Proporção</u>
Obrigações Atuariais	832.555	812.335	98,77%
Valor Justo dos Ativos	822.341	812.246 *	98,77%

*Valor calculado pela proporção das Obrigações sobre o Valor Justo dos Ativos do plano.

Apuração do Passivo (Ativo) Atuarial a ser reconhecido no Balanço:

	<u>Plano BD I</u>	<u>Plano BD II</u>	<u>Plano CV</u>
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2013</u>
1. Ativo Líquido de Cobertura do Plano			
1.1. Valor Justo dos Ativos do Plano	70.321	10.053	812.246
2. Conciliação dos (Ativos) e Passivos Reconhecidos	31/12/2013	31/12/2013	31/12/2013
2.1. Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	61.178	5.684	822.335
2.2. Valor justo dos ativos do plano (excluindo contrato de dívida) (= -1x1.1)	(70.321)	(10.053)	(812.246)
2.3. Nível de cobertura, se déficit ou (superávit) (2.1+2.2)	(9.143)	(4.369)	10.089
2.4. Percentual da Parcela de Responsabilidade da Patrocinadora (%)	100%	100%	100%
2.5. Resultado do plano para o Patrocinador: déficit ou (superávit) (2.3x2.4)	(9.143)	(4.369)	10.089
2.6. Passivo/(Ativo) atuarial líquido total reconhecido	(9.143)	(4.369)	10.089
2.7. Teto de Ativo (limitador do Ativo, no caso de Superávit)	-	-	-
2.8. Perdas/(Ganhos) sobre o teto do Ativo durante o exercício	-	-	-
2.9. Teto do Ativo ajustado (2.7 - 2.8)	-	-	-
2.10. Valor Líquido de Passivo (Ativo) a contabilizar (maior entre 2.6 e 2.9)	-	-	10.089

Para o Plano BD I e BD II, existem recursos integralizados suficientes para garantir o pagamento dos compromissos dos planos, não tendo obrigação atuarial a ser provisionada pela empresa.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO SOCIAL 2013 E 2012

(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Para o Plano CV, inexistem recursos integralizados para garantir o pagamento dos compromissos do plano, gerando uma obrigação atuarial a ser provisionada pela Companhia (déficit) de R\$ 10.089.

d) Plano de Assistência Médica

A Infraero oferece aos empregados ativos e inativos o Programa de Assistência Médica da Infraero – PAMI, que se constitui em um benefício concedido pela Empresa e tem por finalidade promover a prestação de serviço médico-hospitalar e ambulatorial. O PAMI é administrado pela Infraero, entidade de autogestão por RH, operado na modalidade de preço pós-estabelecido. As despesas do PAMI são custeadas pela Companhia, sendo que os beneficiários arcam com uma coparticipação, sempre que utilizarem os serviços, variando entre 4% a 20%, de acordo com a faixa salarial.

O PAMI é destinado aos empregados e ex-empregados aposentados da Infraero e seus dependentes, sendo que os aposentados somente permanecerão na condição de beneficiários caso tenham pertencido ao quadro de cargo regular da Infraero por no mínimo 10 anos contínuos. No caso dos aposentados, o benefício se estende apenas ao seu cônjuge.

Premissas atuariais e econômicas

As principais premissas atuariais utilizadas foram:

	31/12/2013
Método atuarial de financiamento	Crédito Unitário Projetado
Regime Financeiro	Capitalização
Fator de Capacidade sobre os salários	1
Fator de Capacidade sobre os benefícios	1
Taxa de desconto*	6,5% a.a.
Expectativa de Inflação	5,98% a.a., conforme expectativa de mercado apresentada no Relatório FOCUS de 27/12/2013 para o IPCA em 2014
Crescimento Real dos Salários	2,00% a.a.
Tábua de mortalidade geral	Tábua AT-2000 Basic, segregada por sexo
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas agravada em 50%
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss
Tábua de rotatividade (Turnover)	-Até 30 anos: 2,5% a.a. -De 31 a 40 anos: 1,0% a.a. -De 41 a 58 anos: 0,5% a.a. -A partir de 59 anos: nula
HCCTR (Health Care Cost Trend Rate)**	3,0% a.a. (real)
Idade de saída da empresa***	58 anos de idade e no mínimo 10 anos de empresa



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO SOCIAL 2013 E 2012

(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

* A taxa de desconto atuarial real utilizada foi de 6,50% ao ano, compatível com os títulos públicos federais (NTN-B) com duration aproximada a dos fluxos futuros esperados das obrigações com os participantes (35 anos) - NTN-B em 31/12/2013 com vencimento em 15/05/2045. A duration do compromisso dos benefícios (35 anos), foi apurada através da média da expectativa de vida ponderada pelo custo inicial de cada um dos empregados, considerando as informações individualizadas que forem encaminhadas para a avaliação atuarial.

** A HCCTR (Health Care Cost Trend Rate) representa a expectativa de inflação médica anual nominal de longo prazo como, por exemplo, quanto os custos médico-hospitalares irão aumentar no longo prazo, independentemente do envelhecimento da população e da inflação.

***A idade de 58 anos foi estabelecida com base no critério de elegibilidade estabelecido no Regulamento do Plano de Previdência CV. O critério de tempo mínimo de empresa de 10 anos levou em consideração a regra para permanecer no Plano de Saúde após a aposentadoria. Assim, considerando que podem permanecer no Plano de Saúde somente os funcionários que se aposentarem tendo trabalhado na Infraero por tempo igual ou superior a 10 anos, este critério será considerado para fins de definição da idade de aposentadoria.

Análise de Permanência no Plano de Saúde:

A análise de permanência visa projetar quais empregados irão permanecer no Plano de Saúde após o desligamento da empresa. Como a permanência no Plano de Saúde não implica no pagamento de mensalidade, somente no pagamento do valor da coparticipação referente aos atendimentos assistenciais, considera-se que 100% dos participantes ativos que se aposentarem permanecerão no Plano de Saúde com o seu cônjuge, observadas as regras definidas no regulamento do plano.

Composição familiar:

Para o Plano de Saúde, foi considerada a composição familiar real, conforme banco de dados fornecido pela empresa com os titulares e dependentes no plano, sendo que, conforme disposto no regulamento, somente os titulares e seus cônjuges tem direito a permanecer no plano após a aposentadoria.

Aging Factor:

O chamado Aging Factor representa o aumento dos custos médico-hospitalares em decorrência do envelhecimento dos indivíduos. Esse aumento foi estimado considerando a variação nos custos assistenciais por faixa etária apurados na avaliação do histórico do Plano de Saúde da Infraero, observando-se o período de janeiro/2012 a dezembro/2013. Os resultados da análise realizada são mostrados nas tabelas a seguir, que apresentam, respectivamente, o custo anual de acordo com a faixa etária do empregado e a variação entre as faixas.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO SOCIAL 2013 E 2012

(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Os custos anuais apurados e a variação desses, por faixa etária, são apresentados a seguir:

<u>Faixa Etária</u>	<u>Custo Anual</u>	<u>Variação</u>
0 a 18 anos	0,95	0%
19 a 23 anos	1,84	93,63%
24 a 28 anos	2,45	33,03%
29 a 33 anos	2,97	21,06%
34 a 38 anos	3,20	7,79%
39 a 43 anos	3,10	-3,30%
44 a 48 anos	3,53	14,16%
49 a 53 anos	3,74	5,69%
54 a 58 anos	4,38	17,25%
59 a 68 anos	4,98	13,74%
69 anos ou mais	9,05	81,55%

Apuração do Passivo (Ativo) Atuarial a ser reconhecido no Balanço:

	<u>TOTAL</u>	<u>Benefícios a Conceder</u>	<u>Benefícios Concedidos</u>
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2013</u>
1. Ativo Líquido de Cobertura do Plano – 31/12/2013			
1.1. Valor Justo dos Ativos do Plano	-	-	-
2. Conciliação dos (Ativos) e Passivos Reconhecidos	31/12/2013	31/12/2013	31/12/2013
2.1. Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	1.201.005	932.712	268.293
2.2. Valor justo dos ativos do plano (excluindo contrato de dívida) (= -1x1.1)	-	-	-
2.3. Nível de cobertura, se déficit ou (superávit) (2.1+2.2)	1.201.005	932.712	268.293
2.4. Percentual da Parcela de Responsabilidade da Patrocinadora (%)	100%	100%	100%
2.5. Resultado do plano para o Patrocinador: déficit ou (superávit) (2.3x2.4)	1.201.005	932.712	268.293
2.6. Passivo/(Ativo) atuarial líquido total reconhecido	1.201.005	932.712	268.293
2.7. Teto de Ativo (limitador do Ativo, no caso de Superávit)	-	-	-
2.8. Perdas/(Ganhos) sobre o teto do Ativo durante o exercício	-	-	-
2.9. Teto do Ativo ajustado (2.7 – 2.8)	-	-	-
2.10. Valor Líquido de Passivo (Ativo) a contabilizar (maior entre 2.6 e 2.9)	1.201.005	932.712	268.293
2.11. Passivo/(ativo) atuarial já provisionado	-	-	-
2.12 Passivo/(ativo) atuarial a reconhecer neste exercício (2.10 – 2.11)	1.201.005	932.712	268.293

Objetivando calcular a obrigação com assistência médica pós-emprego, a Infraero contratou a consultoria Mirador, que apresentou, em relatório atuarial, o valor presente das obrigações com a assistência médica de R\$ 1.201.005 mil. Deste montante, R\$ 932.712 mil representam benefícios a conceder e R\$ 268.293 mil benefícios concedidos, que, por se tratar de remensuração do valor líquido de passivo de benefício definido, foi reconhecido em 2013 como outros resultados abrangentes.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO SOCIAL 2013 E 2012

(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Nota 22 – Cobertura de Seguros

A Infraero adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e a relevância por montantes considerados suficientes, levando em consideração a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros.

A Infraero mantém apólices de seguros contratadas pela Sede para todos os aeroportos de forma corporativa. Os contratos são firmados junto às principais seguradoras do país em montantes considerados adequados para cobrir eventuais perdas sobre bens e/ou danos causados a terceiros, cujos processos licitatórios são realizados em conformidade com as Leis nº 8.666/93 e nº 10.520/02 e com o Decreto nº 5.450/05.

Devido ao seu campo de atuação e porte, a Infraero mantém apólices de diversos ramos de seguros para atender às necessidades específicas dos serviços aeroportuários. Sendo assim, as apólices estão divididas por ramos de seguros.

Ramo / Cobertura	Seguradora	Importância Segurada	Prêmio com IOF	Vigência	Pagamento de Sinistros
Responsabilidade Civil de Operações Gerais de Autoridade Aeroportuária (RC)	Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A	US\$ 500.000.000,00	R\$ 8.035.981,20	30/6/2013 a 30/6/2014
Riscos Operacionais (RO)	Tóquio Marine Seguradora	R\$ 7.753.450.936,66	R\$ 1.050.000,00	13/8/2013 a 12/8/2014
Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos (RCF-V)	Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A	DP - R\$ 30.000,00 ¹ DM - R\$ 25.000,00 ¹	R\$ 106.250,00	2/6/2013 a 1/6/2014
Acidentes Pessoais e Coletivos (APC-bombeiros)	MBM Seguros S/A	R\$ 23.000,00 ²	R\$ 42.000,00	9/11/2013 a 8/11/2014
Seguro de Vida em Grupo (SVG)	Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S. A.	R\$ 1.181.191.384,23	R\$ 148.043,85	3/7/2013 a 3/7/2014

¹ Importância segurada por veículo.

² Importância segurada por bombeiro cadastrado em caso de morte ou invalidez total.

Nota 23 – Informações por Segmento de Negócios

A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base na divisão de sua gestão e tendo como critério as áreas de atuação de cada uma, sendo agrupados da seguinte forma: (i) Comerciais; (ii) Embarque; (iii) Armazenagem e Capatazia; (iv) Pousos e Permanência; (v) Comunicação e Auxílio à Navegação Aérea; (vi) Exploração de Serviços; (vii) Conexão e (viii) Cursos e Treinamentos.

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Administração da Companhia e correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 são as seguintes:



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO SOCIAL 2013 E 2012
(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

31/12/2013

	Comerciais	Embarque	Armazenagem e Capatazia	Pouso e Permanência	Comunicação e Auxílio à Navegação Aérea	Exploração de Serviços	Conexão	Cursos e Treinamentos
Receita Líquida	1.008.834	909.403	380.990	335.666	351.992	12.513	25.673	6.240
Custo dos Serviços Prestados	(46.306)	(835.637)	(230.068)	(510.123)	(430.541)	(148.541)	(5.682)	(715)
Lucro Operacional do Exercício	962.528	73.766	150.922	(174.458)	(78.549)	(136.028)	19.991	5.525
Despesas	(19.570)	(353.156)	(97.231)	(215.588)	(181.955)	(62.776)	(2.401)	(302)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(23.394)	(422.166)	(116.231)	(257.715)	(217.511)	(75.043)	(2.871)	(362)
Prejuízo Operacional do Exercício	919.565	(701.555)	(62.541)	(647.760)	(478.015)	(273.847)	14.718	4.861

31/12/2012

	Comerciais	Embarque	Armazenagem e Capatazia	Pouso e Permanência	Comunicação e Auxílio à Navegação Aérea	Exploração de Serviços	Conexão	Cursos e Treinamentos
Receita Líquida	1.285.578	1.196.429	783.218	489.324	308.679	37.721	14.337	830
Custo dos Serviços Prestados	(53.495)	(972.953)	(435.498)	(658.929)	(398.382)	(160.905)	(6.616)	(391)
Lucro Operacional do Exercício	1.232.083	223.476	347.720	(169.605)	(89.702)	(123.184)	7.721	439
Despesas	(17.132)	(311.590)	(139.469)	(211.023)	(127.583)	(51.530)	(2.119)	(125)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(1.531)	(27.854)	(12.467)	(18.864)	(11.405)	(4.606)	(189)	(11)
Lucro Operacional do Exercício	1.213.419	(115.967)	195.784	(399.492)	(228.690)	(179.320)	5.412	303



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO SOCIAL 2013 E 2012
(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

01/01/2012

	Comerciais	Embarque	Armazenagem e Capatazia	Pouso e Permanência	Comunicação e Auxílio à Navegação Aérea	Exploração de Serviços	Conexão	Cursos e Treinamentos
Receita Líquida	1.095.560	1.010.894	621.044	414.260	352.777	36.246	417	24
Custo dos Serviços Prestados	(84.039)	(816.809)	(402.156)	(629.771)	(352.514)	(155.547)	-	-
Lucro Operacional Bruto	1.011.521	194.085	218.888	(215.511)	263	(119.301)	417	24
Despesas	(24.755)	(240.605)	(118.462)	(185.510)	(103.839)	(45.819)	-	-
Outras Receitas/Despesas Operacionais	947	9.207	4.533	7.099	3.973	1.753	-	-
Lucro Operacional Do Exercício	987.713	(37.314)	104.959	(393.924)	(99.602)	(163.366)	417	24



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO SOCIAL 2013 E 2012

(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Nota 24 – Recursos Aplicados em Bens da União

Os investimentos realizados em bens da União são considerados, para efeitos contábeis e fiscais, como despesa, com base no Parecer CST/SIPR nº 2.100/1980, confirmado pela Decisão nº 121/1995 da 1ª RF-DISIT, da Secretaria da Receita Federal, vez que os aeroportos são bens públicos pertencentes à União (Art. 38 do Código Brasileiro de Aeronáutica, Lei nº 7.565, de 19/12/1986). No exercício de 2013 foram aplicados R\$ 1.430.191 mil. Objetivando demonstrar, com maior clareza, o Resultado Operacional do Exercício, este item apresenta-se imediatamente antes do Resultado Líquido do Exercício.

Nota 25 – Investimentos Realizados

A Infraero realizou em 2013 investimentos no montante de R\$ 2.312.499 mil, desse valor R\$ 1.640.116 mil em obras e serviços de engenharia e R\$ 672.383 mil em aportes nas SPE's. Em equipamentos, terrenos, móveis e utensílios foram aplicados R\$ 170.641 mil.

O quadro a seguir destaca os principais investimentos realizados em 2013, constantes no Orçamento de Investimento da Infraero, parte integrante da Lei Orçamentária Anual:



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO SOCIAL 2013 E 2012

(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

a) Obras, Equipamentos e Serviços de Engenharia

	2013
AVIAÇÃO CIVIL	
<i>Adequação do Aeroporto de Goiânia (GO)</i>	30.030
<i>Construção de Terminal de Passageiros no Aeroporto Internacional de Macapá - Alberto Alcolumbre (AP)</i>	8.594
<i>Construção do Sistema de Pista, Pátio e Acessos do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante (RN)</i>	32.571
<i>Construção do Terminal de Passageiros, de Sistema de Pistas e Pátios, de Estacionamento de Veículos e Acesso Viário no Aeroporto Internacional de Florianópolis/Hercilio Luz (SC)</i>	81.583
<i>Adequação do Aeroporto Internacional de Curitiba - Afonso Pena (PR)</i>	40.197
<i>Adequação do Aeroporto Internacional de Vitória - Eurico de Aguiar Salles (ES)</i>	25.888
<i>Adequação do Terminal de Passageiros do Aeroporto Internacional de Cuiabá - Marechal Rondon (MT)</i>	38.658
<i>Adequação do Aeroporto do Internacional de São Paulo/Guarulhos - Governador André Franco Montoro (SP)</i>	500
<i>Adequação do Aeroporto Internacional de Campinas/Viracopos (SP)</i>	150.483
<i>Adequação do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão - Antônio Carlos Jobim (RJ)</i>	145.368
<i>Adequação do Aeroporto Internacional Marechal Cunha Machado - São Luis (MA)</i>	1.106
<i>Reforma e Adequação do Terminal de Passageiros 1 do Aeroporto Internacional de Manaus - Eduardo Gomes (AM)</i>	192.929
<i>Adequação do Aeroporto Internacional de Confins/Tancredo Neves (MG)</i>	132.648
<i>Construção do Terminal de Passageiros 2 do Aeroporto Internacional de Fortaleza - Pinto Martins (CE)</i>	50.898
<i>Reforma e Ampliação do Terminal de Passageiros do Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu - Cataratas (PR)</i>	36.432
<i>Adequação do Terminal de Passageiros do Aeroporto Internacional de Santarém - Maestro Wilson Fonseca (PA)</i>	249
<i>Adequação do Aeroporto Internacional de Salvador - Dep. Luís Eduardo Magalhães (BA)</i>	61.135
<i>Adequação do Aeroporto Internacional de Porto Alegre - Salgado Filho (RS)</i>	13.260
<i>Reforma e Ampliação do Terminal de Passageiros e do Sistema de Pistas e Pátios do Aeroporto do Rio de Janeiro Santos Dumont - (RJ)</i>	14.980
<i>Ampliação da Infraestrutura do Aeroporto de Aracaju (SE)</i>	395
<i>Adequação do Aeroporto de Macaé (RJ)</i>	847
<i>Manutenção da Infraestrutura Aeroportuária</i>	450.247
<i>Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos</i>	41.131
<i>Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento</i>	55.944
<i>Manutenção dos Sistemas de Proteção ao Voo</i>	34.042
Subtotal	1.640.116
APORTES NAS SPE's	
<i>Aporte de Capital Relativo à Infraero - Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.</i>	113.085
<i>Aporte de Capital Relativo à Infraero - Aeroportos Brasil - Viracopos S.A.</i>	136.808
<i>Aporte de Capital Relativo à Infraero - Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A</i>	422.491
Subtotal	672.383
Total	2.312.499



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO SOCIAL 2013 E 2012

(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

b) Equipamentos, Móveis e Utensílios.

	2013
Outros Equipamentos	7.924
Elevadores e Outros	416
Equipamento de Audio, Video e Comunicação	12.041
Equipamento de Bagagens	6.703
Equipamento de Energia	7.298
Equipamento de Estacionamento	1.204
Equipamentos de Informática	20.085
Equipamento de Manutenção	7.650
Equipamento de Navegação Aérea	4.893
Equipamento de Refrigeração	3.092
Equipamento de Resgate e Salvamento	284
Equipamento de Saúde	1.725
Equipamentos de Telefonia	1.094
Equipamentos do Teca	9.736
Instalações e Benfeitorias	16.759
Móveis e Utensílios	11.823
Segurança e Vigilância	39.573
Sinalização de Pista	1.638
Sistema de TV e Vigilância	973
Veículos	3.308
Imobilizado em andamento	12.423
Total	<u>170.641</u>

Nota 26 – Medida Provisória (MP) nº 627

Em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 627, que, dentre outros assuntos, revoga o Regime Tributário de Transição (RTT), instituído pelo art. 15, da Lei nº 11.941/2009, e altera a legislação relacionada ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), ao Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

A MP ainda revoga diversos dispositivos da legislação tributária, a partir de 1º de janeiro de 2015, que em sua maioria possuem discussão pendente ou de certa forma questionável no âmbito judicial e/ou administrativo. A MP entra em vigor em 1º de janeiro de 2015, exceto para os seguintes assuntos:

- a) disposições relativas à revogação do RTT e seus aspectos de adaptação, para os anos-calendário 2008 a 2013, cujas determinações foram amplamente manifestadas pela RFB na Instrução Normativa nº 1.397 de 2013;
- b) possibilidade de opção pelos efeitos da revogação do RTT a partir de 1º de janeiro de 2014, em relação ao arts. 1º a 66 da referida MP; e
- c) alterações relativas ao parcelamento especial de débitos para com a Fazenda Nacional.

Optando pela aplicação da nova legislação (afastamento do RTT) a partir de 1º de janeiro de 2014, a opção será irretratável e sujeitará os contribuintes às disposições dos artigos 1º a 66 da referida MP e às revogações previstas no artigo 99 da MP.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO SOCIAL 2013 E 2012

(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

A MP também permite a opção da adoção das novas regras para a tributação em bases universais (artigos 72 a 91), que também será irretroativa e sujeitará o contribuinte às novas determinações da legislação.

Atualmente a MP encontra-se em discussão no Congresso Nacional, onde já foram apresentadas mais de 500 emendas ao texto original.

A Companhia analisou os efeitos da aplicação dessa legislação (MP nº 627 e IN nº 1397) e os considerou imateriais em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2013. A Administração acompanhará as possíveis alterações que o texto dessa MP sofrerá até sua conversão em lei para decidir quanto a adesão optativa para o ano calendário de 2014, bem como, novas manifestações da RFB sobre os demais procedimentos que devem ser atendidos pelas empresas.

Brasília (DF), 19 de março de 2014.

DIRETORIA EXECUTIVA

ANTONIO GUSTAVO MATOS DO VALE
Presidente

JOSÉ IRENALDO LEITE DE ATAÍDE
Diretor de Administração em exercício

ANDRÉ LUIS MARQUES DE BARROS
Diretor Comercial

MAURO ROBERTO PACHECO DE LIMA
Diretor de Planejamento

JAIME HENRIQUE CALDAS PARREIRA
Diretor de Engenharia

JOSÉ IRENALDO LEITE DE ATAÍDE
Diretor Financeiro

FRANCISCO JOSÉ DE SIQUEIRA
Diretor Jurídico

ANDRÉ LUIS MARQUES DE BARROS
Diretor de Operações Interino

KEITE DE SOUSA VIANA PRAZER
Gerente de Contabilidade e Custos
CRC – DF 011692/O-2



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da
EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO
Brasília - DF

Examinamos as demonstrações contábeis da **Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.



Base para opinião com ressalva

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 10, a Companhia possui registrado na rubrica de investimento o total de R\$1.045.438 mil referente à sua participação em Sociedades de Propósito Específico (SPE's) em 31 de dezembro de 2013. Não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente a respeito de R\$163.469 mil deste valor, pelo não acesso às informações contábeis da Infamerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A., a administração e aos auditores da respectiva SPE. Conseqüentemente, não nos foi possível determinar se são necessários quaisquer ajustes no investimento, bem como os possíveis reflexos sobre o resultado de equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2013.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 21, a Companhia é patrocinadora de uma entidade fechada de previdência complementar, denominada Instituto Infraero de Seguridade Social - Infracprev, que administra três planos previdenciários – Plano I - Benefício Definido (BD), Plano II - Benefício Definido (BD) e Plano III - Contribuição Definida (CD), com aproximadamente 14.127 participantes. Conforme mencionado na nota explicativa nº21, em 31 de dezembro de 2013, a Infraero possui registrado no passivo não circulante o montante de R\$278.382 mil, com o objetivo de complementar o déficit atuarial daqueles planos de benefícios. Em dezembro de 2012, a Deliberação CVM nº 695/12 tornou obrigatória a aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 33(R1) com efeito a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2013. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Infraero aplicou a referida Deliberação para os saldos de abertura em 1º de janeiro de 2013, de forma retrospectiva. Todavia, os saldos das provisões atuariais do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 01 de janeiro de 2012, apresentados para fins de comparação, não foram remensurados conforme estabelecido na Deliberação CVM nº 695 e CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros, em razão da revisão e andamento dos trabalhos dos atuários externos contratados que, até a conclusão de nossos exames não ter sido concluído. Dessa forma, não possuímos elementos suficientes para concluir sobre a adequação do saldo da rubrica “Ajustes de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido e no passivo não circulante no montante de R\$278.382 mil em 31 de dezembro de 2013.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 14, a Companhia encontra-se em processo de levantamento, avaliação e adequação dos critérios de reconhecimento e das bases de mensuração aplicáveis à constituição das provisões para contingências passivas, visando a dar conformidade ao estabelecido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 25). Em função do atual estágio deste processo, não é possível concluir sobre a adequação das provisões para contingências e depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2013, nos montantes de R\$194.695 mil e R\$326.913 mil, respectivamente, bem como seus possíveis reflexos no resultado e efeitos tributários.



Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos que poderiam advir do assunto mencionado no parágrafo “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Conforme descrito na nota explicativa nº 7 c), a Companhia não recolhe aos Cofres Municipais onde administra aeroportos, o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS e Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, por prestar em nome da União um serviços público Federal. A tese da imunidade tributária está em consonância com diversos doutrinadores e tem sido reconhecida por Juízes Federais de Primeira Instância em alguns Estados Brasileiros. Amparada na opinião dos seus assessores jurídicos, que consideram a possibilidade de perda da causa remota, a Diretoria Executiva decidiu não constituir nenhuma provisão em 31 de dezembro de 2013. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Conforme descrito na nota explicativa nº 16, a Companhia mantém registrado em contas de compensação os investimentos realizados em bens móveis e imóveis de propriedade da União que são considerados necessários a execução e manutenção das atividades aeroportuárias que em 31 de dezembro de 2013, monta R\$11.625.934 mil. Esses ativos são de propriedade da União, que a qualquer momento pode exigir que a Companhia devolva os mesmos ou transfira-os a iniciativa privada. A Companhia não registra tais investimentos no Ativo Imobilizado, pois neste momento considera que os ativos não geram benefício econômico futuro, conforme previsto no CPC 27. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.



As demonstrações contábeis da **Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero** foram preparadas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da Companhia. Entretanto, o Governo Federal realizou a concessão de aeroportos que impactaram de forma significativa nos resultados da Companhia, gerando deficiência de capital de giro, e elevação da participação de capital dos seus acionistas. O plano da Administração da Companhia, parcialmente apresentado na nota explicativa nº 1, em conjunto com seu acionista controlador, consiste em providências para a reestruturação de suas operações, visando ao reequilíbrio econômico, financeiro e operacional, à melhoria da geração de fluxos de caixa. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e à classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar em operação. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos das limitações descritas no parágrafo “Base para opinião com ressalva”, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

As demonstrações contábeis da **Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero**, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório, em 25 de fevereiro de 2013, com ressalva quanto ao mesmo assunto mencionado no parágrafo “base para opinião com ressalva, relacionado ao investimento nas SPE`s” e ênfases quanto aos seguintes assuntos: i) Adicional de Tarifa Aeroportuária - ATAERO que sofreu alteração no exercício de 2012, passando a constituir a Receita do Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC; ii) Não recolhimento do ISS - Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza e do IPTU - Imposto Territorial Urbano, por entenderem que a Infraero possui imunidade tributária; iii) Constituição de provisão ao Programa de Assistência Médica da Infraero; iv) Registro do ativo compensado que representa os bens da União Federal.



PARECER DE AUDITORIA INDEPENDENTE



Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa 3 que foram efetuados para alterar as demonstrações contábeis de 2012. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações contábeis de 2012 tomadas em conjunto.

Goiânia, 19 de março de 2014



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - GO

Alfredo Ferreira Marques Filho
Contador CRC 1 SP 154954/O-3 - S - GO

Fernando Eduardo Ramos dos Santos
Contador CRC 1 GO 014553/O-0-GO



PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, em reunião realizada nesta data, de conformidade com os incisos II e VII, do art. 163 da Lei n.º 6.404/76, de 15.12.1976, considerando o Relatório Anual referente ao Exercício de 2013, composto pelo Relatório de Administração, Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas, devidamente auditadas pela Auditoria Interna e pela Independente, ciente das ressalvas e ênfases constantes do Parecer da BDO RCS Auditores Independentes SS, bem como das providências que estão sendo adotadas para suas regularizações, entende que os referidos documentos retratam a situação patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2013, estando em condições de serem submetidos à Assembleia Geral.

Brasília/DF, 21 de março de 2014.

Sérgio Cruz

Lílian Maria Cordeiro

Nelson Edmundo Forte Fernandes de
Negreiros Deodato Filho